

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas

Amanda Koch Andrade Farina

VALE DO LABOR:
a exploração da mão de obra escrava rural na contemporaneidade

Diamantina
2020

Amanda Koch Andrade Farina

**VALE DO LABOR:
a exploração da mão de obra escrava rural na contemporaneidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Pacelli Henrique Martins Teodoro

**Diamantina
2020**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F225v

Farina, Amanda Koch Andrade

Vale do labor: a exploração da mão de obra escrava rural na contemporaneidade / Amanda Koch Andrade Farina, 2020.
105 p. :il.

Orientador: Pacelli Henrique Martins Teodoro

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

1. Trabalho escravo contemporâneo. 2. Migração. 3. Campesinato. 4. Expropriação. 5. Vale do Jequitinhonha. I. Teodoro, Pacelli Henrique Martins. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 326


AMANDA KOCH ANDRADE FARINA

VALE DO LABOR: a exploração da mão de obra escrava rural na contemporaneidade


Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM CIÊNCIAS
HUMANAS, nível de MESTRADO
como parte dos requisitos para
obtenção do título de MESTRA EM
CIÊNCIAS HUMANAS

Orientador (a): Prof. Dr. Pacelli
Henrique Martins Teodoro

Data da aprovação : 24/01/2020


Prof. Dr. PACELLI HENRIQUE MARTINS TEODORO - UFVJM


Prof. Dr. ANDRÉ LUIS LOPES BORGES DE MATTOS - UFVJM


Prof. Dr. TÁSSIO BARRETO CUNHA - IFB


Prof. Dr.ª ALINE WEBER SULZBACHER - UFVJM

DIAMANTINA

Dedicado a todos os trabalhadores, urbanos e rurais, que batalham cotidianamente na tentativa de construir um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Eis que é chegado o momento de agradecer! Agradecer a todos que, de alguma maneira, me deram forças e incentivaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Inicialmente, externo a minha gratidão a minha família, especialmente aos meus pais, fonte inesgotável de amor, carinho, estímulo e apoio. Ao meu companheiro, Nagib, por todo carinho, compreensão, paciência, incentivo e conselhos dados durante esta caminhada, principalmente nos momentos de tensão e dificuldade. À minha pequena sobrinha, Laura, pelos momentos de alegria.

Agradeço ainda à minha chefe e amiga, Alessandra, por todas as liberações concedidas para cumprir com as obrigações do Mestrado, sem as quais seria impossível concluí-lo, e por sempre incentivar o término desta etapa. Aos meus amigos e colegas de trabalho da UFVJM, especialmente a Nelma, por todo cuidado, conselhos e pelas sessões de Reiki, que aliviavam os momentos de estresse; Lucas, pelos auxílios dados, pelas boas conversas e momentos de descontração; Lílian, pela confiança e apoio prestado.

Meu agradecimento aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, pelos ensinamentos transmitidos, pela contribuição acadêmica e pela amizade. Aos professores que fizeram parte da banca de qualificação: Aline Faé e André, pelas indicações, sugestões e disponibilidade em auxiliar com o desenvolvimento da pesquisa. Ao meu orientador, Pacelli, muito obrigada pela paciência, compreensão, pelas ótimas recomendações, por respeitar meu tempo e acreditar no meu potencial.

Agradeço também aos colegas do Mestrado: Gilvânia, Adriana, Lorena, Nivaldo, Vinícius, Fabrício, Guto e Luana, pelo apoio, conversas e desabafos. Aos amigos Indianara, Wagner, Ricardo, Débora, Moisés pelos ótimos momentos compartilhados.

Por fim, agradeço ao Evanildo e à Gislene, pela presteza e boa vontade em repassar informações que contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho.

Trabalho escravo é atentado contra o que cada ser humano tem de mais precioso e inviolável: a sua dignidade. Ao degradar este bem universal em qualquer pessoa, reduzida ao estado de coisa usável e abusável e finalmente descartável, o trabalho escravo atinge e corrói o cerne do direito essencial que faz de nós humanos. (PLASSAT, Frei Xavier, 2009).

RESUMO

O trabalho desempenha um papel de fundamental importância na vida dos indivíduos, por ser um instrumento essencial para satisfazer as necessidades básicas destes e propiciar a construção de relações sociais. Em decorrência dessa relevância, foram normatizados pelo Estado direitos básicos para o trabalhador, na tentativa de propiciar condições dignas, justas e saudáveis para o exercício do trabalho. Apesar disso, a exploração da mão de obra, sem observância de tais condições de trabalho legalmente estipuladas, é recorrente, especialmente no meio rural. Conforme dados divulgados pelo Ministério Público do Trabalho, no período de 1995 a 2018, foram resgatados 53.607 trabalhadores em condições análogas a de escravo no Brasil, nos termos do art. 149 do Código Penal Brasileiro, dos quais 70% se encontravam em territórios rurais. Diante desta realidade, o objetivo deste trabalho é explorar a noção de trabalho escravo na contemporaneidade, demonstrando como o mesmo se manifesta no Vale do Jequitinhonha, estado de Minas Gerais, e sua relação com o processo histórico da região. Para tanto, foi feita revisão bibliográfica, visando associar discussões teóricas sobre a temática, e pesquisa documental, para a coleta de dados sobre os resgates realizados e o perfil dos trabalhadores escravizados. O fato de o trabalho escravo contemporâneo servir à lógica do capitalismo dependente significa que sua extinção está subordinada a uma mudança estrutural, que necessita de complexas transformações territoriais em longo prazo. Por outro lado, a realização de ações preventivas e repressivas deve ser estimulada como alternativa em curto e médio prazo para enfrentar tal problema.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo. Migração. Campesinato. Expropriação. Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT

Labour performs a fundamental role of importance in the lives of individuals, for being an essential instrument to satisfaction the basic needs of those and provide the development of social interactions. Thus to this relevance, it has become law, through the government, the basic rights for the worker, in attempt of providing dignified, fair and healthy conditions to the work execution. Despite it, the labour exploration, without the observance of these work conditions legally stipulated, it is recurrent, in the rural mean. According to the data publicised by the Ministério Público do Trabalho, during the years of 1995 to 2018, it has being rescued, in Brazil, 53.607 workers in conditions analogous of slave, in terms of art. 149 of the Brazilian Criminal Code, on which 70% were found in the countryside. Ahead of this reality, the goal of this work is to explore the slave work notion on the contemporaneity, demonstrating how it shows on the Vale do Jequitinhonha, in the state of Minas Gerais, and its relation to the historical process of the region. In order to, it has being made a bibliographic revision, looking for associating theoretical discussions about the theme, and documental research to the data collection about the accomplished rescues and the profile of slaved workers. The fact of the contemporary slave work serves the logic of the dependent capitalism means that its extinction is subordinated to a structural change, which needs complex long-term territorial transformations. On the other hand, the achievement of preventive and repressive actions must be stimulated as a short and medium term alternative in attempt of facing the problem.

Keywords: Contemporary slavery work. Migration. Peasantry. Expropriation. Vale do Jequitinhonha.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “As migrações do mercado consumidor”, por Tribuna do Leste, em 10 de outubro de 1982.....	52
Figura 2 – “Contra a fome, comida”, por Jornal do Brasil, em 24 de setembro de 1991.....	53
Figura 3 – “Máquina que faz o trabalho de 60 homens invade canaviais”, por Jornal do Brasil, em 16 de fevereiro de 1992.....	54
Figura 4 – Estudantes da Escola Estadual Professora Aparecida Dutra manifestando-se contra o trabalho escravo nas ruas de Araçuaí-MG.....	93
Figura 5 – Professores e estudantes da Escola Estadual Monsenhor Manoel vão às ruas alertar a comunidade de Medina-MG sobre a prática de trabalho escravo.....	93-94
Gráfico 1 – Setores envolvidos na exploração do trabalho escravo de egressos naturais. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018.....	64
Gráfico 2 – Egressos naturais por cor da pele. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018.....	66
Gráfico 3 – Egressos naturais por escolaridade. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018.....	67
Gráfico 4 – Egressos naturais por faixa etária e gênero. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Migrações interestaduais por microrregiões de origem. Vale do Jequitinhonha, 1986-1991.....	51
Tabela 2 – Trabalhadores resgatados por município de resgate e setor econômico. Vale do Jequitinhonha, 1995-2018.....	61
Tabela 3 – Trabalhadores resgatados por município de naturalidade e setor econômico. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018.....	61-62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Procedimentos metodológicos	13
<u>1 TRABALHO ESCRAVO RURAL CONTEMPORÂNEO</u>	17
<u>1.1 Trabalho e classe trabalhadora</u>	17
<u>1.2 Significados da expressão “trabalho escravo contemporâneo”</u>	22
<u>1.3 Aliciamento do trabalhador escravo rural</u>	27
<u>1.3.1 Implicação do território no trabalho escravo contemporâneo</u>	32
<u>1.4 Trabalho escravo sob a perspectiva dos direitos humanos</u>	33
<u>2 EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO EM TERRITÓRIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA</u>	43
<u>2.1 Vale do Jequitinhonha: formação histórica, econômica e social</u>	43
<u>2.2 Trabalho escravo contemporâneo no Vale do Jequitinhonha</u>	57
<u>2.3 Perfis de trabalhadores escravizados e exploradores da escravidão</u>	65
<u>3 VALE DO JEQUITINHONHA: DO CAMPESINATO AO TRABALHO ASSALARIADO</u>	71
<u>3.1 Constituição do campesinato no Vale do Jequitinhonha</u>	71
<u>3.2 Mudanças na reprodução socioeconômica camponesa do Vale do Jequitinhonha</u>	77
<u>3.3 Desdobramentos do capitalismo dependente na América Latina</u>	83
<u>3.4 Medidas implementadas contra o trabalho escravo</u>	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

A exploração da mão de obra escrava é uma mácula que integra a história do Brasil, desde o período colonial com a utilização abusiva do trabalho dos nativos, consolidando-se com a exploração dos negros africanos e seus descendentes. Esta prática exploratória, legalmente autorizada, marcada pela total ausência de direitos e predominância de servidão e subjugação, perdurou no país do século XVI ao final do século XIX. A abolição formal da escravatura, em 1888, não significou, contudo, o fim da exploração abusiva e degradante do trabalho. Apesar de infringir as normas de direitos humanos e os dispositivos constitucionais e legais, o exercício do trabalho sob condições precárias, desumanas e injustas subsiste na sociedade e simboliza o chamado “trabalho escravo contemporâneo”.

A categoria “trabalho escravo” utilizada na contemporaneidade é uma herança do período escravagista ocorrido no passado, por submeter os trabalhadores a condições de trabalho degradantes e exaustivas, sem observância dos direitos e garantias trabalhistas estipulados em lei. O estereótipo de escravo enquanto propriedade, acorrentado e brutalmente violentado caso ousasse a desobedecer às ordens que lhe eram dadas, como era no período colonial, no entanto, não mais corresponde à figura do escravo atual. Ainda que as vítimas do trabalho escravo contemporâneo possam sofrer maus tratos e ter sua liberdade cerceada, em muito se diferem do escravo colonial. Primeiro, pela evidente ilegalidade desta prática na sociedade atual, veementemente contrária aos princípios fundamentais da Constituição de 1988, que garantem a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Segundo, porque não são selecionados em virtude da raça e nem são considerados um bem material, que deve pertencer a alguém a vida toda. Pelo contrário, a marca do indivíduo propenso a ser escravizado é, atualmente, a vulnerabilidade socioeconômica, consequência do próprio sistema capitalista, o que permite que quantidade maior de pessoas seja submetida a essa situação e, em decorrência dessa variedade, seja facilmente substituída. Além disso, o enquadramento do que configura o trabalho escravo contemporâneo abrange maior número de situações do que no passado, o que diferencia, quando somado aos outros fatores mencionados, o trabalho escravo colonial do trabalho escravo contemporâneo.

Lamentavelmente, existem focos de trabalho escravo em diversos territórios do país, segundo constatações do Ministério Público do Trabalho (2019). Em virtude disto,

optou-se por selecionar uma região específica para verificar a ocorrência de casos concretos de escravidão contemporânea: o Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais. A escolha deste recorte espacial se deu por alguns motivos. Primeiro, em razão da inserção desta Universidade no Vale e da importância desta instituição pública na transformação da realidade socioeconômica da região, por meio da disseminação de conhecimento, concretizada por meio da integração de ensino, pesquisa e extensão. Em seguida, para poder dimensionar e revelar o nível de exploração de trabalho escravo ocorrido na região e, conseqüentemente, demonstrar como o processo histórico de sua formação e a própria lógica do capitalismo dependente contribuem para a subsistência do trabalho escravo.

Neste cenário, a implementação de ações de enfrentamento do problema, ainda que, por si só, não seja capaz de solucioná-lo, tem a função de disseminar o tema, alertar a população da existência desse tipo de exploração e atuar como meio prevenção ou repressão contra esta prática. A criação de medidas estatais relacionadas ao trabalho escravo só foi realizada na década de 1990. Para efetivação dessas medidas, a atuação de algumas entidades não governamentais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral Operária, no sentido de pressionar o Estado a tomar providências para reverter essa situação, foi fundamental. Sabe-se que o Estado, apesar do papel que lhe cumpre, nem sempre consegue atender de forma efetiva as demandas da sociedade, em decorrência da limitação de recursos tanto orçamentários quanto humanos. Somado a isso, deve-se levar em consideração que as ações públicas são planejadas e desenvolvidas de acordo com a política do governo vigente, que tende, por ser temporária, a variar ou mudar seu direcionamento e prioridades. Sendo assim, as ações desempenhadas pelas entidades mencionadas, no que tange o combate ao trabalho escravo contemporâneo, complementam as lacunas deixadas pelo aparato estatal – daí sua importância.

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é explorar a concepção de trabalho escravo contemporâneo, demonstrando como o mesmo se manifesta no Vale do Jequitinhonha e sua relação com o processo histórico da região. De forma específica, o desenvolvimento desta pesquisa será pautado pela análise da noção de trabalho escravo, das terminologias empregadas para fazer alusão ao tema e das circunstâncias consideradas pela legislação para configuração da escravidão contemporânea, assuntos discutidos no primeiro capítulo; pela apresentação dos dados concretos sobre a ocorrência deste tipo de trabalho no Vale do Jequitinhonha, que será realizada no segundo capítulo; e pela exposição da

formação histórica da região, enfatizando a constituição do campesinato, suas transformações e seus desdobramentos, tema do terceiro capítulo.

Procedimentos metodológicos

A metodologia empregada para concretização desta pesquisa envolve a realização de revisão teórica a partir de palavras-chave atinentes ao assunto desenvolvido, como a categoria trabalho, trabalho escravo contemporâneo, Vale do Jequitinhonha, campesinato, políticas públicas, bem como a coleta de dados específicos sobre os trabalhadores da região do Vale do Jequitinhonha submetidos ao trabalho escravo. Serão utilizadas, portanto, as pesquisas bibliográfica e documental a partir do método dedutivo.

Enquanto a pesquisa bibliográfica irá respaldar os argumentos teóricos utilizados no desenvolvimento deste estudo, a documental contribuirá prioritariamente para análise dos dados específicos. Segundo Michel (2009), a pesquisa documental tem como finalidade a obtenção de informações para compreensão e análise da problemática apresentada, a partir de documentos oficiais, particulares, publicações administrativas e fontes estatísticas.

Os dados apresentados nesta pesquisa compreendem informações oficiais de casos contemporâneos de trabalho escravo referentes ao Vale do Jequitinhonha. Esses dados foram obtidos por meio de duas formas para dimensionar os casos ocorridos nos territórios do Vale e os casos que envolviam trabalhadores naturais do Vale submetidos a esse tipo de trabalho.

Primeiro, para alcançar as informações referentes aos casos de trabalho escravo ocorridos em territórios do Vale, foi feita uma consulta, em 2018, junto à Secretaria de Inspeção do Trabalho, pertencente ao extinto Ministério do Trabalho, momento em que foi possível ter acesso às informações sobre as operações de combate ao trabalho escravo contemporâneo realizadas no Estado de Minas Gerais, no período de 1995 a 2018. Foi informado que os dados disponibilizados tinham como base os relatórios de fiscalização recebidos pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE), relativos às ações fiscais de combate ao trabalho escravo realizadas por auditores-fiscais do trabalho. Não foram repassadas informações sobre denúncias, em razão do seu caráter sigiloso e pelo fato de ainda poderem ser objeto de fiscalização.

Cabe ressaltar que a principal forma de dar início a uma ação fiscal para apuração da existência de trabalho escravo são as denúncias realizadas pela população.¹ As ações fiscais são realizadas sob a responsabilidade do Auditor-Fiscal do Trabalho, que verificando qualquer irregularidade trabalhista no local inspecionado deve lavrar o auto de infração, com informações sobre a infração encontrada, os dispositivos legais infringidos, os dados do autuado, data e assinatura da autoridade autuante. A lavratura do auto de infração gera a instauração de um processo administrativo, que assegura a ampla defesa e o contraditório do autuado, conforme determina a Constituição Federal. Com isso, o autuado pode, no decorrer do processo administrativo, apresentar defesa, que será analisada juntamente com o auto de infração. Apenas se a infração for considerada procedente serão aplicadas as sanções administrativas correspondentes, sendo possibilitada a apresentação de recurso pela autuada. Ressalta-se que as sanções aplicadas são extrajudiciais, correspondendo geralmente a multas administrativas e à assunção de compromissos perante o órgão competente. A aplicação das sanções administrativas não interfere na aplicação das penalidades previstas no Código Penal, decorrente do devido processo legal (BRASIL, 2019).

No documento disponibilizado, constam as seguintes informações: o número da operação, a data da realização da operação, o município onde a operação foi efetuada, o estabelecimento inspecionado, bem como seu respectivo proprietário e atividade econômica envolvida, a quantidade de trabalhadores resgatados, a necessidade de apoio policial para efetivação da operação e as sanções administrativas imputadas.

Em seguida, para obter informações sobre os casos de trabalho escravo, envolvendo trabalhadores naturais do Vale do Jequitinhonha, foi utilizada a plataforma digital “Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas”, criada por uma parceria entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reúne dados gerais sobre o trabalho escravo contemporâneo, do período de 2003 a 2018, constantes em banco de dados governamentais, tais como o do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado, do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo e do Sistema de Controle de Erradicação do Trabalho Escravo.

¹ No caso do trabalho escravo contemporâneo, a denúncia pode ser feita por telefone através do número 100. Devem ser apresentadas, se possível, as seguintes informações complementares: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do empregador, atividade desenvolvida pelo empregador, horário de funcionamento do local onde ocorrem as atividades, quantidade e nome dos empregados.

Deve-se ressaltar que os dados numéricos acerca dos casos concretos de trabalho escravo ocorridos nos territórios do Vale do Jequitinhonha também podem ser acessados por esta plataforma digital, porém, nesta plataforma não constam as informações sobre as operações realizadas pelo Ministério, os estabelecimentos e os proprietários envolvidos na fiscalização, as penalidades administrativas aplicadas e a utilização de apoio policial. Por isso, optou-se por utilizar, neste quesito, as informações obtidas diretamente da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Outro ponto que deve ser esclarecido refere-se à diferença temporal existente entre os dados dos casos ocorridos nos territórios e dos casos envolvendo os egressos naturais do Vale do Jequitinhonha. Na primeira situação, a referência temporal é de 1995 a 2018, porque foi a partir desta década que se iniciaram as fiscalizações voltadas para verificação de ocorrência de trabalho escravo no país. Já na segunda situação, a referência temporal de 2003 a 2018 se justifica em razão das fontes de dados utilizadas pelo Observatório para disponibilização dessas informações, já que tais fontes só começaram a ser providas de dados a partir de 2003. Entretanto, uma vez que a primeira fiscalização ocorrida no Vale se deu efetivamente em 2008 e o primeiro resgate de um trabalhador natural do Vale em 2003, acredita-se que essa pequena diferença não irá influenciar ou afetar a comparação dos referidos dados na pesquisa.

1 TRABALHO ESCRAVO RURAL CONTEMPORÂNEO

A existência da exploração de mão de obra em condições análogas a de escravo no mundo contemporâneo é um fato inegável. Infortunadamente, ainda é comum encontrar registros de indivíduos submetidos a trabalhos degradantes, que desrespeitam a integridade e a dignidade dos trabalhadores.

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério Público do Trabalho, a maior parte dos trabalhadores encontrados nessa situação no período de 2003 a 2018 é oriunda do meio rural. Cerca de 70% do total dos obreiros resgatados desempenhavam a atividade de trabalhador agropecuário, o que demonstra o quão significativa é a presença do trabalho escravo rural contemporâneo no país e instiga uma análise mais aprofundada sobre esse fenômeno.

Neste primeiro capítulo, será realizada uma contextualização acerca do mundo do trabalho, envolvendo questões relacionadas ao trabalho enquanto categoria e à classe trabalhadora. Posteriormente, serão esmiuçados os conceitos dados ao trabalho escravo contemporâneo e suas características, as formas pelas quais essa prática ocorre no meio rural e a visão dos direitos humanos e dos tratados internacionais sobre o tema.

1.1 Trabalho e classe trabalhadora

O trabalho possui caráter substancial na vida dos indivíduos. Para além da construção de meios de subsistência, o trabalho possibilita o estabelecimento de relações sociais e, em certa medida, a construção da própria identidade do sujeito, já que o ofício exercido acaba absorvido enquanto uma característica pessoal, o que faz com que os trabalhadores sejam associados ao trabalho que executam.

Para Marx (2017), o trabalho é um instrumento que possibilita ao homem, por meio de sua própria ação, modificar a natureza, apropriando-se de meios naturais para criar coisas que lhe serão úteis por sua racionalidade. Para que o processo de trabalho se efetive, é necessário que haja “vontade orientada a um fim” (MARX, 2017, p. 256), objeto e meio. O objeto do trabalho pode ser tanto coisas naturais que não sofreram interferência humana, como madeira ou minério, quanto matérias-primas que já foram modificadas pelo homem. Já o meio de trabalho consiste na forma como o homem irá utilizar o objeto para atingir o seu propósito, ou seja, é uma ferramenta.

Assim,

No processo de trabalho, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma (MARX, 2017, p. 258).

No sistema capitalista, o trabalhador vende sua força de trabalho e desenvolve suas funções de acordo com as ordens dadas pelo capitalista, que o controla e é detentor dos meios de produção. Dessa forma, o uso do objeto e do meio de trabalho é supervisionado para que não haja desperdícios, a fim de que seja possível utilizá-los ao máximo. Nesse caso, o produto final pertence ao capitalista e não ao trabalhador.

Segundo Harvey (2016), a apropriação da força de trabalho pelo capital faz surgir o trabalho alienado, na medida em que este passa a ser estruturado unicamente para atender aos desejos de obtenção de lucro do capitalista. Com isso, é construído um poder de dominação sob a classe trabalhadora que passou por diversas transformações no decorrer do tempo.

De acordo com Antunes (2011, p. 17), “o continente latino-americano nasceu sob a égide do trabalho”. Isso porque, antes da colonização europeia no século XV, o povo nativo já utilizava o trabalho como meio de assegurar sua subsistência, através da caça, pesca, extrativismo agrícola etc. Contudo, com o advento da colonização, iniciou-se o processo moderno de exploração do trabalho, uma vez que para conseguir explorar e extrair as riquezas das colônias, os colonizadores se apropriavam do trabalho realizado pelos nativos e posteriormente dos negros africanos, dando início à escravidão colonial.

Marcada pela ausência de liberdade, opressão e deliberada agressão física, a escravidão colonial impunha aos escravos condições de vida extremamente precárias: habitavam casebres de pau a pique, geralmente sem nenhuma ventilação ou compostas de grades, alimentavam-se apenas do que era permitido pelos seus senhores, sem variações: feijão, farinha de mandioca, angu, por vezes pedaços de toucinho. Vestiam-se com as roupas que lhes eram fornecidas: de duas a três mudas por ano. Quando ficavam doentes, recorriam a curandeiros e feiticeiros, até porque a parca assistência médica existente ainda era pouco desenvolvida e, ainda assim, os senhores não despenderiam com essa assistência para cuidar de escravos. Se fizessem algo que desagradasse os seus senhores ou os desobedecessem, os escravos eram severamente punidos: tronco, palmatória açoites e chicotes. Esses eram de longe os mais brandos dos castigos utilizados contra os escravos (COSTA, 2010).

Todo o trabalho duramente desempenhado não lhes rendia nenhuma vantagem.
Ao contrário,

Mal nutridos, mal vestidos, minados pelas verminoses e pelas febres, pela tuberculose e a sífilis, epidemias de varíola, cólera e febre amarela, que assolavam o país de tempos em tempos, submetidos a um intenso horário de trabalho que atingia dezesseis a dezoito horas diárias (incluindo o serão da noite), os escravos morriam em grande número (COSTA, 2010, p.288).

O regime escravocrata legal foi abolido, num momento em que o capitalismo se desenvolvia e possibilitava novas formas de investimento e lucro para os senhores, como estradas de ferro, indústrias e bancos. A essa altura, não compensava para os mais abastados manter o capital engessado no sistema escravagista, mas sim aplicá-lo nas novas possibilidades de expansão produtiva que surgiam, como as inovações tecnológicas. Além do que, o custo para comprar e manter escravos já se igualava ou excedia ao nível salarial local (COSTA, 2010).

A constituição do trabalho assalariado na América Latina se deu a partir de meados do século XIX, em razão da ampliação do capitalismo industrial, do decorrente êxodo rural e do desenvolvimento de serviços agrário-exportadores, que necessitavam de vasta mão de obra. Com o posterior avanço de atividades manufatureiras e industriais, já no século XX, o contingente de trabalhadores no continente em questão aumentou consideravelmente, especialmente no Brasil, no Uruguai e na Argentina. A classe trabalhadora da América Latina surgiu, portanto, neste contexto temporo-espacial, concentrada prioritariamente nos setores minerários, têxteis e fabris e nos serviços ferroviários, portuários e de construção civil (ANTUNES, 2011).

Desde o início, a classe trabalhadora teve como particularidade a excessiva exploração da sua força de trabalho, que se intensificou ainda mais com a expansão do capitalismo industrial e seus modos de produção, como o taylorismo e o fordismo. Esses padrões produtivos tinham como principais características: a produção em massa; o controle do tempo e dos movimentos executados pelos trabalhadores; a separação entre elaboração e execução do trabalho, que eram realizadas por ocupantes de cargos distintos, representando a verticalização de funções (ANTUNES, 2011).

Tais formas de produção na América Latina não ocasionaram a mesma extensão de efeitos ocorridos nos países centrais, de industrialização mais avançada, em decorrência da subordinação e da relação de dependência estrutural daqueles em relação a

estes, bem como o fato da industrialização ter se realizado de forma tardia nos países latino-americanos. Entretanto, isso não impediu que a classe operária promovesse greves e manifestações em prol de melhores condições de trabalho e avançasse na promoção de lutas sociais.

Com a eclosão da crise estrutural do capitalismo, no início dos anos de 1970, que teve como um dos fatores o esgotamento do modo de produção e acumulação taylorista/fordista, iniciou-se uma forma de reorganização do capital, a fim de recuperar seu ciclo produtivo e nível de acumulação, com a consequência da reestruturação produtiva que atingiu diretamente o mundo do trabalho: o toyotismo (ANTUNES, 2009).

O toyotismo possui como principais características: produção variada e heterogênea para que seja possível atender às demandas individualizadas do mercado; trabalho em equipe, tendo o trabalhador múltiplas funções; processo produtivo flexível; utilização do método *just in time*; horizontalização do complexo produtivo.

Enquanto as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores do modelo taylorista/fordista limitavam-se a atos repetitivos e mecânicos, o trabalhador passou a ser multifuncional, polivalente e mais participativo pelo modelo toyotista, de modo que, além da capacidade de trabalho físico, passou a ser explorada a capacidade de trabalho intelectual.

Por isso, conforme ressalta Antunes:

Juzgamos pertinente afirmar que la “sustitución” del fordismo por el toyotismo no debe ser entendida, aunque parezca obvio, como um nuevo modo de organización social, libre de los estigmas del sistema productor de mercancías y tampoco debe ser tomado como um avance em relación a la fase fordista y taylorista del capitalismo (ANTUNES, 1995, p. 45).

Segundo Harvey (2014), a reestruturação produtiva trouxe em seu bojo a acumulação flexível, que vai de encontro à rigidez imposta pelo fordismo, flexibilizando os modelos de trabalho, dos produtos e de consumo. Surgem, assim, novos setores de produção, novos mercados, bem como a introdução de novos padrões comercial, tecnológico e organizacional. Ademais, a reestruturação produtiva propiciou o advento do neoliberalismo e de todas suas pautas sustentadas, como a privatização estatal, redução dos direitos trabalhistas, opressão às atividades sindicais e às manifestações realizadas pelos trabalhadores em busca de melhorias laborais.

No Brasil, o neoliberalismo e o sistema de reestruturação produtiva se efetivaram a partir da década de 1990, no governo de Fernando Collor (1990-1992) e, mais à frente, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando este deu início a uma profunda política de privatização, desindustrialização e flexibilização, retraindo, por um lado, o número de empregos e ampliando, por outro lado, as formas de precarização do trabalho e o número de trabalhadores na informalidade (ANTUNES, 2011).

Assim, o processo de reestruturação produtiva e o uso crescente de métodos automatizados para incrementar a produtividade, conjugados com a flexibilização produtiva e organizacional e o advento do neoliberalismo, geraram consequências no mundo do trabalho: desemprego estrutural; ampliação da precarização do trabalho, como o trabalho parcial, terceirizado, subcontratado; maior controle do trabalho pelo empregador; imposição de qualificação do trabalhador, sem a garantia de retorno financeiro (ANTUNES, 2009).

Diante desse contexto, a classe trabalhadora passou por um processo de transformação, uma vez que já não se confunde com aquela existente no século passado. A “classe-que-vive-do-trabalho”, assim denominado pelo sociólogo Ricardo Antunes, do século XXI se vê em uma situação em que o trabalho estável e formal está cada vez mais dando espaço à informalidade, desregulamentação e precarização.

Observa-se uma crescente exploração da força de trabalho feminino, em virtude da clara vantagem obtida pelo empregador, já que há desigualdade de salários e direitos quando comparados aos garantidos pelos homens, e, também, um aumento da exploração do trabalho infantil pelas mesmas vantagens do empregador. O trabalho em domicílio também contribui para a exploração do trabalho feminino, por se aglutinar ao trabalho doméstico que geralmente é exercido por mulheres.

Outrossim, observa-se uma significativa exclusão de jovens que desejam ingressar no mercado de trabalho, bem como de trabalhadores considerados idosos que possuem a idade aproximada de quarenta anos e são descartados pelo capital, o que amplia o número de desempregados e incentiva a criação de empregos informais (ALVES; ANTUNES, 2004).

Por causa da retração do trabalho industrial e de serviços, assim como pela persistência do desemprego, se deu a expansão do “terceiro setor”, através das formas de trabalho voluntário, realizado em organizações não governamentais (ONG) e associações de perfis comunitários. Esse tipo de trabalho incorpora os trabalhadores excluídos do

mercado de trabalho, como aqueles mencionados acima, apresentando-se como alternativa para o desemprego, mas que são, na verdade, apenas funcionais para o sistema (ALVES; ANTUNES, 2004).

Diante de todas as transformações apontadas, convém mencionar a abrangência na qual está inserida a “classe-que-vive-do-trabalho”. Segundo Antunes (2009, p. 103), a classe trabalhadora representa todas as pessoas que “vendem a sua força de trabalho em troca de salário”, englobando tanto os trabalhadores considerados produtivos, ou seja, aqueles ligados diretamente à produção da mais-valia, quanto os improdutivos, que geralmente estão inseridos em formas de trabalho utilizadas como serviço e não geram diretamente valor. Incluem-se ainda nessa classe os trabalhadores rurais que têm sua força de trabalho explorada, os trabalhadores precarizados, terceirizados e, inclusive, os que estão desempregados. E estão excluídos da classe trabalhadora: gestores e funcionários do capital que controlam o processo de trabalho e a reprodução do capital, além de receber valores elevados, bem como aqueles que vivem do mercado especulativo e de juros (BERNARDO, 2009 apud ANTUNES, 2009).

Tendo ciência de todo contexto no qual está inserida a atual classe trabalhadora, é possível vislumbrar a facilidade que o capital possui de se aproveitar da fragilidade na qual se encontra os trabalhadores e alcançar as mais variadas formas de exploração do trabalho. Dentre as quais se encontra a exploração do trabalho escravo, que mesmo cruel e desumano, ainda permanece presente na sociedade em uma nova roupagem, conforme será esclarecido adiante.

1.2 Significados da expressão “trabalho escravo contemporâneo”

“Trabalho forçado”, “trabalho semi-escravo”, “escravidão branca”, “trabalho escravo por dívida”, “trabalho escravo contemporâneo”, “trabalho análogo à escravidão”, todos esses termos podem ser utilizados para refletir a situação do trabalhador que é obrigado a exercer suas funções sob condições de trabalho desumanas e degradantes. Essas variações terminológicas se justificam pelo fato deste tema perpassar por discussões dos mais variados campos (político, jurídico, ideológico, social, antropológico), sendo adotada uma ou outra em razão do contexto e da posição em que se encontra cada ator social envolvido. Nesse sentido,

É mais provável que entidades de defesa dos direitos humanos, representantes de organizações de trabalhadores, trabalhadores e seus advogados concordem entre si quanto à caracterização de uma situação. É provável também que discordem de representantes de órgãos públicos e empregadores em virtude de suas respectivas posições na cena política (ESTERCI, 1994 apud FIGUEIRA, 2004, p.44).

Trindade (2013) aponta o significado de alguns desses termos. A denominação “trabalho semi-escravo” está relacionada à superexploração do trabalho, ou seja, refere-se à submissão do trabalhador a jornadas de trabalho exaustivas, superiores ao limite legal de oito horas diárias, acrescidas de no máximo duas horas extras, ou quarenta e quatro horas semanais.² Já o termo “escravidão branca” ressalta o fato de que a escravidão atual não atinge apenas indivíduos negros, como outrora mencionado. Já a expressão “trabalho análogo à escravidão” é habitualmente empregada no âmbito jurídico, com o objetivo de dissociar esse tipo de trabalho com a escravidão ocorrida nos períodos colonial e imperial brasileiros.

O termo “trabalho forçado” é utilizado pela OIT, através da Convenção nº 29, que o conceitua como “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de uma sanção e para o qual a pessoa não se ofereceu espontaneamente”.³ Em razão da amplitude desse conceito, é possível incluir várias práticas coercitivas do trabalho, dentre as quais se encontram as formas contemporâneas de escravidão. Logo, no sentido das Convenções da OIT, o trabalho escravo é espécie do gênero “trabalho forçado”, o que pode ser comprovado pelo Relatório Global da OIT de 2005, que ao abordar sobre as terminologias utilizadas para retratar a exploração do trabalho forçado, constatou que:

No âmbito nacional, vários e diferentes termos podem ser usados para esconder as diferentes formas de coerção que esses países procuram erradicar. Nos países sul-asiáticos, regiões da Índia, Paquistão e até certo ponto o Nepal, há nas leis, que pretendem erradicar essa prática coercitiva, definições muito complexas de “servidão por dívida”. A maioria dos trabalhadores por dívida encaixar-se-iam plenamente na própria definição de trabalho forçado da OIT, mas possivelmente há exceções. No Brasil, a expressão preferida para práticas coercitivas de recrutamento e emprego em regiões remotas é “trabalho escravo”; todas as situações cobertas por essa expressão parecem enquadrar-se no contexto das convenções da OIT sobre trabalho forçado (OIT, 2005, p. 8).

² Art. 7º, XIII, da Constituição Federal e art. 59 da CLT.

³ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 29**, de 10 de junho de 1930, sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235021/lang--pt/index.htm. Acesso em 12 de abril de 2019.

Em decorrência da variedade de expressões utilizadas para designar a escravidão contemporânea, a escolha de um desses termos, segundo Sávio José Dias Rodrigues,

[...] traz consigo uma carga ideológica capaz de mobilizar ou não a sociedade, bem como os aparelhos de mídia e de justiça. Por exemplo, a utilização de um termo “trabalho análogo a escravidão” pode retirar o peso que é um trabalhador perder sua liberdade e ficar a mercê de gatos que o vigiam com armas, ou ainda “semiescravidão”, “trabalho forçado” ou “superexploração” fazem com que a imagem criada e imaginada pela população não chegue perto das condições degradantes que os trabalhadores sejam submetidos (RODRIGUES, 2016, p. 51).

Além disso,

Determinadas relações de exploração são de tal modo ultrajantes que escravidão passou a denunciar a desigualdade no limite da desumanização; espécie de metáfora do inaceitável, expressão de um sentimento de indignação que, afortunadamente, sob esta forma afeta segmentos mais amplos do que os obviamente envolvidos na luta pelos direitos (ESTERCI, 2008, p. 31).

Por este motivo, optou-se, nesta pesquisa, pela utilização do termo “trabalho escravo contemporâneo”, para evidenciar o quão cruel e aviltante é a persistência de tal forma de exploração do trabalho na sociedade atual, demarcando, assim, como esta prática será considerada no decorrer desta pesquisa.

Ademais, a utilização desta terminologia traz em sua essência a existência de uma relação de dominação entre empregador e empregado, que se legitima pelo consentimento dado por este (ESTERCI, 2008). Esse consentimento é conquistado em razão da própria desigualdade social, que facilita a submissão do indivíduo socioeconomicamente vulnerável às formas mais aviltantes de exploração pela mais remota possibilidade de garantir meios de subsistência para si e sua família. Desesperançosos pela falta de oportunidades e sem perspectivas de melhoria social, esses indivíduos acabam se tornando alvo fácil para ação de exploradores que desejam obter mão de obra barata e sem garantias laborais.

A concepção de trabalho escravo está geralmente associada à restrição da liberdade do trabalhador realizada através de aprisionamento ou violência física, entretanto, essa noção tradicional, advinda da experiência da escravidão ocorrida no período colonial, não se demonstra suficiente para retratar o trabalho escravo da contemporaneidade. É fato que o trabalhador sofre, muitas vezes, coerções físicas e/ou psicológicas para não tentar fugir do local de trabalho, porém, as formas contemporâneas de escravidão não se resumem a isso.

Conforme Figueira (2004), a escravidão contemporânea difere-se sob os vários aspectos da escravidão colonial. Primeiro, em razão da sua ilegalidade e curta duração, uma vez que os trabalhadores da contemporaneidade são descartáveis, tendo em vista o alto índice de desemprego e desigualdade social. Além disso, o custo da mão de obra do escravo contemporâneo é consideravelmente baixo quando comparado ao do escravo colonial, que era considerado uma propriedade do seu senhor, cuja riqueza poderia ser medida em função da quantidade de escravos. Esse baixo custo influencia diretamente na aferição de altos lucros do empregador, que pode substituir facilmente sua mão de obra.

Ademais, o trabalho escravo contemporâneo se sustenta principalmente em razão da fragilidade socioeconômica de indivíduos que necessitam de melhores condições de vida e acabam atraídos com propostas de trabalho que inicialmente se apresentam vantajosas, mas que são, na realidade, emboscadas preparadas por aqueles que desejam lucrar às custas da exploração desumana do trabalhador. Segundo Ela Castilho,

A conduta de escravizar não se limita à violação da liberdade física e pode existir mesmo havendo liberdade de locomoção. A vítima é livre do ponto de vista físico para deixar o trabalho, mas não o deixa porque se sente escravo. A escravidão se estabelece de forma sutil e complexa com a participação de vários agentes e até com o consentimento da vítima (CASTILHO, 2000, p. 57).

Assim, o trabalhador por vontade própria, confiando nas promessas que lhe foram feitas, aceita o trabalho e, no momento em que chega ao local onde exercerá suas funções, se depara com alojamento, alimentação e saneamento precários, jornadas de trabalho exaustivas, descontos exorbitantes no salário em função dos instrumentos de trabalho, da alimentação e alojamento fornecidos e/ou do deslocamento realizado da residência até o local de trabalho (COSTA, 2018).

E em razão da ampla discussão gerada pelo tema nos mais diversos campos do conhecimento, não existe um conceito pré-estabelecido sobre este fenômeno. Dentre as várias definições existentes, optou-se pela apresentada por Ela Castilho, que conceitua “trabalho escravo contemporâneo” como:

Aquele em que o empregador sujeita o empregado a condições de trabalho degradantes, inclusive quanto ao meio ambiente em que irá realizar a sua atividade laboral, submetendo-o, em geral, ao constrangimento físico e moral, que vai desde a deformação de seu consentimento ao celebrar o vínculo empregatício, passando pela proibição imposta ao obreiro de resilir o vínculo quando bem entender, tudo motivado pelo interesse mesquinho de ampliar os lucros às custas da exploração do trabalhador (CASTILHO, 2000, p. 58).

Tratadas as discussões teóricas acerca da terminologia e do significado do trabalho escravo na atualidade, convém analisar a maneira como a legislação brasileira versa sobre o referido assunto.

O Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) tipifica como crime a conduta de reduzir alguém a condições análogas a de escravo, estabelecendo pena de reclusão de dois a oito anos e multa àquele que cometer esta conduta. Segundo o art. 149 do referido diploma legal, estão em condições análogas a de escravo os trabalhadores submetidos a trabalhos forçados, jornada de trabalho exaustiva, condições degradantes de trabalho, bem como os trabalhadores que tem a sua locomoção restringida, por qualquer meio, em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Enquadram-se na mesma situação os trabalhadores que ficam retidos no local de trabalho, devido ao cerceamento do uso de meio de transporte, à manutenção de vigilância ostensiva e ao apoderamento de documentos ou objetos pessoais.

Apesar de caracterizar a conduta mencionada, o Código Penal não elucida o significado das situações que a tipificam. Sendo assim, a Instrução Normativa nº 139/2018 do Ministério do Trabalho esclarece a que corresponde cada uma dessas situações:

Art. 7º Para os fins previstos na presente Instrução Normativa:

I - Trabalho forçado é aquele exigido sob ameaça de sanção física ou psicológica e para o qual o trabalhador não tenha se oferecido ou no qual não deseje permanecer espontaneamente.

II - Jornada exaustiva é toda forma de trabalho, de natureza física ou mental, que, por sua extensão ou por sua intensidade, acarrete violação de direito fundamental do trabalhador, notadamente os relacionados a segurança, saúde, descanso e convívio familiar e social.

III - Condição degradante de trabalho é qualquer forma de negação da dignidade humana pela violação de direito fundamental do trabalhador, notadamente os dispostos nas normas de proteção do trabalho e de segurança, higiene e saúde no trabalho.

IV - Restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida é a limitação ao direito fundamental de ir e vir ou de encerrar a prestação do trabalho, em razão de débito imputado pelo empregador ou preposto ou da indução ao endividamento com terceiros.

V - Cerceamento do uso de qualquer meio de transporte é toda forma de limitação ao uso de meio de transporte existente, particular ou público, possível de ser utilizado pelo trabalhador para deixar local de trabalho ou alojamento.

VI - Vigilância ostensiva no local de trabalho é qualquer forma de controle ou fiscalização, direta ou indireta, por parte do empregador ou preposto, sobre a pessoa do trabalhador que o impeça de deixar local de trabalho ou alojamento.

VII - Apoderamento de documentos ou objetos pessoais é qualquer forma de posse ilícita do empregador ou preposto sobre documentos ou objetos pessoais do trabalhador (BRASIL, 2018, não paginado).

É justamente a possibilidade de cerceamento da liberdade de locomoção do trabalhador que difere o trabalho escravo do trabalho degradante. Neste, o exercício das atividades laborais se dá em desrespeito às normas trabalhistas e à observância das garantias de saúde e segurança sem, contudo, violar o direito à liberdade do trabalhador. Os casos concretos de trabalho escravo demonstram que a presença das condições degradantes de trabalho é algo corriqueiro, peculiar desse tipo de exploração, o que permite concluir que todo trabalho escravo é degradante, mas nem todo trabalho degradante é escravo (ALVES, 2009).

Dessa forma, nos termos do art. 149 do Código Penal, basta a existência de alguma das situações acima mencionadas para que o trabalhador esteja reduzido a condições análogas à de escravo, sendo desnecessária, para tanto, a reunião de todas as situações para configuração do crime (NUCCI, 2017).

Além da previsão deste artigo, o Código Penal criminaliza outras condutas que ferem a dignidade do trabalhador e estão relacionadas com a exploração do trabalho escravo, no seu artigo 203. De acordo com sua redação, aquele que “frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho”, “obrigar ou coagir alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida” ou “impedir alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais” (BRASIL, 1940, não paginado) estará sujeito à pena de detenção de um a dois anos e multa.

Expostos o conceito de trabalho escravo contemporâneo e as discussões que envolvem a temática, é necessário esclarecer a estratégia comumente adotada para recrutar os indivíduos que serão explorados: o aliciamento. O processo de aliciamento se desenvolve de maneira bastante organizada e conta com a participação de diversos agentes, indispensáveis para o êxito desse processo.

1.3 Aliciamento do trabalhador escravo rural

De acordo com a experiência e os estudos desenvolvidos por Ricardo Rezende Figueira (2004), o início do processo da escravização contemporânea se dá com o aliciamento realizado por um importante agente na consumação desse processo, denominado “gato”. O gato é um intermediador, um empreiteiro, que “tem contrato de

trabalho assinado com a empresa, pelo qual se compromete a entregar determinadas tarefas executadas em um prazo máximo previsto” (FIGUEIRA, 2004, p. 246).

Nesse sentido, entende-se que a ação dos gatos seria semelhante ao processo de terceirização dos trabalhadores, uma vez que estes recrutam pessoas para trabalhar para outrem, que é o verdadeiro demandante do serviço, mas por não querer se expor e na tentativa de se eximir de qualquer responsabilidade, utiliza a figura do gato para realizar o aliciamento. Nas palavras de Plassat,

Justamente esta é estratégia mais comum na prática contemporânea do trabalho escravo: o responsável pela atividade-fim contrata os serviços de terceirizados, imaginando eximir-se da responsabilidade de empregador. É jurisprudência constante a requalificação deste truque: porque no direito brasileiro do trabalho, o que predomina é a realidade da relação, não a sua roupagem legal. Tanto é que já se perdeu a conta dos fazendeiros obrigados a pagar pelas falcatruas do “gato” por eles interposto, das siderúrgicas intimadas a assumir as contas dos seus carvoeiros de fachada, e das usinas responsabilizadas por terceirização ilegal (PLASSAT, 2011 apud SANTOS, 2015, p. 144).

O aliciamento se concretiza através de uma proposta de emprego que gera interesse no trabalhador, o qual geralmente possui pouca ou nenhuma escolaridade, pela expectativa de conquistar uma vida melhor, não sendo exigida a apresentação de documentos pessoais e profissionais, como a Carteira de Trabalho, e quando o é, tais documentos ficam retidos. Em alguns casos, é oferecido ao trabalhador um adiantamento de parcela do seu salário como mais uma forma de ludibriá-lo a aceitar o emprego, que será, obviamente, cobrado mais tarde (TRINDADE, 2013).

Os trabalhadores aliciados provêm, intencionalmente, de localidades distantes de onde serão executados os serviços, o que dificulta ainda mais a tentativa de fuga. Em razão da distância, eles precisam ser transportados para o local de trabalho. O gato calcula a quantidade de pessoas que devem ser recrutadas, cria uma estratégia para aliciá-las e transportá-las, traçando um caminho que seja mais rápido e possua menos riscos de fiscalização da Polícia Rodoviária. Entre as décadas de 1970 e 1980, era comum utilizar caminhões para transportar os trabalhadores rurais, que ficavam escondidos sob uma lona. Conforme a fiscalização dos transportes passava a ser mais rigorosa, a estratégia teve que ser alterada e os trabalhadores passaram a ser levados mais frequentemente de ônibus ou até de trem, especificamente em locais compostos de ferrovias (FIGUEIRA, 2004).

Até que sejam recrutados, todos os trabalhadores necessitam de hospedagens. Segundo Lélío Bentes Correia (1999), os locais de hospedagem desses trabalhadores são

dotados de agentes facilitadores, que são coniventes e também lucram com a exploração, assim como as pessoas encarregadas do transporte para o local em que os trabalhadores serão explorados, fazendo parte da mesma rede de aliciamento.

Na localidade em que serão executados os serviços, os trabalhadores enfrentam longas jornadas de trabalho e passam a ser cobrados por valores extras exorbitantes, sejam por equipamentos que utilizam no trabalho, alimentação, vestuário e/ou alojamento, restando-lhes quase nada do salário devido.

Conforme Alves (2009), na apuração dos casos de trabalho escravo as situações mais recorrentes listadas pelo Ministério Público do Trabalho são: ausência de anotação na carteira de trabalho; falta de pagamento de salário; desconto salarial indevido realizado em razão do fornecimento de equipamentos e vestuário por parte do empregador; coação do trabalhador a utilizar o armazém da empresa; falta de instalações sanitárias nos alojamentos; alimentação precária; falta de fornecimento de água potável; retenção de documentos dos trabalhadores; submissão dos trabalhadores a jornadas exaustivas, com tempo escasso para descanso. Ao tentar sair dessa situação, rescindindo a relação de emprego, o trabalhador é dissuadido através de coação física ou psicológica, concretizadas por meio de agressões físicas, ameaças, retenção de documentos pessoais.

Diante dessa situação, conforme relata Figueira (2004), apesar da maioria dos trabalhadores se acuaem e permanecerem no ciclo de exploração, existem casos de trabalhadores que utilizam algumas formas de resistência para lutar contra a situação em que se encontram e tentar revertê-la, seja através da reação verbal ou física, “malandragem” ou, até mesmo, fuga.

A decisão de tomar alguma atitude advém, geralmente, do sentimento de injustiça diante do choque de realidade e da consequente percepção do trabalhador de que as promessas feitas pelo aliciador não serão cumpridas. Diante disso, uma das primeiras reações e formas de demonstrar sua inconformidade é a manifestação verbal, que pode ocorrer durante o caminho para o local de trabalho, neste próprio local ou num momento posterior. Porém, a manifestação inadequada de tal inconformidade pode gerar punições e, sabendo disso, a maioria dos trabalhadores preferem guardar o que realmente queriam dizer, pois “nem tudo pode ser dito” (FIGUEIRA, 2004, p. 367).

Neste contexto, para esses trabalhadores, o uso da palavra será importante no momento em que conseguirem denunciar o ocorrido às autoridades competentes, momento este em que poderão gozar de um poder que antes não lhes era permitido.

Assim, de forma geral,

A palavra serve, dependendo das variadas circunstâncias, para a negociação, para estabelecer ou ampliar o conflito, para a denúncia, para o pedido de socorro e para trocas de ameaças. Seu uso, quando se está numa atitude subordinada, requer alguns cuidados, caso contrário, pode criar em vez de solucionar problemas (FIGUEIRA, 2004, p. 369).

Por outro lado, é possível haver situações em que os trabalhadores, cansados e insatisfeitos com a realidade, tendem a reagir fisicamente. Esta reação mais violenta, que pode chegar ao cometimento de homicídio em casos mais sérios, tem possibilidade de ocorrer tanto entre trabalhadores quanto entre trabalhadores e fiscais, gatos ou empregadores, variando de acordo com idade, força física e grupo em qual o trabalhador está inserido.

Como exemplo, Figueira (2004) cita alguns casos ocorridos nos estados de Mato Grosso e do Piauí, onde trabalhadores, sentindo-se injustiçados, assassinaram brutalmente o gato, o qual teria feito o mesmo com um trabalhador ao ser ameaçado. Cita, ainda, exemplo de trabalhador que provocou uma briga coletiva ao jogar o prato de comida na cara de outro e, inclusive, um que tentou esfaquear o colega, enquanto este dormia, porque havia falado mal de seu serviço. Essas atitudes violentas geralmente são tomadas, segundo o autor, em momentos em que os indivíduos não conseguem controlar sua fúria ou, até mesmo, em razão de insegurança ou medo de que algo ruim lhes aconteça.

Existem ainda casos em que trabalhadores reagem com “malandragem”, executando mal o serviço para prejudicar o empregador, descobrindo formas de enganar os fiscais responsáveis pela vigilância de forma astuta ou formando alianças com estes. Há, por exemplo, relato de trabalhadores que conseguiram enganar os fiscais do local onde trabalhavam, apresentando-lhes um documento como se fosse uma convocação do Exército, com determinação de data para que comparecessem ao serviço militar obrigatório, sob pena de o Exército vir atrás deles. Como os fiscais, neste caso, não sabiam ler e tinham receio de causarem problemas maiores, acabaram liberando os trabalhadores. Outra “malandragem” relatada, usada com mais frequência entre trabalhadores, era a invenção de uma doença para convencer o fiscal ou empregador a levá-los à cidade para receberem atendimento médico e ter a chance de fugir (FIGUEIRA, 2004).

Quando nenhuma das formas citadas são eficazes para a libertação do trabalhador, só lhe resta tentar fugir. Para alguns, esta é a única opção possível desde o

início, basta que tenham uma oportunidade. Para outros, o medo da represália é tão grande que a possibilidade de fugir é completamente descartada, restando-lhes apenas a esperança de que um dia serão resgatados.

Sobre a fuga, Figueira relata que

No Piauí, foi possível ouvir diversos trabalhadores, falando das suas próprias fugas das fazendas do Pará, e sobre histórias de pessoas capturadas que, ao tentarem escapar, foram surradas, outras também mortas e os seus corpos queimados. Para obter sucesso, explicavam, devia haver uma estratégia. As partidas devem ser empreendidas após as 23 horas, quando todos dormem e tudo fica mais tranquilo. Uma chuva também pode ser uma ocasião oportuna, porque os pistoleiros diminuem a vigilância e se recolhem em locais abrigados. É mais prudente, durante a fuga, seguir pelo capim, margeando a estrada ou, não havendo ainda capim, pela mata. Bem distante da fazenda, com cuidado, tentar uma carona. O fugitivo evita o caminho que passa pela sede da fazenda, pois ali há homens armados (FIGUEIRA, 2004, p. 387).

Ao empreender a fuga, existem várias possibilidades para o trabalhador. Alguns voltam para casa, outros já buscam imediatamente um novo emprego sem denunciar o ocorrido ou procuram alguma instituição de apoio, como a Comissão Pastoral da Terra, para pedir ajuda tanto para voltar pra casa quanto para procederem a denúncia e reivindicarem seus direitos ou se dirigem diretamente à polícia.

Deste modo, o destino desses trabalhadores foragidos é incerto. Alguns conseguem voltar pra casa, outros acabam novamente aliciados, o que evidencia a fragilidade das medidas utilizadas para a erradicação do trabalho escravo e o quanto ainda tem que ser feito para alcançá-la.

Vale ressaltar que o aliciamento de trabalhadores é um crime previsto no art. 207 do Código Penal, cuja pena varia de um a três anos de detenção e multa. E incorre na mesma pena, inclusive, quem “recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem” (BRASIL, 1940, não paginado).

Além do exposto, destaca-se que o aliciamento para o trabalho escravo pode ser favorecido em decorrência de fatores relacionados ao território em que se encontra o trabalhador. Da mesma forma, as características territoriais podem justificar a incidência de trabalho escravo em maior quantidade em determinados territórios do que em outros. Por esses motivos, torna-se necessário explicar melhor a influência que o território exerce sobre a exploração da escravidão contemporânea.

1.3.1 Implicação do território no trabalho escravo contemporâneo

Segundo Haesbaert (2007), o conceito de território traz em sua essência um duplo sentido, material e simbólico. Nessa perspectiva, o sentido material está atrelado às dimensões funcional e concreta de território, representado pelo seu valor de troca, enquanto o sentido simbólico se expressaria por seu valor de uso, que é permeado por relações afetivas e culturais construídas pelo indivíduo que darão significado àquele espaço.

Em ambos os sentidos, a concepção de território está intimamente ligada à ideia de poder. Poder este que pode ser exercido por meio de um processo de dominação jurídico-política da terra ou de sua apropriação. O território, portanto, é um espaço que possibilita aos indivíduos a sua produção e reprodução social, mediadas por relações de poder. Em suma: “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Sabe-se que a exploração do trabalho escravo contemporâneo ocorre em sua maioria em territórios rurais, realidade esta que traz implícitas relações de poder assimétricas entre aqueles que exploram e os que são explorados, tanto no que concerne ao exercício do poder material, quanto do poder simbólico. No âmbito do poder material, essa assimetria se evidencia uma vez que as relações desenvolvidas entre trabalhador e empregador se dão em um território demarcado pela posse da terra ou propriedade privada sob o domínio de uma minoria, em detrimento de uma maioria que nunca teve acesso a terra ou que foi expropriada desta.

Neste caso, a escassez de uma política de reforma agrária justifica o agravamento da desigualdade na distribuição fundiária. Estima-se que três a seis milhões de famílias poderiam se beneficiar com essa política, uma vez que o país possui cerca de 231 milhões de hectares de terras que poderiam ser destinadas a essa política, já excluídas as reservas indígenas e áreas de conservação. A efetivação da reforma agrária promoveria um estímulo à produtividade rural, especialmente no que tange ao consumo interno, bem como impulsionaria a agricultura familiar, haja vista que grande parte do consumo de alimentos no país advém da produção destes agricultores (CARTER, 2010). Assim, a distribuição justa das terras diminuiria a disparidade social, bem como a necessidade de migração dos trabalhadores rurais para buscar uma fonte de renda, o que acarretaria na diminuição da exploração da mão de obra escrava no meio rural.

Já com relação ao poder simbólico, a assimetria mencionada pode ser verificada em decorrência da existência de certa ausência do Estado nos territórios rurais pela distância e isolamento desses locais dos centros urbanos, o que dificulta o acesso do Poder Público e simplifica a ocorrência de práticas ilegais, como a violência rural e o trabalho escravo. Além disso, a ausência do Estado também pode ser verificada na escassez de políticas sociais eficientes voltadas para a população rural, como a reforma agrária, com o intuito de reduzir a desigualdade e possibilitar a inclusão social. Todos esses pontos citados são fatores que favorecem maior exploração do trabalho escravo em territórios rurais do que em territórios urbanos.

1.4 Trabalho escravo sob a perspectiva dos direitos humanos

No âmbito internacional, existem três atores que se destacam na defesa dos direitos humanos e do trabalhador: a Organização das Nações Unidas (ONU), a OIT e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

A ONU, fundada oficialmente em 1945 pela Carta das Nações Unidas, estabeleceu como um dos seus objetivos a promoção e preservação dos direitos fundamentais do homem, criando, para tanto, a Assembleia Geral e a Corte Internacional de Justiça enquanto uns dos seus órgãos, para analisar situações, submetidas pelos Estados-membros, que contrariem finalidades e objetivos estabelecidos na Carta e realizar as devidas recomendações quanto à resolução das situações apresentadas.

A Assembleia Geral, através da Resolução 60/251, criou o Conselho de Direitos Humanos, em 2006, cuja função principal consistiria em instituir uma revisão periódica universal, para averiguar o cumprimento dos compromissos e obrigações dos Estados-membros em tema de direitos humanos. Assim, a Revisão Periódica Universal (RPU) é um processo no qual o Estado avaliado tem a possibilidade de relatar situações problemáticas que envolvam os direitos humanos, para que outros Estados avaliem o relatado, podendo compartilhar algumas medidas adotadas para a resolução dos problemas e elaborar recomendações. As recomendações não são impostas ao Estado avaliado, cabendo a este decidir se as acatará ou não. Caso estas sejam acatadas, é firmado um compromisso perante a ONU, devendo o Estado prestar informações quanto à efetivação de tais recomendações.

Tudo o que é relatado e discutido, inclusive as recomendações apresentadas, é incluído no relatório de resultado.⁴

O último ciclo do Brasil na RPU, enquanto Estado avaliado, ocorreu em 2017. No relatório gerado, foram realizadas 246 recomendações, das quais 242 foram acatadas. Dentre as recomendações acatadas, sete foram direcionadas ao combate das formas contemporâneas de trabalho escravo no país, no sentido de dar continuidade, fortalecer e efetivar as medidas vigentes na luta contra essa prática, bem como adotar novas estratégias para lidar com a escravidão.⁵

Além dessas contribuições periódicas, deve-se registrar um importante feito da Assembleia Geral da ONU: a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948. Esta Declaração constitui um marco na luta pela proteção aos direitos do homem, por estabelecer direitos e liberdades básicos que devem ser promovidos e resguardados, em prol da valorização da dignidade humana.

Segundo Piovesan (2006), a Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta uma noção contemporânea destes direitos, advinda de um processo de internacionalização dos mesmos após atrocidades ocorridas durante o nazismo, promovidas pelo próprio Estado. A partir dessa noção, os direitos humanos passam a ser marcados por duas importantes características: universalidade e indivisibilidade. Nesse sentido, advoga-se que os direitos fundamentais do homem se estendem a todos os indivíduos, já que ser humano seria o único requisito exigido para se obter a titularidade desses direitos. Ademais, por representar um conjunto de direitos que perpassa pelos mais variados campos (civis, políticos, culturais etc.), estes devem ser exercidos em sua completude, sendo, portanto, interdependentes.

Entretanto, apesar de toda essa concepção universal, é sabido que existe um acirrado debate acerca da real universalidade desses direitos, principalmente em decorrência do relativismo cultural, afora outras questões que desafiam a implementação dos direitos humanos, como a influência do pensamento ocidental na sua criação. Ademais, os direitos fundamentais do homem não possuem cotidianamente um alcance universal, em função da grande desigualdade social existente na sociedade e da dificuldade de acesso, por

⁴ Informações extraídas do site: <https://nacoesunidas.org/revisao-periodica-universal-perguntas-e-respostas>

⁵ CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS. **Rascunho do relatório do Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/08/RPU-Brasil.docx.docx.pdf>

parte da maioria, a serviços básicos, mas essenciais, como educação, saúde, segurança, lazer.

Nesse sentido, ainda há muito que fazer para que todos os indivíduos possam, efetivamente, usufruir e ter os seus direitos resguardados. Ainda assim, não há como negar a importância da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que o reconhecimento do homem enquanto titular de direitos e detentor de uma dignidade que deve ser preservada é o primeiro passo na luta pelo respeito à dignidade humana e fruição dos direitos humanos.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é possível relacionar a censura a quaisquer formas de exploração de trabalho escravo, em quatro disposições. A primeira, em seu artigo 4º, que enuncia: “ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”. A segunda, no artigo 5º, que dispõe: “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. A terceira, no artigo 13, §1º, que assevera: “toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado”. E a última, no artigo 23, § 1º, que traz a seguinte disposição: “toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”.

Sequencialmente, como dito alhures, o segundo ator importante na promoção e preservação dos direitos do trabalhador é a OIT. Como uma agência das Nações Unidas, essa organização tem como fito o desenvolvimento da justiça social e do acesso ao trabalho decente, através da criação e execução de regras trabalhistas internacionais. Tais regras internacionais podem ser formuladas através de convenções, protocolos, recomendações, resoluções e declarações.

Convenções e protocolos, quando ratificados pelo Estado-Membro, devem ser obrigatoriamente observados e respeitados, pois passam a fazer parte do seu sistema jurídico, ao contrário de recomendações, resoluções e declarações que não possuem caráter vinculante. A verificação da efetiva aplicação das convenções e protocolos ratificados é realizada pela Comissão de Peritos para a Aplicação das Convenções e das Recomendações. Essa Comissão analisa as informações prestadas pelo Estado-Membro sobre as medidas adotadas para implementação de cada convenção ratificada e disponibiliza um relatório com suas considerações, que devem ser observadas e, se necessário, respondidas.

Na avaliação, a Comissão pode realizar observações ou solicitações diretas. As observações são comentários realizados acerca da aplicação de uma convenção específica por um país, a partir do que este relata. As observações podem ser acessadas através do relatório publicado pelo comitê. Já as solicitações diretas não são públicas, pois são requisitadas diretamente ao país envolvido e referem-se a questionamentos técnicos acerca das informações prestadas pelo Estado.⁶

As últimas observações realizadas pela Comissão ao Brasil foram publicadas em 2016, com relação à Convenção nº 29, que dispõe sobre o trabalho forçado, adotada por este Estado.⁷ Ao todo, foram feitas nove observações: 1) incentiva o país a manter e fortalecer as medidas adotadas para combate ao trabalho escravo; 2) sugere que sejam divulgadas informações quanto às expropriações realizadas sobre os imóveis em que houver a prática do trabalho escravo, conforme assegura o artigo 243 da Constituição Federal, bem como informações sobre a destinação do dinheiro advindo dessa expropriação; 3) ressalta a atitude do país de criminalizar o trabalho escravo, conforme assevera o artigo 149 do Código Penal; 4) recomenda que os projetos de lei que visam alterar o artigo em questão não obstaculizem o combate a essa prática e a proteção à vítima; 5) encoraja o Estado a permanecer divulgando o nome dos empregadores envolvidos no trabalho escravo, através da “lista suja”; 6) reforça a importância de o Governo despender recursos humanos e financeiros para localizar os focos do trabalho escravo no país, a fim de combatê-los; 7) aconselha que o país apoie a ação das autoridades envolvidas na identificação e supressão do trabalho escravo, como o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho; 8) sublinha a importância do julgamento e condenação em desfavor daqueles que utilizam o trabalho escravo, em atendimento ao artigo 25 da Convenção nº 29, que prevê a necessidade da aplicação rigorosa das sanções penais nesses casos, como forma de combater a prática; e 9) ressalta a importância da ação do Estado em conjunto com a sociedade para erradicação dessa prática, aconselhando que sejam divulgadas as ações realizadas pelos órgãos específicos.

No que tange aos instrumentos normativos promulgados pela OIT relacionados à temática, os mais importantes são: a Convenção nº 29, que dispõe sobre trabalho forçado; a Convenção nº 105, que versa sobre a abolição do trabalho forçado e o Protocolo à Convenção sobre o Trabalho Forçado.

⁶ Informações retiradas do site: <https://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>

⁷ As observações podem ser acessadas através do site: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:20010::NO::>

A Convenção nº 29, designada “Convenção sobre o Trabalho Forçado”, foi sistematizada em 1930, com o objetivo de fazer com que os Estados que a ratificassem se comprometessem a extinguir, o mais breve possível, todas as formas de trabalho forçado existentes em seu território (OIT, 2010). O Brasil ratificou esta Convenção apenas em 1957. Como dito anteriormente, esta Convenção trouxe, em seu artigo 2º, a definição de trabalho forçado. Ainda no artigo 2º, foram elencadas situações que não são configuradas como trabalho forçado, quais sejam trabalhos exigidos em decorrência do serviço militar obrigatório, em função de obrigações cívicas ou condenações judiciais e em casos de guerra ou calamidade que coloquem em risco a vida de parte ou toda a população.

A abrangência da definição de trabalho forçado foi justificada pela OIT em razão da tentativa de abarcar as mais diversas formas de manifestação desse fenômeno, levando-se em consideração a variedade de países que fazem uso desse tipo de trabalho. Assim,

Tal concepção não procurou referir-se às formas específicas de trabalho forçado existentes nas diferentes regiões do mundo, mas abarcar todas as formas possíveis de trabalho forçado, sejam elas antigas, como a escravidão colonial, ou contemporâneas, como o tráfico de seres humanos e o trabalho penitenciário. Diante dessa abrangência, cabe a cada país que enfrenta situações específicas de trabalho forçado adotar uma legislação particular que tipifique detalhadamente essa prática, a fim de que ela possa ser penalmente sancionada (OIT, 2010, p. 36-37).

Deve-se levar em consideração que a Convenção nº 29 foi elaborada na década de 1930, época em que ainda não haviam sido consolidados os direitos dos trabalhadores, o que propiciava a ocorrência de trabalho forçado, e estes lutavam por melhores condições no exercício das suas funções. Dentro desse contexto, é justificável a utilização do termo “trabalho forçado” para englobar as práticas abusivas ocorridas contra o trabalhador como um todo.

Elaborada em 1957, a Convenção nº 105 buscou especificar e atualizar o conceito de trabalho forçado, definindo, no seu primeiro artigo, cinco casos específicos que configuram o trabalho forçado: aquele usado como 1) punição pela manifestação de opiniões políticas ou ideológicas divergentes do sistema político vigente, 2) forma de alcançar o desenvolvimento econômico do Estado, 3) meio de disciplinar trabalhadores, 4) maneira de puni-los em razão da participação de greve, e 5) forma de discriminação social, racial, religiosa, nacional. Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º,

inciso XLVII, proíbe a aplicação pelo Estado de penas de trabalho forçado àqueles que infringirem os preceitos legais.

Assim, os Estados que ratificarem esta Convenção, além de estarem obrigados a abolir o trabalho forçado, não podem ainda utilizá-lo como escusa para punir aqueles que se enquadrem nos casos mencionados acima. Além disso, estes Estados se comprometem a adequar suas legislações penais, no sentido de prever sanções penais àqueles que fizerem uso desse tipo de trabalho, com o intuito de funcionar como uma medida preventiva, tanto por ser um meio de dissuadir o empregador a permanecer ou iniciar esta prática quanto uma forma de incentivar a vítima ou sociedade a denunciar a exploração do trabalho forçado (OIT, 2010).

O Brasil ratificou a Convenção nº 105, em 1965. O ato de reduzir alguém a condições análogas a de escravo já era um crime previsto no artigo 149 do Código Penal desde a sua promulgação, em 1940. Entretanto, no texto original, não havia qualquer explicação ou detalhamento de como este crime se constituiria. A redação dizia apenas “reduzir alguém a condição análoga à de escravo: pena - reclusão, de dois a oito anos” (BRASIL, 1940, não paginado). O caráter genérico desse texto dificultava a formação de um consenso na doutrina e jurisprudência acerca da caracterização do crime, interferindo, consequentemente, na efetiva punição e aplicação da pena prevista.

Apenas em 11 de dezembro de 2003, com o advento da Lei nº 10.803, que a redação original do artigo 149 foi alterada, definindo o crime de forma mais precisa e clara, da forma como se conhece atualmente. Até lá, a imprecisão na definição sobre redução a condições análogas a de escravo propiciou, certamente, a impunidade e dificultou a libertação dos trabalhadores que se encontravam nessa situação.

Além das Convenções já mencionadas, há Protocolo à Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 2014, ratificado pelo Brasil em 2017, que reafirma a importância da supressão de todas as formas de manifestação do trabalho escravo e estipula a inclusão de algumas medidas que devem ser tomadas pelos Estados no combate a esta prática, quais sejam:

- (a) educação e informação destinada especialmente a pessoas consideradas particularmente vulneráveis, a fim de evitar que sejam vítimas de trabalho forçado ou compulsório;
- (b) educação e informação destinadas aos empregadores, a fim de evitar o envolvimento em práticas de trabalho forçado ou compulsório;
- (c) esforços para assegurar que: (i) o escopo da legislação relativa à prevenção do trabalho forçado e compulsório e o controle de sua aplicação, inclusive a legislação trabalhista quando aplicável, abranjam todos os trabalhadores e todos

os setores da economia, e (ii) os serviços de inspeção do trabalho e outros serviços responsáveis pela aplicação dessa legislação sejam fortalecidos; (d) a proteção das pessoas, em particular dos trabalhadores migrantes, contra possíveis práticas abusivas e fraudulentas no processo de recrutamento e colocação; (e) apoio aos setores público e privado para atuar com a devida diligência a fim de prevenir o trabalho forçado ou compulsório e responder aos riscos envolvidos; e (f) ações para abordar as causas geradoras e os fatores que aumentam o risco de trabalho forçado ou compulsório (OIT, 2014, não paginado).

Além dessas medidas, o Protocolo estipula que os Estados devem buscar meios de apoiar, prestar assistência e proteger os trabalhadores resgatados.

Todas essas normas internacionais do trabalho, somadas à promoção de emprego de qualidade, extensão da proteção social e diálogo social, são os pilares nos quais se sustentam a promoção do trabalho decente. Segundo a OIT, o trabalho decente corresponde ao

[...] direito de todo homem ou mulher ao exercício de um trabalho produtivo, adequadamente remunerado e exercido em condições de liberdade, equidade e segurança. Ele não é só a garantia de uma vida digna para o trabalhador, como uma condição básica para a superação da pobreza e redução das desigualdades sociais, além de constituir a base de um governo democrático e de um desenvolvimento autônomo e sustentável (BRASIL, 2009, não paginado).

A promoção de trabalho decente e de igualdade de oportunidades, segundo a OIT, é de fundamental importância no combate ao trabalho escravo, infantil e tráfico de pessoas. Nesse sentido, o Brasil, em 2006, lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente para estimular a oferta de trabalho decente, com base em três prioridades: geração de empregos com igualdade de tratamento e de oportunidade, combate ao trabalho escravo e infantil, fortalecimento do diálogo social entre organizações de trabalhadores, empregadores e Estado.⁸ Após dois anos, o Governo lançou o 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, estipulando ações de combate ao trabalho escravo e, consequentemente, promoção do trabalho decente.

Por fim, convém discorrer sobre a OEA, a qual é um órgão internacional regional, criado em 1948, por meio da Carta da Organização dos Estados Americanos, com o intuito de proteger os interesses dos países que compõem o continente americano, observando a democracia, a soberania e os direitos humanos.

Dentre os órgãos que integram a OEA, está a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que tem como principal atribuição, de acordo com o artigo 106 da Carta

⁸ Informações extraídas do site: https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/WCMS_302660/lang-pt/index.htm

da Organização dos Estados Americanos, celebrada em 1948 e vigente desde 1951, “promover o respeito e a defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da Organização em tal matéria” (OEA, 1993, não paginado).

Para desempenhar seu papel, a Comissão tem o poder de receber e analisar petições individuais que tenham, como conteúdo, supostas violações de direitos humanos cometidas pelos Estados-membros, podendo apresentar os casos ao julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Além disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem o condão de fazer uma visita *in loco* nos países para proceder a uma investigação de situação específica ou analisar alguma situação de forma geral ou, ainda, fazer recomendações aos Estados com relação à adoção de medidas que contribuam para proteção e fortalecimento dos direitos humanos.⁹

A interferência desta Comissão nos Estados-membros pode gerar efeitos positivos. O Brasil passou, por exemplo, a tomar medidas contra o trabalho escravo contemporâneo em decorrência de um processo iniciado, em 1994, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por violação aos direitos humanos. Este processo ocorreu através de uma denúncia realizada pela Comissão Pastoral da Terra sobre um trabalhador escravo, que conseguiu fugir da fazenda onde trabalhava no interior do estado do Pará e delatar a situação em que se encontrava às autoridades competentes, que nada fizeram para investigar e punir os responsáveis. O “caso José Pereira”, assim conhecido nacionalmente, levou o Estado Brasileiro a ser julgado pela falta de amparo aos trabalhadores submetidos a trabalho escravo e pela inércia na apuração dos fatos e punição dos infratores, resultando em acordo assinado em 2003, em que o Estado se comprometeu a elaborar políticas públicas para a erradicação das formas contemporâneas de trabalho escravo. A reformulação do artigo 149 do Código Penal, aprovada no mesmo ano, foi uma delas (BRANDÃO; ROCHA, 2013).

Recentemente, em 2016, o Brasil foi novamente julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por causa de trabalho escravo. O caso se refere a uma fiscalização ocorrida no ano 2000 em uma fazenda também no Pará, onde foram encontrados trabalhadores escravos. Estes foram aliciados no interior do Piauí e transportados à fazenda, por dias, através de ônibus, trem e caminhão. Quando chegaram ao local da exploração, tiveram suas carteiras de trabalho recolhidas e eram obrigados a assinarem documentos em branco. Trabalhavam doze horas diárias, sob a vigilância armada

⁹ Informações extraídas do site: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/funciones.asp>

e ameaças, dormiam em redes colocadas em galpões sem energia elétrica e nem armário para guardar seus pertences, se alimentavam de forma precária e, ainda assim, sofriam descontos nos salários em função da alimentação fornecida e, quando necessitavam, não tinham cuidados médicos.

Neste caso, diferente do caso passado em que o Estado brasileiro conseguiu fechar um acordo, o Brasil foi condenado e terá, como consequência, que reiniciar as investigações sobre o caso, pagar indenização às vítimas pelos danos sofridos e providenciar medidas para não permitir que incida prescrição no crime de redução a condição análoga à de escravo.¹⁰

Com essa sentença, o Brasil foi o primeiro país do continente americano a ser julgado e condenado por violação ao direito do trabalhador de não ser submetido a qualquer forma de escravidão, conforme garante o artigo 6º da Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como “Pacto de São José da Costa Rica”, que é uma das bases normativas para o respeito e a proteção dos direitos humanos dentro do sistema interamericano. O artigo 6º desta Convenção dispõe que “ninguém pode ser submetido a escravidão ou a servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos em todas as suas formas” e que “ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório” (OEA, 1969, não paginado).

No Brasil, a escravidão contemporânea se desenvolve em diversos territórios. Diante do que foi exposto neste capítulo com relação ao significado do trabalho escravo contemporâneo, à forma como essa prática se inicia e como as normas legais do âmbito nacional e internacional abordam o tema, será analisado no capítulo seguinte como a escravidão contemporânea se manifesta no Vale do Jequitinhonha, recorte espacial escolhido para exame mais detalhado deste fenômeno.

¹⁰ Informações extraídas do site <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/3550-em-sentenca-historica-da-corte-interamericana-oea-brasil-e-condenado-por-trabalho-escravo-e-trafico-de-pessoas>

2 EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO EM TERRITÓRIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA

De acordo com os dados extraídos do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas,¹¹ no período de 2003 a 2018, foram resgatados 3.711 trabalhadores escravos no estado de Minas Gerais. Esse número comporta, dentre outros, os resgates realizados no Vale do Jequitinhonha, o que atesta a existência desse tipo de trabalho na região. E para compreender o processo de exploração do trabalho em territórios do Vale, é necessário perpassar por sua formação histórica, marcada pela espoliação de recursos, dominação das terras pelo capital e desigualdade social. Por isso, a proposta deste capítulo é percorrer os fatos históricos da região, analisar os dados oficiais sobre os casos de trabalho escravo contemporâneo no Vale do Jequitinhonha e, por fim, traçar de maneira geral o perfil de trabalhadores que são escravizados e de empregadores que exploram esse tipo de mão de obra.

2.1 Vale do Jequitinhonha: formação histórica, econômica e social

A exploração dos recursos naturais e humanos do Vale do Jequitinhonha é uma constante desde o período colonial (séculos XVI a XIX), época em que boa parte da riqueza mineral, agrícola e pecuária da região foi extraída e exportada para o abastecimento de Portugal, por meio da utilização da força de trabalho dos negros escravizados e migrantes. Com o enfraquecimento dessa economia baseada na extração de minérios e na agropecuária, devido à intensidade da exploração, e para a manutenção da subsistência local e regional, as terras devolutas, chamadas de terras de chapadas, passaram a ser ocupadas e utilizadas para produção interna. De acordo com Calixto, a chapada

[...] era uma terra comum, da qual todos os membros da comunidade podiam extrair os recursos necessários. Era também nas chapadas que os moradores criavam animais no regime de solta, engordavam gado com capim nativo, soltavam os animais de trabalho, como cavalos e burros. A chapada era ao mesmo tempo de ninguém e de todo mundo (CALIXTO, 2006, p. 46).

¹¹ Plataforma digital desenvolvida pelo MPT em parceria com a OIT, que reúne informações sobre o tema a partir das informações inseridas em sistemas públicos, como o Sistema de Controle da Erradicação do Trabalho Escravo e o Sistema de Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado. A plataforma fornece informações consolidadas de cada município/estado do país sobre operações e resgates realizados, naturalidade, residência e perfil dos trabalhadores.

Essa situação passa por uma alteração, no momento em que a região do Vale do Jequitinhonha é inserida no projeto de modernização nacional e, como consequência, passa por um processo de expropriação e dominação das suas terras pelo capital (SOUZA; MOREIRA, 2017). O Estado, nesse contexto, ignora trabalho e produção realizados pelos camponeses em tais terras e retira-os das mesmas, comumente sem direito a uma indenização satisfatória, com o fito de transformá-las em propriedades privadas pela venda para grandes empresas.

O processo de expropriação ocorrido em territórios do Vale demonstra o papel do Estado como agente desterritorializador e reterritorializador, segundo os conceitos por Haesbaert (2014). Em outras palavras, este promove a desterritorialização ao obrigar a retirada dos agricultores de seus territórios de produção e reprodução social, considerados oficialmente devolutos, e, ao mesmo tempo, reterritorializa com a criação de novas territorialidades ao permitir a dominação desses territórios pela propriedade privada.¹²

Para que o projeto de modernização do Brasil, iniciado na década de 1930, se concretizasse, seria necessário que todos os estados federados fossem, aos poucos, se integrando a essa nova proposta de modelo social. O estado de Minas Gerais passou pelo processo de integração e modernização a partir da década de 1950, impulsionado pelo ideal nacional-desenvolvimentista articulado pelo então Governador de Estado e futuro Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) (SERVILHA, 2015).

A partir de 1964, inicia-se um período conturbado da história política e econômica do país: a ditadura militar. A atuação dos militares na economia tinha como foco central o crescimento econômico promovido através de forte intervenção estatal, expansão industrial, política de substituição de importações e criação da infraestrutura necessária à expansão da indústria. Esse período foi de grande pujança econômica para os representantes do capitalismo nacional e internacional, tanto que o período compreendido entre 1968 a meados de 1973 ficou conhecido como o período do “Milagre Brasileiro”, pelo fato de registrar o maior crescimento econômico da história do país, marcado pelo crescimento da indústria manufatureira, produção de bens de consumo duráveis, abertura estrutural para o capital internacional e aumento das exportações (CALIXTO, 2006).

¹² A Lei federal nº 4.504 de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, e a Lei estadual nº 4.278/1966, conhecida como RuralMinas, foram cruciais nesse processo por proibirem a posse de terras devolutas por meio de usucapião. Para se ter a posse e a propriedade das terras, seria necessário comprá-las, dificultando o acesso destas por parte dos camponeses (MOURA, 1988).

O crescimento econômico desse período foi acompanhado de outro crescimento bastante expressivo, o crescimento da concentração de renda, que foi também uma forte marca desse período. Enquanto os representantes do capitalismo se esbaldavam em uma vultosa lucratividade, a igualdade social do país era relegada, impulsionando o crescimento da desigualdade.

Optou-se por um crescimento econômico acelerado, sem cuidar da redução das desigualdades sociais. É desta época a “teoria do bolo”, que propunha fazer o “bolo” crescer, ou seja, aumentar as riquezas de poucos, para depois dividi-lo com o restante da população. Mas, é fato que ou a distribuição do bolo ainda não foi feita, ou foi feita nos princípios do “quem parte e reparte fica com a maior parte”, excluindo a grande maioria da população brasileira dessa divisão (CALIXTO, 2006, p.22).

Nesse contexto de expansão econômica e industrial perseguida pelo regime militar, o Estado de Minas Gerais abrigou o maior número de siderúrgicas, devido a suas grandes reservas de minério de ferro e também das grandes extensões de Mata e Cerrado que poderiam ser transformadas em carvão para alimentar os fornos das siderúrgicas, que eram consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico do país, uma vez que serviam de base para o funcionamento das indústrias de bens de consumo duráveis (CALIXTO, 2006).

O projeto de modernização no estado de Minas Gerais foi implementado por meio de planejamento e industrialização de lugares específicos. Segundo Servilha (2015), foi feita uma divisão geográfica separando os núcleos urbanos, aqueles com potencial para se industrializarem e se tornarem focos de poder tanto político quanto econômico, dos locais mais distantes, próximos de estigmas vinculados à região Nordeste do país. Estes locais correspondiam ao sertão mineiro, onde se encontrava o Vale do Jequitinhonha.

Nos núcleos urbanos, foram criados polos industriais para a produção de bens intermediários que serviriam de insumos para as indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro, responsáveis pela produção de bens duráveis, e auxiliariam a construção de Brasília, capital nacional inaugurada em 1960. Já o chamado sertão mineiro faria parte de uma política diferenciada dos núcleos urbanos do estado mineiro, uma vez que estes corresponderiam a locais de referência, modelos a serem alcançados, enquanto aqueles corresponderiam a locais atrasados que deveriam ser superados, necessitando, portanto, de maior esforço do Estado na implementação do processo de modernização. Nesse sentido, percebe-se que as regiões mais apartadas dos centros políticos e econômicos são caracterizadas de forma

negativa e pejorativa, com o intuito de legitimar os centros urbanos como arquétipo social, político e econômico a ser alcançado (SERVILHA, 2015).

A caracterização da região do Vale do Jequitinhonha, por exemplo, é realizada sob quatro aspectos extremamente restritivos e negativos, ainda conforme Servilha (2015). O primeiro a descreve como uma região tipicamente rural e atrasada, que necessita urgentemente de desenvolvimento e progresso. O segundo a insere na concepção de sertão, comparando-a ao semiárido do Nordeste brasileiro, que precisa ser civilizado. O terceiro a classifica como uma região interiorana, afastada de toda a infraestrutura moderna presente nas capitais e nos centros de poder político. O quarto e mais marcante estigma é o que nomeou a região como “Vale da Miséria”. A criação de estigmas para as regiões consideradas atrasadas

[...] é uma das peças de um sistema, construído a partir de alianças entre elites regionais e centrais, com o propósito central de expropriação das potencialidades regionais (humanas e naturais) canalizadas para projetos políticos interessados a específicos grupos sociais (SERVILHA, 2015, p. 135).

Assim, por meio dessa estigmatização e difusão da região como “Vale da Miséria”, criou-se o discurso de que a premente pobreza e o atraso do Vale do Jequitinhonha só poderiam ser revertidos pelo desenvolvimento regional. Para tanto, foi criada, em 1964, a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), com o objetivo de “salvar os miseráveis do Vale do Jequitinhonha” (SERVILHA, 2015, p. 77). Mas, na realidade, a atuação da CODEVALE (aliás, conhecida popularmente como “nem acode, nem vale”) se resumiu à realização de inúmeros diagnósticos sobre a região que reafirmavam e divulgavam a pobreza, além de servir de instrumento para o início do reflorestamento da região, incentivando e apoiando a instalação de grandes empresas no Vale.

A imposta necessidade de superação dos estigmas, a inserção da região em projetos de desenvolvimento e a atuação da CODEVALE abriram espaço para o estabelecimento da monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha.¹³ O critério determinante para a escolha

¹³ Em termos político-administrativos, o Vale do Jequitinhonha é subdividido em: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha é uma área em que há predominância do cerrado, caracterizando-se pela existência de “unidades familiares na agricultura, posse da terra pulverizada, baixo dinamismo econômico, migrações sazonais e definitivas”, enquanto “o Médio e Baixo Jequitinhonha são áreas de matas secas e atlântica, respectivamente; do ponto de vista social e cultural são marcados pelas fazendas de gado, que circunscrevem as comunidades rurais e às vezes conservam internamente redutos camponeses, os agregados – trabalhadores que possuem produção autônoma dentro da fazenda” (RIBEIRO; GALIZONI, 2003, p.131).

das regiões para reflorestamento foi o preço das terras. Nesse quesito as regiões do Norte de Minas e do Alto Jequitinhonha foram as que apresentaram o menor preço, U\$\$ 38,03, o hectare, entretanto, a topografia do Alto Jequitinhonha tornava-a mais atrativa por ser mais favorável ao empreendimento (CALIXTO, 2006).

A opção pela monocultura, a propósito, não se deu por acaso. Em 1971, no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), hoje Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), foi criado um grupo de pesquisa para analisar a exploração de carvão, uma vez que queriam garantir a viabilidade dessa exploração. Em meados de 1973, como resultado dessa pesquisa, chegou-se à ideia do reflorestamento, chamado de “florestas energéticas”, com o argumento de que o país possuía grandes extensões de terras ociosas e forte incidência solar, muito diferente das condições encontradas no hemisfério norte do Planeta. Após diversos estudos sobre a possível viabilidade para a criação de florestas energéticas, o eucalipto foi escolhido como a melhor opção, uma vez que o reflorestamento usando o cerrado nativo demoraria de 10 a 20 anos para ser colhido, enquanto o eucalipto poderia ser colhido em média de 7 anos. Além disso, constatou-se também que o rendimento do eucalipto na produção de carvão era maior, 111 MdC¹⁴/hectare contra 31 MdC/hectare da mata nativa do Cerrado, o que era economicamente mais vantajoso.

Segundo Calixto (2006), estudos realizados pelo Governo Federal apontavam que as terras localizadas no Vale do Jequitinhonha eram impróprias para a agricultura e mais propícias para projetos florestais. Assim, as empresas reflorestadoras interessadas seriam inseridas em uma política de incentivos fiscais, que garantia descontos de até 50% no imposto de renda se essa quantia fosse investida em projetos de reflorestamento, com possibilidade de obtenção de empréstimo para propiciar o investimento.

A expansão da monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha se deu principalmente em razão da destinação das terras consideradas devolutas para produção de *commodities* exportáveis. Com isso, houve expulsão dos pequenos agricultores dessas terras, ocupadas para a produção e manutenção de sua subsistência, interferindo diretamente no seu modo de vida, relação com a terra, cultura e formas de produzir para dar lugar à implantação de grandes áreas de reflorestamento de eucalipto, sob o jugo de poderosas empresas, como Arcelor Mittal e Acesita (SOUZA; MOREIRA, 2017), bem

¹⁴MdC = metro cúbico de carvão a granel.

como abrindo espaço para a grande produção de carvão vegetal para alimentar a indústria siderúrgica (SERVILHA, 2015).

A transformação dessas terras em áreas de reflorestamento foi relatada pelo Jornal Geraes¹⁵ em uma reportagem de junho de 1981, intitulada “Vale: um quintal reflorestado”. Nessa reportagem, fica evidenciada a brusca invasão das empresas reflorestadoras e o descaso com a população que ali vivia:

Na história do Vale, primeira região de Minas a ser pisada pelo homem “dito” civilizado a 4 séculos, agora é descoberto pela terceira vez. Primeiro, a busca do ouro e das pedras preciosas, depois o gado espalhando-se nos latifúndios, que eram as sesmarias. Agora, a terceira vez é a corrida dos tratores rasgando as matas virgens para dar lugar aos eucaliptos, que será transformado em carvão, para alimentar as siderúrgicas. [...] os incentivos fiscais, crédito, mão de obra barata, trabalhadores desorganizados, tudo isso abriu caminho para o saqueamento. [...] onde chegaram cometeram as mesmas injustiças: expulsaram posseiros, tomaram terras, dispensaram trabalhadores que já não tinham mais terras, acabaram com os campos, matas e pássaros, levando a um completo desequilíbrio ecológico (GERAES, 1981, p. 7).

Segundo Oliveira, Menegasse e Duarte (2002), aproximadamente 240.000 hectares de terras devolutas foram arrendados no estado de Minas Gerais, entre o período de 1975 e 1987, para um total de dezoito empresas atuantes nos mercados siderúrgico, de papel e celulose. Especificamente no Alto do Jequitinhonha, as empresas que exploram a monocultura de eucalipto ocuparam milhares de hectares. Segundo o censo agropecuário de 1996, o território ocupado pelas empresas estava em torno de 150.000 hectares, porém, segundo as empresas, o território ocupado é ainda maior, cerca de 218.000 hectares declarados em 2005, isso só na microrregião de Capelinha (RIBEIRO, 2007). Dessa forma, este território que antes era utilizado para produção e reprodução da vida dessas populações rurais, ao ser apropriado por tais empresas, passou a ser considerado em sua essência meramente material, sendo submetido à dinâmica do valor de troca.

Assim, o que se percebe é que difundir o Vale unicamente como uma região pobre e miserável, que necessitava de ajuda nacional e internacional, era um negócio extremamente vantajoso e lucrativo para as grandes corporações, já que na região era possível ter acesso a grandes quantidades de terra, matérias-primas necessárias para os

¹⁵ O Jornal Geraes foi um importante veículo de comunicação do Vale do Jequitinhonha. Responsável pela repercussão positiva da região, auxiliou na disseminação do movimento cultural do Vale, com o surgimento do Festivale, exaltando a arte musical, literária e manual produzidas, bem como se manifestando acerca das questões políticas regionais ocorridas na região.

empreendimentos citados e mão de obra. E tudo isso por um baixo custo e garantia de lucro em curto prazo. Os empreendimentos instalados no Vale do Jequitinhonha, no entanto,

[...] são projetos privatizadores dos recursos naturais do território: não admitem compartilhar o espaço produtivo do rural, muito menos usos múltiplos ou alternativos dos recursos: criam grandes áreas de produto homogêneo, de extrema especialização produtiva [...]. São, ainda, projetos que geram poucos empregos, com a exceção da cafeicultura – e pouquíssimos efeitos multiplicadores na economia local: há uso intensivo de capital, demanda reduzida ou muito sazonal por trabalho, a maior parte do valor é agregado ao produto fora da região e, como são atividades muito especializadas, quase todos os insumos são importados (RIBEIRO, 2008 apud SERVILHA, 2015, p. 153).

A introdução da monocultura de eucalipto no Vale trouxe tanto entusiasmo quanto certa apreensão quanto ao que estava por vir. O entusiasmo existia, pois as empresas que chegavam traziam promessas de desenvolvimento e emprego, já a apreensão, devido à falta de informações efetivas, visto que as populações não tinham nenhuma informação sobre os objetivos dos empreendimentos realizados (CALIXTO, 2006).

Vale ressaltar que a monocultura de eucalipto também passa a se estabelecer no Baixo Jequitinhonha, desde 2005, sob o domínio da empresa Viena Siderúrgica, que realizou o processo de desmatamento, preparação do solo e plantio das mudas de eucalipto em menos de seis meses. Para tanto, foram empregados cerca de cem pessoas, número inicial que decresceu para quarenta quando começou a fase do plantio e, atualmente, estima-se que apenas doze pessoas estão empregadas, com a função de limpeza e aplicação de herbicidas (BOHNENBERGER, 2011). Isso demonstra, mais uma vez, que o objetivo dessas empresas não é a promoção do desenvolvimento pela geração de empregos na região (discurso original do Estado), mas sim, a exploração extensiva e intensiva dos recursos humanos e naturais.

O documentário “Por trás da cortina verde”, produzido por Rosana Pereira (2019), com a colaboração do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, exhibe depoimentos de antigos moradores da região, que presenciaram a chegada dessas empresas ao Vale. Dentre os vários relatos, convém ressaltar os que afirmam que muitos camponeses proprietários das terras foram obrigados a vendê-las para as grandes empresas, com medo de que estas as invadissem e as tomassem de qualquer jeito.¹⁶ A vasta plantação de

¹⁶ Esse processo seria facilitado pelo fato de que a maioria das pessoas não possuía o título de propriedade das suas terras, conforme aquele uso comum citado anteriormente.

eucalipto deixou como herança regional nascentes, rios e barragens secas, devido à alta quantidade de água extraída para a monocultura de eucalipto. O lugar, antes com recursos hídricos compatíveis quanti e qualitativamente com os modos de vida locais, hoje enfrenta a realidade da pouca quantidade de água que restou, necessitando muitas vezes de ser abastecido com auxílio de caminhão pipa.

Como outra consequência desse processo de modernização e desenvolvimento no qual o Vale do Jequitinhonha foi inserido, durante as décadas de 1960 e 1970, os pequenos trabalhadores rurais da região, acostumados a trabalhar e produzir na sua própria terra e brutalmente expropriados desta, se viram obrigados a procurarem outros meios de subsistência, já que após a invasão legal das grandes empresas, as terras do Vale passaram a ser altamente valorizadas, impossibilitando o acesso dos simples agricultores às terras que antes lhes pertenciam (MAIA, 2004 apud SERVILHA, 2015).

Resumidamente, a história do Vale do Jequitinhonha representa em boa parte os meandros do capitalismo dependente do Brasil. Ao ser taxado como uma região miserável e subdesenvolvida, o Vale foi inserido em uma política desenvolvimentista que alterou, em suma, a relação existente entre terra e trabalho naquela região. Primeiro por subsidiar o processo de expropriação das terras e segundo por propiciar a superexploração dos trabalhadores que, uma vez expropriados, tiveram que, em sua maioria, se submeter a trabalhos degradantes como fonte de subsistência (SOUZA; MOREIRA, 2017). Todo esse processo acentua, ainda mais, a desigualdade social, uma vez que distancia cada vez mais do trabalhador o acesso a terra e aos meios de produção, para priorizar o acúmulo do capital e tornar o trabalhador mais dependente deste.

Nesse contexto, ao serem desterritorializados, grande parte dos trabalhadores rurais vão buscar se reterritorializar em outros espaços, por meio da migração temporária, com o intuito de procurar novas formas de subsistência e, assim, encarando uma realidade bem distinta da que estavam habituados. Deve-se ressaltar que para além da perda da terra, a expropriação atingiu usos e costumes desses trabalhadores, suas identidades, na medida em que tiveram que se inserir em uma nova categoria de trabalho (“boia-fria”, no caso do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo, como destino mais comum dos imigrantes do Vale do Jequitinhonha) para garantir o sustento familiar (LEITE, 2010).

Em suma,

[...] a expansão capitalista correspondeu para o Jequitinhonha ao avanço na monopolização de terras e na produção destrutiva, centrada no extrativismo

vegetal e mineral, constituídos sobre a violenta expulsão dos trabalhadores de suas terras ou à sua compressão em glebas cada vez menores. O cerco capitalista das terras e a omissão do Estado quanto aos impactos sobre os trabalhadores [...] projetaram aos trabalhadores rurais a realidade “dividida” entre a reprodução camponesa e o trabalho assalariado nos grandes centros da agricultura capitalista, mediado pela migração temporária. As migrações temporárias forçadas na região são, portanto, resultantes por um lado, do monopólio privado da terra pelo capital monopolista espoliador e, por outro, da necessidade de sobrevivência enquanto família camponesa, o que os obriga à venda da força de trabalho em outras regiões (MARTINS, 1986; SILVA, 1999; RAMALHO, 2014 apud SOUZA; MOREIRA, 2017, p. 6).

Segundo Ramalho (2014 apud SOUZA; MOREIRA, 2017), a partir da década de 1970, mais de 30% dos camponeses do Vale do Jequitinhonha, principalmente os mais jovens, passaram a migrar anualmente para o corte de cana, inserindo-se na condição de trabalhadores assalariados nas produções agrícolas de outras regiões. E os dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram esse fluxo migratório interestadual, no período de 1986 a 1991, das microrregiões do Vale do Jequitinhonha (Tabela 1) para principalmente o estado de São Paulo, onde houve mais expansão do setor sucroalcooleiro do país. A microrregião que houve número maior de migrações foi a de Almenara (Baixo Jequitinhonha), seguida a de Capelinha (Alto Jequitinhonha).

Tabela 1: Migrações interestaduais por microrregiões de origem. Vale do Jequitinhonha, 1986-1991

Microrregiões de origem	Migrantes interestaduais de data-fixa e Unidades da Federação e Regiões de destino.								
	Regiões		Unidades da Federação				Regiões		Totais
	Norte	Nordeste	ES	RJ	SP	PR	E. Sul	C. Oeste	
Diamantina	69	107	91	32	1.023	47	82	138	1.590
Capelinha	61	54	-	86	6.850	152	32	269	7.503
Araçuaí	110	146	84	302	5.576	54	83	234	6.589
Pedra Azul	105	535	88	168	2.417	63	8	239	3.623
Almenara	450	2.790	822	238	5.207	134	20	311	9.973
Vale do Jequitinhonha	796	3.631	1.086	826	21.073	450	226	1.191	29.279

Fonte: IBGE, 1991.

Extraída de: AUGUSTO, 2007.

A ocorrência de parte dessas migrações foi noticiada em jornais. No dia 10 de outubro de 1982, o jornal Tribuna do Leste publicou, por exemplo, uma reportagem que apresentava um breve resumo do I Simpósio Nacional de Migrações Internas (Figura 1). Dentre os casos de migração relatados neste evento, foram citadas as migrações sazonais ocorridas no Vale do Jequitinhonha para o corte de cana, tendo como destino principal o estado de São Paulo.

Nesta reportagem, é mencionado que os trabalhadores do Vale prestavam serviços ao setor sucroalcooleiro até a metade do ano, na região de Jaboticabal, no estado de São Paulo, e em seguida voltavam ao local de origem. Além de citar a mudança da estrutura econômica e a concentração fundiária como causas da migração, a falta de emprego também foi destacada como motivação para ocorrência das migrações. Outrossim, ressaltou-se as péssimas condições de vida dos migrantes e a necessidade de implementação de políticas capazes de garantir a permanência do homem no campo.

Figura 1: “As migrações do mercado consumidor”, por Tribuna do Leste, em 10 de outubro de 1982



Extraída de: HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, 2019.

A edição de novembro de 1984 do Geraes publicou um relato do repórter Márcio Metzker, que acompanhou dirigentes sindicais do Vale do Jequitinhonha em uma viagem à região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, para investigar as condições de vida e de trabalho dos migrantes mineiros cortadores de cana. Segundo ele:

Pudemos sentir em nossa carne todas as denúncias de violência e maus-tratos que os migrantes fazem após retornar. [...] fizemos uma visita não programada ao corte de cana na propriedade da Usina Bonfim, empresa denunciada nos sucessivos encontros de cortadores de cana, como uma das que pior tratavam o

trabalhador. [...] entramos num talhão próximo a Dobrada, onde vimos centenas de homens cortando cana. Eram quase todos de Minas Novas. Reunimos rapidamente cerca de 30 homens, nos apresentamos e começamos a conversar. As principais queixas que ouvimos foi a má qualidade da comida e a desonestidade na anotação da cana cortada. [...] Naquele momento, nossa presença já havia sido denunciada à direção central [...] em poucos minutos chegava um fiscal carrancudo. Falou que era proibido tirar fotografia, ficou por perto escutando nossa conversa, vigiando enquanto chegavam reforços. [...] No dia seguinte entramos também na Usina de Olímpia, onde havia milhares de mineiros em alojamentos no meio do canavial. [...] o regime é praticamente penitenciário. Os trabalhadores nos denunciaram que são proibidos de assistir noticiário na TV e não têm acesso a jornal (GERAES, 1984, p.5).

Na década seguinte, as migrações dos moradores do Vale do Jequitinhonha para o corte de cana ainda são mencionadas, como mostra outra reportagem publicada em 24 de setembro de 1991, no Jornal do Brasil (Figura 2). Ao mencionar sobre o corte de cestas básicas para as famílias carentes do Vale, a migração é citada como uma consequência da falta de alimentos e como um meio para garantir a subsistência dessas famílias. Apesar de apontar o desmatamento como uma das causas do assoreamento do Rio Jequitinhonha e da degradação ambiental da região, a origem desse desmatamento não é citada, assim como não é mencionada a expropriação dos trabalhadores como causa do movimento migratório, apenas a pobreza e miséria da região são apontadas como procedência dessa migração.

Figura 2: “Contra a fome, comida”, por Jornal do Brasil, em 24 de setembro de 1991



Extraída de: HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, 2019.

O corte de cana no estado de São Paulo, como visto por estudos, dados e notícias, foi a principal atividade exercida pelos migrantes do Vale do Jequitinhonha. O pesado trabalho que passaram a desempenhar e a exploração a que estavam submetidos eram diferentes da realidade que conheciam no Vale, da relação que possuíam com a terra. Na nova realidade, o fruto do trabalho pertenceria totalmente aos empregadores, em troca de uma quantia de salário.

A partir do final da década de 1980, com a implementação delineada de uma política mais privatista e neoliberal, os investimentos públicos no setor sucroalcooleiro passaram a ser diminutos e o mercado passou a ser regulado de forma mais livre, abrindo espaço para o capital financeiro intensificar a produção, por meio da mecanização. Com a reestruturação produtiva, dois cenários se apresentaram: a substituição de parte desses trabalhadores por máquinas e a intensificação da exploração do trabalho da parcela restante, que passou a ter que produzir quase o dobro do que era produzido antes, sob pena de perder o emprego (SOUZA; MOREIRA, 2017). A reportagem publicada em 16 de fevereiro de 1992, também pelo Jornal do Brasil, ilustrou o cenário do início da reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro (Figura 3).

Figura 3: “Máquina que faz o trabalho de 60 homens invade canaviais”, por Jornal do Brasil, em 16 de fevereiro de 1992



Extraída de: HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, 2019.

Nesta reportagem, é retratada a situação da Usina Luciânia, localizada no município de Lagoa da Prata/MG, onde eram produzidos 10% do álcool e açúcar de Minas Gerais. Nesta Usina foram adquiridas oito máquinas colheitadeiras de cana-de-açúcar. O trabalho desempenhado por uma dessas máquinas representava a coleta de 40 a 50 toneladas por hora, enquanto o trabalho de oito horas de um trabalhador responsável pelo corte de cana rendia sete a oito toneladas. Em decorrência de tamanha discrepância no nível de produção, impossível de ser superada pelo trabalhador, vários deles foram desempregados. Diante dessa situação, a estratégia do sindicato consistia em negociar com a empresa para que esta não adquirisse novas máquinas, buscando assim evitar novas demissões. Como forma de compensar a produção perdida com a introdução de outras máquinas, o trabalhador teria, portanto, que se desdobrar e se desgastar ainda mais para coletar uma maior quantidade de cana.

Segundo Souza e Moreira (2017), o setor sucroalcooleiro do Brasil está classificado entre os mais modernos e produtivos do mundo, posição que ocupa principalmente em função da superexploração do trabalho. A submissão dos trabalhadores canavieiros a um trabalho intenso e extenso, a fim de proporcionar um aumento da produtividade, não lhes assegura o aumento salarial correspondente. A alta produtividade desses trabalhadores apenas contribui para que a empresa tenha que contratar menos empregados. Nas palavras de Rui Mauro Marini,

Entende-se que a atividade produtiva baseada sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. [...] os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador [...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 1973, p. 24).

Essa situação se agrava ainda mais no caso dos trabalhadores migrantes, já que afora a degradação física e psíquica provocada por esse trabalho, o ínfimo salário que

recebem é destinado tanto para o sustento próprio quanto para o sustento das suas famílias. Sem falar que “[...] as condições impostas pelas usinas colocam esses trabalhadores nas mais degradantes relações sociais e é exatamente por poderem, de certa forma, manipular as vidas desses sujeitos que essas empresas dão preferência à sua contratação na atualidade” (SOUZA; MOREIRA, 2017, p. 123), afinal, a contratação dos trabalhadores migrantes é benéfica ao empregador por possuir menos riscos, uma vez que, por estarem distantes do lugar de origem e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tornam-se plenamente disponíveis para o trabalho durante toda a safra e possuem menos condições de se organizarem para exigir direitos.

A Pastoral dos Migrantes em muito contribuiu na luta pelos direitos dos migrantes mineiros. Além de proporcionar visitas periódicas de sindicalistas e pastorais nos locais de destino, a Pastoral realizava seminários e reuniões, com o objetivo de integrar a luta dos mineiros a dos canavieiros paulistas. Também sob sua responsabilidade, foram editados e distribuídos nas comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha e nas regiões para onde se destinavam os migrantes, jornais com o nome Cá e Lá, contendo notícias para estes e seus familiares. Tais iniciativas influenciaram a participação desses trabalhadores em greves e outras lutas por direitos, além de contribuir para a exposição nacional da situação dos migrantes cortadores de cana e consequente fiscalização estatal da atividade (RIBEIRO, 2010).

Percebe-se que as características do trabalho sazonal do corte de cana (trabalhadores migrantes, economicamente vulneráveis, jornadas de trabalho exaustivas e degradantes) estão muito próximas daquelas relacionadas à escravidão contemporânea, o que faz com que esta atividade propicie a exploração do trabalho escravo contemporâneo. O setor sucroalcooleiro, a propósito, é um dos principais envolvidos na exploração do trabalho escravo contemporâneo. A título de exemplo, segundo informações divulgadas pela CPT,¹⁷ nos anos de 2007, 2008 e 2009, quase 50% dos trabalhadores escravos resgatados no país era proveniente deste setor.

Recentemente, em agosto de 2018, oitenta cortadores de cana reduzidos ao trabalho escravo foram encontrados pelo Ministério do Trabalho, em fazendas do estado de São Paulo. Pelo fato de ganharem pelo tanto que produziam, os trabalhadores realizavam longas jornadas de trabalho, sem pausas para descanso ou refeições e parando as atividades

¹⁷ Informação extraída do site: <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/2500-a-escravidao-nos-ciclos-de-cana-de-acucar>

só quando o corpo não aguentava mais. Um deles teve que ser socorrido, após não conseguir levantar do chão em decorrência de fortes câibras. Segundo um dos trabalhadores do local, “o que mais dói é a cabeça, as câibras, as costas. Só quem vê de perto sabe o sofrimento de um cortador” (REPÓRTER BRASIL, 2018, não paginado). Todo esse sofrimento se deve à meta de produção que os trabalhadores devem atingir, uma vez que ganham conforme a produção individual. Em média, os cortadores colhiam 22 toneladas de cana por dia.

Casos, como este relatado, ocorrem nos mais variados locais do país, inclusive no Vale do Jequitinhonha. Dessa forma, torna-se oportuno analisar como se manifesta o trabalho escravo contemporâneo nesta região, por meio de dados publicados sobre os resgates realizados na região e dos trabalhadores escravos oriundos do Vale que foram encontrados em outras regiões.

2.2 Trabalho escravo contemporâneo no Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha, comumente subdividido em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, localiza-se no Nordeste de Minas Gerais. A faixa territorial correspondente ao Vale do Jequitinhonha é de 53.572 km² e a população estimada é de 737.516 pessoas (IBGE, 2010). A população do Vale está distribuída de forma equilibrada entre os municípios, de modo que não há uma cidade específica abrigando a maior parte dessas pessoas. Nenhuma cidade ultrapassa o total de 50.000 habitantes. O município de Diamantina, que detém o maior número de habitantes da região, possuía, em 2007, 44.278 pessoas, enquanto o município que dispõe da menor quantidade de habitantes, Presidente Kubitschek possuía 2.959 pessoas. O Médio Jequitinhonha é o que abriga o maior número de pessoas (286.910 habitantes), seguido do Alto Jequitinhonha (269.132 habitantes) e, por fim, do Baixo Jequitinhonha (174.662 habitantes) (MATOS; GARCIA, 2010).

A região, repleta de pequenas cidades, possui uma expressiva parte de sua população residente na zona rural (36,38%). Os municípios de Minas Novas e Novo Cruzeiro, por exemplo, têm 75% do total de habitantes morando em áreas rurais (MATOS; GARCIA, 2010). Diante desse cenário, as atividades econômicas ligadas ao ambiente rural destacam-se na região, quando comparadas ao cenário nacional-urbano. A principal atividade econômica desenvolvida é a agropecuária, podendo ser apontadas as seguintes características: forte presença da agricultura familiar, com pequena utilização de

equipamentos modernos, predominando, portanto, um processo de produção mais tradicional; presença da pecuária extensiva, principalmente no Baixo Jequitinhonha; predomínio da monocultura de eucalipto para produção de carvão e da extração mineral, sobretudo de grafita e granito, ambas estruturadas para a produção de *commodities* e expressiva utilização de tecnologia (SOUZA; MOREIRA, 2017).

Por outro lado, o desenvolvimento do artesanato no Vale, além de expressar a arte e a cultura da região, apresenta-se como uma atividade econômica alternativa. Desde os anos 2000, por exemplo, é realizada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha, onde são comercializados diversos tipos de artesanatos produzidos na região. Para tanto, foi incentivada a criação de associações de artesãos no Vale para fortalecer a produção e comercialização dos artefatos. Atualmente, existem aproximadamente 900 artesãos, distribuídos em 44 associações, envolvendo o Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (DELGADO; MENDES, 2012).

Por fim, o Vale do Jequitinhonha é composto por 51 municípios. Segundo Souza (2010, p. 13), “o Vale tem recortes variados, cujas fronteiras se situam nos diversos limites estabelecidos por agências, governamentais e não-governamentais, públicas e privadas, institucionalizadas ou não. [...] Cada pesquisador que se ocupa da região precisa explicitar qual é o seu recorte regional”. Assim, optou-se por utilizar neste trabalho a divisão regional realizada pelo IBGE.¹⁸

Após a exposição da formação histórico-social e da caracterização regional do Vale do Jequitinhonha, será enfatizada a manifestação do trabalho escravo na referida região. Os dados que se seguem referem-se a operações realizadas pelo Estado, constituindo-se, portanto, em dados oficiais, o que não quer dizer que representam a realidade de maneira fiel, tendo em vista que dizem respeito apenas aos casos que puderam ser alcançados pelos agentes do Estado. É bem provável que o número de casos envolvendo o trabalho escravo seja bem maior do que o publicado, principalmente em virtude da necessidade de disponibilização orçamentária e de pessoal para efetivação das fiscalizações. Destaca-se que, conforme Figueira (2002, p. 1), “é muito difícil calcular

¹⁸De acordo com esta divisão realizada em 1990, fazem parte do Vale do Jequitinhonha os seguintes municípios: Almenara, Jacinto, Mata Verde, Rubim, Bandeira, Jequitinhonha, Monte Formoso, Salto da Divisa, Divisópolis, Joáima, Palmópolis, Santa Maria do Salto, Felisburgo, Jordânia, Rio do Prado, Santo Antônio do Jacinto, Araçuaí, Coronel Murta, Novo Cruzeiro, Ponto dos Volantes, Caraí, Itinga, Padre Paraíso, Virgem da Lapa, Capelinha, Angelândia, Carbonita, Jenipapo de Minas, Turmalina, Aricanduva, Chapada do Norte, José Gonçalves de Minas, Veredinha, Berilo, Francisco Badaró, Leme do Prado, Itamarandiba, Minas Novas, Diamantina, Gouveia, Datas, Couto de Magalhães de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, Felício dos Santos, Presidente Kubitschek, Senador Modestino Gonçalves, Pedra Azul, Itaobim, Cachoeira do Pajeú, Comercinho e Medina.

quantas são as vítimas de escravidão. Funcionários do Ministério do Trabalho suspeitam que, para cada um trabalhador que é libertado nas fazendas, possam existir outros três não localizados”.

Assim, após filtrar as operações realizadas nos municípios do Vale do Jequitinhonha, foi constatada que houve fiscalização em sete municípios do Vale do Jequitinhonha. Foram eles: Almenara, Pedra Azul, Jequitinhonha, Diamantina, Bandeira, Medina e Rubim.

A primeira operação realizada na região, em decorrência de denúncia, ocorreu no período de 14/09/2008 a 19/09/2008, no município de Jequitinhonha. Nesta operação nº 150, sete trabalhadores escravos foram resgatados em uma fazenda produtora de carvão. Não houve apoio policial para concretização da operação. Foram lavrados nove autos de infração, o que significa que foram encontradas nove infrações trabalhistas no local. Dentre as sanções administrativas, presentes no documento, atribuídas ao proprietário estão: pagamento de indenização aos trabalhadores no valor de R\$ 20.181,73, assinatura da carteira de trabalho e liberação das guias de seguro desemprego para os mesmos.

Entre os dias 11/11/2008 a 15/11/2008, foi realizada a operação nº 151 no município de Pedra Azul, como consequência de denúncia. Nesta operação duas fazendas de produção de carvão foram inspecionadas, sem apoio policial, onde foram encontrados onze trabalhadores escravos em cada uma, bem como lavrados onze autos de infração. As sanções administrativas imputadas aos proprietários foram: pagamento de indenização aos trabalhadores no valor de R\$ 6.961,34 e R\$ 6.000,00, respectivamente, assinatura da carteira de trabalho e liberação das guias de seguro desemprego.

No período de 08/12/2008 a 16/12/2008, por meio da operação nº 152 motivada por denúncia, ocorreu uma nova inspeção no município de Jequitinhonha, também sem apoio policial, em outra fazenda de produção de carvão. Neste local, quatro trabalhadores escravos foram resgatados e obtiveram o registro na carteira de trabalho e as guias do seguro desemprego. Não consta no documento o valor da indenização paga aos trabalhadores. Foram lavrados doze autos de infração.

A próxima operação, a de nº 46, ocorreu no ano de 2011, no período de 31 de março a 7 de abril, no município de Diamantina. A inspeção, com apoio da Polícia Federal, foi realizada em uma fazenda onde se realizava a atividade de extração de quartzo, sendo detectadas cinquenta e quatro infrações trabalhistas. Neste local, foram resgatados quarenta trabalhadores escravos, sendo que um deles era menor de 16 anos e dois maiores de 16 e

menores de 18 anos. O proprietário teve que liberar as guias de seguro desemprego dos trabalhadores e realizar o registro nas suas carteiras de trabalho. A informação referente ao valor da indenização não foi disponibilizada.

Em 2016, uma fazenda de criação de bovinos foi fiscalizada no município de Bandeira, com apoio da Polícia Federal, por meio da operação nº 43. Entretanto, não foram detectadas irregularidades trabalhistas e nem havia trabalhadores escravos no local, apesar da denúncia. Nesta mesma operação, realizada entre os dias 21/06 a 01/07, três fazendas com criação de bovino foram inspecionadas em Almenara. Da mesma forma, não foi identificada a presença de trabalho escravo nessas fazendas, porém, em uma delas foram lavrados onze autos de infração.

A última operação realizada ocorreu no período de 04/07/2017 a 14/07/2017 nos municípios Jequitinhonha, Medina e Rubim, com apoio da Polícia Rodoviária Federal. Em Jequitinhonha, a fiscalização ocorreu em uma fazenda de criação de bovinos. Não foi detectado trabalho escravo no local, mas foram identificadas onze infrações trabalhistas. Essa mesma situação ocorreu na fazenda de criação de bovinos de Medina, mas foram lavrados quatro autos de infração neste local. Já no município de Rubim, foi resgatado um trabalhador escravo exercendo atividades domésticas, com um auto de infração lavrado. O empregador liberou a guia de seguro desemprego e não há informação sobre pagamento de indenização.

Deve ser destacado que os dados acima expostos referem-se aos trabalhadores escravos resgatados em territórios do Vale do Jequitinhonha, o que não significa que esses trabalhadores são naturais da região. Essas informações podem ser sintetizadas da seguinte forma, a Tabela 2.

Tabela 2: Trabalhadores resgatados por município de resgate e setor econômico. Vale do Jequitinhonha, 1995-2018

MUNICÍPIO DE RESGATE	TRABALHADORES RESGATADOS	SETORES ECONÔMICOS ENVOLVIDOS
Diamantina	40	Extração de quartzo
Pedra Azul	22	Produção de carvão
Jequitinhonha	11	Produção de carvão
Rubim	1	Serviços domésticos
Vale do Jequitinhonha	74	

Fonte: BRASIL, 2019.

Elaboração Amanda Farina, 2019.

Em contrapartida, dados referentes aos trabalhadores naturais do Vale do Jequitinhonha que foram resgatados em outras regiões, os chamados egressos naturais, também podem ser apresentados. Segundo esses dados, dos cinquenta e um municípios que integram o Vale do Jequitinhonha, foram resgatados trabalhadores escravos naturais de trinta e sete deles, num total de 365 trabalhadores, conforme relacionados na Tabela 3.

Tabela 3: Trabalhadores resgatados por município de naturalidade e setor econômico. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018

MUNICÍPIO DE NATURALIDADE	TRABALHADORES RESGATADOS	SETORES ECONÔMICOS ENVOLVIDOS
Berilo	66	Cultivo de cana-de-açúcar (44) e cultivo de arroz (22)
Diamantina	43	Criação de bovino(43)
Caraií	32	Fabricação de açúcar (2), Cultivo de cana-de-açúcar (30)
Chapada do Norte	32	Cultivo de cana-de-açúcar(32)
Novo Cruzeiro	32	Cultivo de cana-de-açúcar (21), Fabricação de açúcar (11)
Jenipapo de Minas	27	Cultivo de arroz (27)
Minas Novas	19	Criação de bovino (10), Cultivo de arroz (9)
Medina	10	Cultivo de cana-de-açúcar (9), Fabricação de álcool (1)
Divisópolis	9	Criação de bovino (9)
Pedra Azul	8	Criação de bovino (6) e extração de madeira (2)
Itamarandiba	7	Extração de madeira (2), Fabricação de álcool (2), Fabricação de açúcar (2), serviços advocatícios (1)
Francisco Badaró	6	Informação não disponibilizada
Jequitinhonha	6	Criação de bovino (5) , Cultivo de arroz (1)
Virgem da Lapa	6	Cultivo de arroz (6)
Araçuaí	5	Fabricação de açúcar (2), criação de bovino (2), comércio de suvenires, bijuterias e artesanatos (1)
Capelinha	5	Fabricação de álcool (2), Cultivo de cana-de-açúcar (2) e cultivo de arroz (1)
Jacinto	5	Criação de bovino (2), cultivo de arroz (1), fabricação de álcool (2)
Turmalina	5	Criação de bovino (3), extração de madeira (2)
Veredinha	5	Informação não disponibilizada
Rio do Prado	4	Cultivo de cana-de-açúcar (2), Criação de bovino (1), produção ferro-gusa (1)
Comercinho	3	Cultivo de cana-de-açúcar (3)
Jordânia	3	Criação de bovino (2), Cultivo de arroz (1)
Mata Verde	3	Informação não disponibilizada
Padre Paraíso	3	Fabricação de açúcar (3)
Salto da Divisa	3	Cultivo de arroz (2), serviço de inseminação artificial animal (1)
Santo Antônio do Jacinto	3	Criação de bovino (2), Fabricação de álcool(1)
Cachoeira de Pajeú	2	Cultivo de cana-de-açúcar (2)
Itinga	2	Cultivo de arroz (2)
Leme do Prado	2	Cultivo de cana-de-açúcar (2)

continua

continuação		
Rubim	2	Cultivo de arroz (2)
Almenara	1	Fabricação de álcool (1)
Aricanduva	1	Fabricação de açúcar (1)
Couto de Magalhães de Minas	1	Comércio atacadista de cimento (1)
Gouveia	1	Criação de bovino (1)
Itaobim	1	Informação não disponibilizada
José Gonçalves de Minas	1	Informação não disponibilizada
Palmópolis	1	Criação de bovino (1)
Vale do Jequitinhonha	365	

Fonte: OBSERVATÓRIO DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRÁFICO DE PESSOAS, 2019. Elaboração Amanda Farina, 2019.

A distinção entre o local de naturalidade dos resgatados e o local do resgate propriamente dito é relevante por demonstrar as regiões em que há mais oferta e demanda de trabalhadores escravos, bem como as regiões em que devem ser prioritárias as atividades de prevenção e inspeção, respectivamente. Assim, nos locais de resgate, há maior demanda desse tipo de trabalho, geralmente empregado em setores econômicos em que o processo produtivo é mais dinâmico e exige pouca qualificação profissional ou educação formal; por isso, nestes locais, devem ser preferencialmente realizadas atividades de fiscalizações e inspeções dos órgãos competentes. Já nos locais de naturalidade dos trabalhadores, há maior oferta desse tipo de mão de obra, que está relacionada à vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores. Nestes locais, os aliciamentos são mais propícios e, por isso, a implementação de ações preventivas devem ser priorizadas, tanto no sentido de conscientizar as pessoas da existência desse tipo de trabalho quanto para implantação de políticas públicas para reduzir o grau de vulnerabilidade da população.

Pelo exposto, comprova-se que há maior número de resgates de egressos naturais do que resgates realizados no próprio território do Vale do Jequitinhonha, o que significa que o Vale é uma região mais propensa ao aliciamento de indivíduos para o trabalho escravo. Ademais, a maior abrangência de resgates de egressos naturais em contraposição aos resgates ocorridos nos territórios do Vale do Jequitinhonha confirma mais uma vez a existência do grande fluxo migratório que integra a história do Vale. Essa constatação evidencia o fracasso dos projetos de desenvolvimento para a região, inclusive no que toca à promessa de que haveria mais emprego e renda para a população, que permanece submetida a uma situação de fragilidade social.

Além disso, é possível inferir das informações expostas que os setores econômicos envolvidos na exploração do trabalho escravo contemporâneo, tanto no

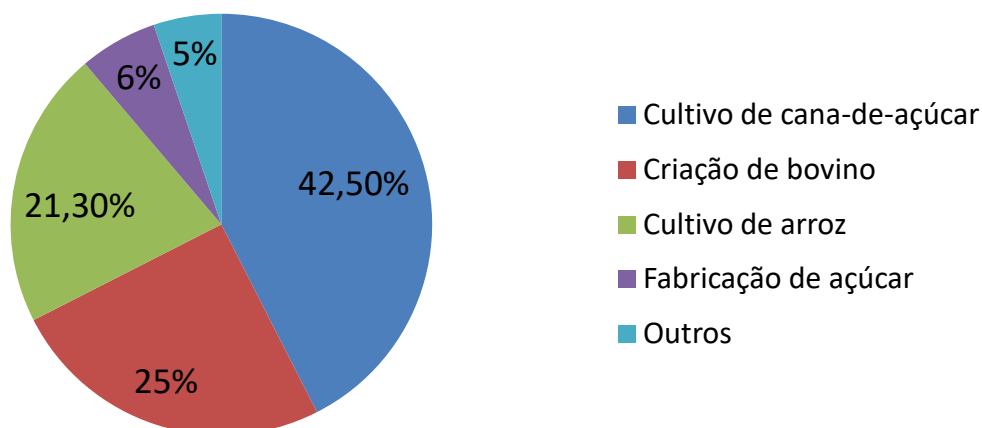
território do Vale do Jequitinhonha quanto dos egressos naturais, estão em sua grande maioria relacionados ao agronegócio, fato este que possibilita caracterizar o trabalho escravo no/do Vale do Jequitinhonha como rural. O agronegócio, de maneira geral, é o setor que mais emprega mão de obra escrava no país. De acordo com a CPT, mais da metade dos casos e resgates ocorridos relacionam-se a este setor. Entre os anos de 2003 a 2014, por exemplo, mais de 80% dos trabalhadores resgatados provinham de atividades ligadas à plantação de cana, lavouras, desmatamento e pecuária (CPT, 2018).

O agronegócio controla diversas etapas do processo econômico – produção, distribuição, circulação e consumo –, inclusive o nível de produção, desenvolvimento e intensidade da jornada de trabalho. Em decorrência da mecanização, cada vez mais presente neste setor, o trabalhador, como visto, acaba sendo obrigado a exacerbar ainda mais sua capacidade laborativa e um trabalho que antes já era pesado, torna-se muito mais árduo. Por isso, a própria essência do trabalho desenvolvido no agronegócio está intimamente ligada a concepção contemporânea de escravidão, principalmente em razão do seu caráter degradante (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

No território do Vale, predominam o setor de extração de quartzo e o setor de produção de carvão, resultado da grande extensão de silvicultura e da intensa atividade mineradora presente na região. Já com relação aos egressos naturais, o setor predominante é justamente o de cultivo de cana-de-açúcar (Gráfico 1), atividade mais exercida pelos migrantes do Vale do Jequitinhonha desde a década de 1970, conforme já mencionado.

Gráfico 1: Setores envolvidos na exploração do trabalho escravo de egressos naturais. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018

Setores econômicos



Fonte: Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas
Elaboração Amanda Farina, 2019.

Diante do exposto, resta comprovado o quanto o desenvolvimento histórico do Vale do Jequitinhonha e a manifestação do trabalho escravo contemporâneo na região estão entrelaçados. Por um lado, uma parte da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, consequência da expropriação capitalista e do fracasso dos projetos desenvolvimentistas que não garantiram o acesso ao emprego, bem como da ausência de políticas estatais efetivas para manutenção e possibilidade de subsistência do homem no campo. Por outro, a predominância de empresas que exploram um mesmo segmento de atividade econômica e necessitam de mão de obra barata para manter a alta lucratividade. Esses dois lados da mesma moeda fortalecem a escravidão contemporânea na região e facilita o aliciamento da população. Assim, diante dessa constatação, convém analisar, de forma geral, os perfis das pessoas mais propensas a serem submetidas ao trabalho escravo e daquelas mais propensas a explorá-lo.

2.3 Perfis de trabalhadores escravizados e exploradores da escravidão

O início da exploração da mão de obra escrava no Brasil data desde o período colonial, inicialmente com a figura indígena enquanto vítima seguida da figura do negro africano. Com a promulgação de leis para libertação de determinados escravos, como as Leis do Ventre Livre e Eusébio de Queiroz, até a abolição total desta prática com a Lei

Áurea em 1888, os “ex-escravos” tiveram que lidar com uma nova realidade: a de que não possuíam condições materiais e nem instrução formal para garantir sua emancipação social – situação esta que os levaram a se submeterem a trabalhos degradantes com baixos salários para sobreviverem. A miserabilidade social, sustentada pelo sistema capitalista, representa, desde então, o elemento chave para perpetuação da escravidão (COSTA, 2018).

Portanto, ao contrário do que ocorria na escravidão colonial, em que o escravo era definido em razão do pertencimento a uma determinada categoria racial, na escravidão contemporânea, qualquer indivíduo que esteja à margem da sociedade por razões socioeconômicas pode ser alvo dessa exploração. Assim, pode-se dizer que:

A necessidade econômica, capaz de criar uma situação de vulnerabilidade extremada, é a marca do trabalho forçado em todo o mundo, quer em áreas urbanas, quer em áreas rurais [...] o interesse econômico é a mola mestra que impulsiona a existência da escravidão contemporânea (SENTO-SÉ, 2001 apud TRINDADE, 2013, p. 91).

A grande desigualdade social existente na sociedade é um fator conveniente para a manutenção da escravidão contemporânea, justamente porque garante que haja farta mão de obra a ser explorada por um baixo custo, o que assegura uma alta lucratividade para o empregador. Tem-se, assim, que a escravidão contemporânea é mais vantajosa para o explorador do que a escravidão colonial era para os “senhores”, tendo em vista que estes ainda tinham que arcar com a compra do seu escravo.

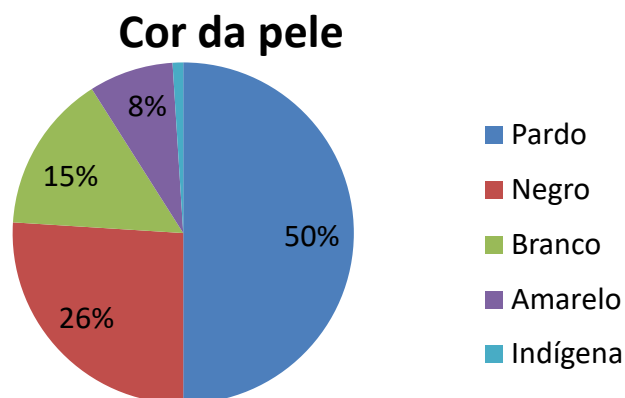
Somado a isso, é inegável que o baixo grau de escolaridade e a falta de qualificação profissional, acrescidos da necessidade de emprego, são pontos que contribuem para que os indivíduos estejam ainda mais expostos às falsas promessas de trabalho e consequentemente ao aliciamento para o trabalho escravo contemporâneo. Ao analisar os dados gerais disponíveis no Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo sobre os trabalhadores resgatados no país, esta informação se confirma. De um total de 45.028 trabalhadores libertados, 20.660 não possuem ensino fundamental completo e 11.208 são analfabetos, situação que representa 70% da realidade desses trabalhadores.

Além disso, a grande maioria das vítimas são homens. O número de mulheres resgatadas corresponde apenas a 4% do total. A busca por uma quantidade maior de homens decorre da necessidade de se obter uma mão de obra com mais força física para dar conta do árduo trabalho que geralmente é ofertado, tanto que a maioria desses homens possui entre 18 e 44 anos. Ademais, os dados disponíveis sobre a raça desses trabalhadores

demonstram que a maioria deles se autodeclara como pardo, o que ratifica o fato de que a população brasileira não branca ainda é maioria no quesito pobreza e vulnerabilidade social. De acordo com essas informações, portanto, de forma geral, o perfil do trabalhador escravo contemporâneo é um homem adulto, pardo e com pouco ou nenhum estudo formal.

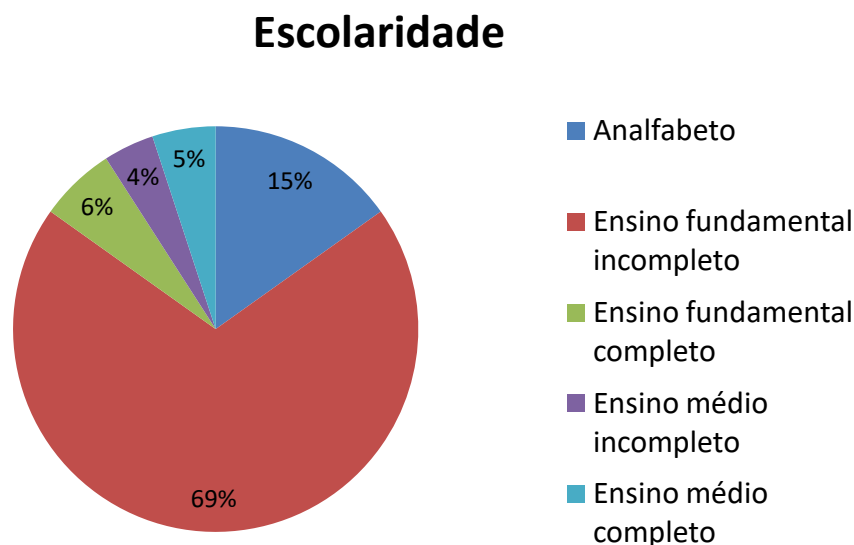
De acordo com os dados extraídos do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo, o perfil dos trabalhadores escravos naturais do Vale do Jequitinhonha resgatados não foge da realidade nacional apresentada. Conforme o Gráfico 2, 76% desses trabalhadores se autodeclararam pardos ou negros e apenas 15%, brancos. Já o Gráfico 3 demonstra que 69% dessas pessoas não possuem ensino fundamental completo e 15% são analfabetos, enquanto apenas 5% possuem ensino médio completo. E pelo Gráfico 4, é possível constatar que 93% dos trabalhadores são homens e a maioria pertence à faixa etária de 18 a 24 anos, enquanto a maioria das mulheres resgatadas possuem entre 30 a 39 anos de idade.

Gráfico 2: Egressos naturais por cor da pele. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018



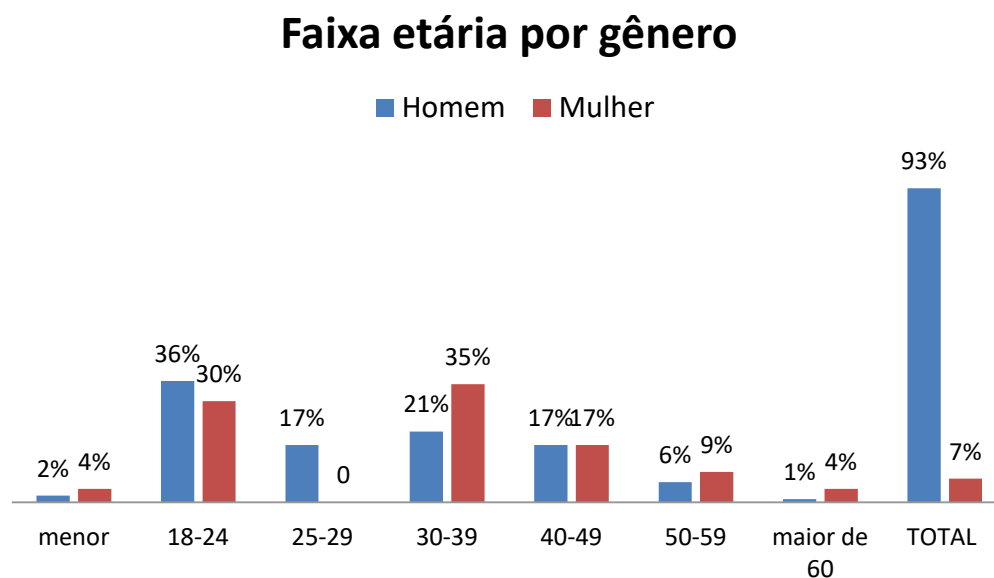
Fonte: OBSERVATÓRIO DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRÁFICO DE PESSOAS, 2019.

Elaboração Amanda Farina, 2019.

Gráfico 3: Egressos naturais por escolaridade. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018

Fonte: OBSERVATÓRIO DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRÁFICO DE PESSOAS, 2019.

Elaboração Amanda Farina, 2019.

Gráfico 4: Egressos naturais por faixa etária e gênero. Vale do Jequitinhonha, 2003-2018

Fonte: OBSERVATÓRIO DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRÁFICO DE PESSOAS, 2019.

Elaboração Amanda Farina, 2019.

Com relação aos empregadores envolvidos na exploração de mão de obra escrava, foi publicado um estudo pela OIT (2011) elaborado a partir de entrevistas realizadas com empregadores que tiveram seus nomes vinculados a esta prática. Esse

estudo demonstra um pouco do perfil desses indivíduos, levando em consideração a dificuldade de se obter uma declaração pública dessas pessoas a respeito da situação envolvida, em decorrência do contexto de ilegalidade e violência em que estão inseridos.

Dos entrevistados, todos eram homens, que possuíam mais de 40 anos de idade e se autodeclaravam, em sua maioria, brancos. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria possuía ensino superior completo, voltado principalmente para o curso de Administração e Ciências Agrárias. As profissões se relacionavam geralmente com atividades praticadas em meio rural, como fazendeiro, pecuaristas e agricultores.

Toda essa caracterização diverge totalmente da realidade anteriormente apresentada sobre os trabalhadores, o que demonstra o quanto os empregadores se aproveitam da fragilidade econômica, social e educacional dessas pessoas para obtenção de vantagens, além de utilizarem as mais diversas escusas para tentar se defenderem da acusação. Em um estudo realizado por Figueira (2002), por meio da análise da manifestação de alguns deles para a imprensa, essa situação se torna bem clara.

A primeira alegação utilizada em sua defesa refere-se à suposta ignorância sobre a ilegalidade cometida. É comum em depoimentos que os empregadores afirmem que não sabiam que as normas trabalhistas e/ou penais estavam sendo infringidas. Daí aparece a segunda alegação: a negação. Em geral, eles negam a acusação de que estariam empregando mão de obra escrava e tendem a desqualificá-la, afirmando que a denúncia não possui fundamento e que teria mero caráter sensacionalista. Em sua defesa, por exemplo, um empregador disse: “nós é que somos escravos dos peões. Afinal, temos que arranjar-lhes emprego, sustentá-los e ainda cuidar deles” (VEJA, 24.07.1991). Muitos deles até se consideram benevolentes por gerarem trabalho e produtividade.

Há alguns que usam o subterfúgio de que é impossível desempenhar projetos agropecuários e respeitar, ao mesmo tempo, as regras trabalhistas e ambientais, em virtude das restrições impostas pelo Governo. Outros alegam que as denúncias não passavam de armadilhas de pessoas ou órgãos não governamentais que tinham o objetivo de persegui-los por divergências pessoais, políticas ou ideológicas ou que “as condições de trabalho oferecidas em suas fazendas fazem parte da cultura e dos hábitos dos trabalhadores rurais” (OIT, 2011, p. 135).

Todas essas alegações tentam naturalizar a violação aos direitos e à dignidade do trabalhador, sob a justificativa de que a realidade concreta não permite a junção de emprego com os direitos legalmente previstos. Nessa perspectiva, o discurso desses

empregadores visa transferir sua responsabilidade para o Estado: o problema não é a forma como os empregadores tratam seus empregados, mas sim, a inoperância de legislações que preveem direitos que não podem ser garantidos. Contudo, na realidade, o que se percebe é que

A existência do trabalho escravo só tem sido possível pela conjugação de alguns fatores: a disponibilidade de uma mão-de-obra farta em áreas de pobreza e de desemprego. Nesses locais as pessoas se tornam mais facilmente vítimas do aliciamento e elas se tornam estrangeiras na sua própria pátria, desenraizadas de seus costumes e hábitos, vivem outro horizonte de impossibilidades. O que lembra Meillassoux (1995: 22) quando afirma que o escravo é sempre o estranho, aquele que vem de longe. O segundo fator é aquele da carência de mão-de-obra no local onde se efetua o trabalho. Alia-se a estes fatores os interesses econômicos em jogo e a ausência de uma ação eficiente, contínua, preventiva e curativa do governo, através de mecanismos legais, nem sempre eficientes ou claros, de combate à prática do crime (FIGUEIRA, 2002, p. 4).

Diante do exposto, cabe detalhar o processo de formação histórica do Vale do Jequitinhonha, dando ênfase à constituição do campesinato e suas transformações, advindas da expropriação capitalista, assim como explicar sobre a lógica do capitalismo dependente e a inserção do trabalho escravo neste contexto.

3 VALE DO JEQUITINHONHA: DO CAMPESINATO AO TRABALHO ASSALARIADO

Antes da recente entrada do denominado “desenvolvimento capitalista” no Vale do Jequitinhonha, vigorava nesta região uma cultura camponesa que, permeada por valores de solidariedade, fraternidade e comunhão, garantia sua reprodução por meio do trabalho que os próprios camponeses desempenhavam na terra. Esta realidade se manteve até o momento em que as condições de reprodução do campesinato ficaram comprometidas, devido às transformações iniciadas pouco antes da implementação do projeto desenvolvimentista e que se agravaram com sua efetivação.

O objetivo deste capítulo é perpassar pela formação e pelos modos de reprodução do campesinato no Vale para demonstrar o quanto a chegada do capital afetou o cotidiano dos moradores da região, bem como expor as transformações pelas quais os camponeses passaram a ter que se submeterem ao trabalho assalariado. Ademais, pretende-se demonstrar as consequências advindas do cerco capitalista inserido numa lógica de dependência, que justificam a permanência da exploração do trabalho escravo na contemporaneidade, bem como expor medidas estatais e de entidades não governamentais voltadas para a redução de casos concretos de escravidão.

3.1 Constituição do campesinato no Vale do Jequitinhonha

A formação econômica do Vale do Jequitinhonha está notadamente relacionada ao extrativismo mineral, iniciado no século XVIII com a extração de ouro e pedras preciosas. Esta atividade econômica, caracterizada pela facilidade de deslocamento para outros lugares e alta lucratividade, foi responsável, em grande parte, pelo povoamento da região, em decorrência do interesse gerado pela riqueza disponível (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

Paralelamente ao desenvolvimento dessa atividade, foi iniciada uma módica produção alimentar como fonte de subsistência, tendo em vista a escassez de alimentos e o alto valor para importação de produtos alimentícios. Com o declínio da mineração, a partir do final do século XVIII e início do XIX, a produção agrícola e pastoril passou a ser concebida como atividade primordial, fazendo com que fazendas passassem a ser reorganizadas com o intuito de gerarem produtos primários, de alto valor comercial, como

algodão e gado de corte. Ressalta-se que a atividade extrativista não deixou de existir na região, mas passou a ser considerada uma atividade complementar na maior parte do Vale (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

Ribeiro (1997) destaca que o declínio da produção mineradora contribuiu para que a atividade se expandisse para outros locais dentro da própria região. Dessa forma, a partir do momento em que a mineração apresentava uma queda significativa de sua produção no local onde estava sendo explorada, outras áreas passavam a ser sondadas para realização do extrativismo. Ademais, o autor afirma que:

[...] a incerteza da mineração forçou o mineiro à lavoura e o vazio da estação seca empurrou-o de novo para a lavra, combinando duas atividades com monetarização, técnicas, ritmos e ferramentas completamente diferentes, mas profundamente compatíveis. Mineração e agricultura de mantimentos quase sempre estiveram juntas porque são atividades estacionalmente compatíveis e complementares; mineração é serviço de seca, lavoura é serviço das águas (RIBEIRO, 1997, p. 4).

Assim, neste contexto de reorganização produtiva, se os grandes proprietários passaram a se dedicar a lavouras e criação de gado, prosseguindo com suas atividades produtivas, à população trabalhadora e pobre, constituída especialmente por homens livres e escravos refugiados ou libertos, restaram duas opções: “conformar-se à existência social na fazenda, formada ou em implementação, ou manter-se livre, o que pressupunha afastamento social das áreas nas quais a fazenda tinha interesse em se estabelecer.” (MOURA, 1988, p. 17). Aqueles que seguiam a primeira opção, denominados agregados, moravam e trabalhavam para as fazendas e suas famílias, os que optavam em se manter livre, geralmente se apropriavam e trabalhavam nas terras devolutas, como posseiros, ou podiam manter seu pequeno sítio e fazer roça dentro das fazendas, como sitiantes (MOURA, 1988).

Entretanto, a liberdade de escolha entre uma opção ou outra era mediada pela fazenda, haja vista que sobravam para a formação de sítios apenas piores terras, que eram mais baratas por serem menos férteis, possuírem topografia ruim e terem menos recursos ambientais. Dessa forma, o campesinato se restringia, praticamente, aos territórios onde a fazenda não quis alcançar ou naqueles em que esta se instalou, mas abandonou por não ter prosperado – fato este que não impediu sua formação (RIBEIRO, 1997).

Nesse contexto, o campesinato iniciado no Vale do Jequitinhonha firmou-se como uma organização camponesa, que fazia uso das terras disponíveis de forma

geograficamente estruturada. As áreas mais ricas em recursos hídricos, denominadas grotas, eram apropriadas e trabalhadas de forma privada, já as áreas planas e altas, denominadas chapadas, eram utilizadas de forma coletiva.

As terras apropriadas para uso privado destinavam-se à manutenção da subsistência familiar, sendo normalmente constituída por uma casa para moradia, plantação de verduras, legumes – chamada “roça”, com árvores frutíferas, uma fonte de água e um pasto cercado para criação de gado, popularmente conhecido como “manga”. Essas terras eram obtidas principalmente por meio de posse ou herança, mas também poderiam ser compradas.¹⁹ Eram apropriadas pela posse terras que não estavam sob o domínio de fazendeiros, o que ganhou maior proporção quando novas áreas foram liberadas para a produção camponesa, em virtude do período de estagnação econômica das fazendas em meados do século XIX (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

Já as terras de uso coletivo, consolidadas com intuito cooperativo, solidário e fraternal, eram trabalhadas por todos os camponeses para que produtos advindos das chapadas pudessem ser compartilhados por todos. Nessas terras era possível extrair frutas, madeira, raízes e folhas utilizadas como remédio, alimentos provenientes da “roça”, servindo, inclusive, como pasto para o gado nos períodos de seca. Além de servirem para a satisfação das necessidades dos camponeses, os recursos extraídos das chapadas eram comercializados pelos tropeiros. A comercialização, seja mediante a troca por outros produtos ou dinheiro, fazia-se essencial na reprodução socioeconômica camponesa, uma vez que funcionava como instrumento para garantir acesso a produtos diferentes daqueles que já eram produzidos e consumidos, ampliando, portanto, os meios de subsistência da comunidade (LEITE, 2015a). Assim, “[...] um carro de milho pode ser vendido em troca de sacos de feijão, mas também pode ser cedido em porções menores e sem contrapartida material embora haja a de tipo simbólico: ‘que Deus lhe pague o bem que fez’” (MOURA, 1993, p. 29).

Por mais que o sistema interno de trocas fosse importante para subsistência dos camponeses, a criação de gado nas chapadas se demonstrava uma possibilidade de converter trabalho em dinheiro para cobrir despesas necessárias, com bens desejáveis que não estavam disponíveis nas chapadas, como roupas, alguns remédios, materiais para construção de casas produzidos industrialmente. Nesse sentido,

¹⁹ Segundo Leite (2015a), alguns fazendeiros comercializavam parte de suas terras, aceitando como pagamento tanto mantimentos quanto animais de criação, por possuírem tropas de comercialização, ou outras terras, que serviriam para engordar o gado que seria vendido.

A conversão do gado em dinheiro parecia predominar sobre o comércio de mantimentos. Não que não houvesse trocas da produção agrícola, como revelava o movimento dos tropeiros que intercambiavam mercadorias com roceiros e outros comerciantes na mata, bem como as feiras livres, estabelecidas nos centros urbanos municipais [...] entretanto, era o gado a atividade predominante (LEITE, 2015a, p. 250).

Quanto às feiras, Woortmann (1990) aponta algumas características que merecem ser destacadas. Segundo o autor, a feira representa a autonomia camponesa, pois possibilita a realização do pai de família, enquanto chefe desta, ao poder converter o fruto do trabalho familiar em ganho que irá auxiliar no sustento da família. Porém, a feira também representa um ambiente de negócio e, enquanto tal, diverge da campesinidade, que pressupõe primordialmente a reciprocidade. Por este motivo, a feira ocorre em territórios urbanos, longe do território camponês.

O negócio é considerado, de forma geral, como atividade ilegítima, contrária à ética camponesa. Contudo, a realização da feira constitui apenas como uma forma de complementar a subsistência familiar, não representa, portanto, a atividade principal camponesa, o que significa dizer que eles não vivem do negócio. Portanto, pode-se dizer que o negócio possui um caráter ambíguo: se por um lado, o negócio se opõe ao princípio da reciprocidade, presente na reprodução camponesa, por outro, permite a liberdade, autonomia e honra familiar, que também são princípios relacionados à ética camponesa, e, por isso, o negócio não pode ser desconsiderado (WOORTMANN, 1990).

Além do que foi relatado, outra característica marcante dessa organização social relaciona-se ao respeito e à convivência harmônica com a natureza. Assim, as nascentes localizadas nas cabeceiras das chapadas, por se constituírem propriedade coletiva e serem imprescindíveis para a subsistência, eram devidamente preservadas, de modo que a degradação da vegetação presente ao redor dessas áreas era impensável, por atingir diretamente a fonte de água (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

Observa-se pelo exposto que a prática cotidiana dos camponeses permeia-se de elementos simbólicos que caracterizam um modo de vida peculiar. Os territórios utilizados para reprodução do modo de vida camponês são vistos a partir da sua perspectiva simbólica, conforme abordado anteriormente. Mais que um meio de produção ou valor de troca, a terra é considerada por seu valor de uso, constituindo-se como um bem sociocultural. Dessa forma, pode-se afirmar que, no campesinato, “as ações sociais e econômicas são orientadas pelo princípio da reciprocidade e do parentesco, e estão voltadas

para a reprodução do grupo doméstico e da comunidade e não, necessariamente, para a economia de mercado” (MAIA, 2000, p. 5).

Nesse sentido, a terra, a família e o trabalho são categorias intimamente relacionadas na cultura camponesa, vinculadas a valores e princípios de organização, como honra e hierarquia. A sociedade camponesa em si é voltada a uma ordenação mais moral do que econômica. Em uma sociedade voltada para o mercado, terra, trabalho e família são pensados de forma individual, de modo que cada um possui funções diferentes, que não se relacionam entre si (WOORTMANN, 1990).

A atividade produtiva desempenhada nos moldes da organização camponesa tem como objetivo sua autossustentação. Nesta dinâmica, a produção agrícola e não agrícola visam, primordialmente, ao consumo interno da unidade familiar, sendo comercializado apenas o suficiente para a obtenção de produtos necessários à manutenção da subsistência da família. Não há pretensão, portanto, de se desenvolver uma atividade puramente comercial dos produtos (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

O trabalho organizado para subsistência e reprodução camponesa é desempenhado de forma coletiva, assumindo um caráter essencialmente familiar. Nesse contexto, o parentesco exerce um importante papel, por influenciar não apenas as ações sociais e políticas, mas, inclusive, as atividades produtivas da comunidade. Cumpre ao pai de família coordenar as decisões pertinentes ao trabalho familiar. Porém, deve-se destacar que nem sempre o trabalho familiar é suficiente para manter a atividade produtiva, o que acontece quando, por exemplo, há poucas pessoas aptas ao trabalho e outras tantas para sustentar em uma unidade familiar, ou quando há algum problema na produção ou colheita. Nestes casos, faz-se necessário recorrer a outras relações de trabalho, tais como “troca-de-dias”, “mutirão” e “camarada-a-dia” (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

Na “troca-de-dias”, um indivíduo externo à unidade familiar desempenha o trabalho agrícola pelos dias necessários e, como compensação, ganha o mesmo auxílio daquele que ajudou pelo mesmo tanto de dias. Esta relação, portanto, não envolve dinheiro, apenas solidariedade. No mesmo sentido, o “mutirão” corresponde a um trabalho coletivo desempenhado, assim, por vários indivíduos, com o único fim de acudir a família necessitada, sem exigir nada em troca.

O trabalho nestas relações que envolviam cooperação e solidariedade era desenvolvido com esforço e dedicação por parte dos camponeses, já que tais atitudes garantiriam a qualidade do trabalho que seria executado em suas próprias roças. Ademais, o

empenho também se fazia necessário para que o serviço não se delongasse demasiadamente e não houvesse risco de prejudicar as lavouras, que possuem época certa para plantio. O “mutirão” consistia, ainda, em uma forma de viabilizar a execução de tarefas nas unidades familiares em que o emprego de um “camarada” era inviável (LEITE, 2015a).

Já na relação que envolve o “camarada-a-dia”, o camponês que precisa de auxílio emprega outro camponês para ajudá-lo no trabalho. Assim, são combinadas as atividades que serão executadas, o tempo para cumprimento de tais atividades e o pagamento devido, que pode ser em dinheiro ou troca de alimentos. Apesar da existência de uma contraprestação, a natureza desta relação não se assemelha ao assalariamento capitalista. Pelo contrário,

Aqui, nem há o agente capitalista, dono dos meios de produção e explorador da força de trabalho, nem há o trabalhador assalariado despossuído dos meios de produção e subsistência e vendedor de sua força de trabalho em troca de um salário. O caráter da relação não contém a dominação capitalista nem outra qualquer. A relação, ela mesma, é fluida e temporária, se invertendo de um momento para outro, conforme as necessidades do ciclo agrícola de cada família camponesa. O empregador de hoje é o empregado de amanhã (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983, p. 95).

De acordo com Woortmann (1990), o uso de assalariados nas comunidades camponesas não se opõe ao trabalho familiar, uma vez que o trabalho desempenhado por estes indivíduos, ainda que de forma temporária, irá viabilizar a atividade produtiva daquela família. Além do sentido prático, o assalariamento detém um sentido simbólico, por permitir a manutenção do pai na hierarquia familiar e poupar os demais membros do trabalho mais pesado. Assim, ao contratar um trabalhador, o pai está “pensando a família” (WOORTMANN, 1990, p. 27).

Aos camponeses também era permitido “fazer roça” no interior das fazendas, mediante a chamada “licença pra plantar”. Neste caso, o sitiante poderia utilizar uma pequena parte da terra do fazendeiro para complementar as despesas do sítio, sob a condição de se apropriar de apenas dois terços do produto. Tal estratégia adotada nas fazendas era estendida, ainda, aos demais camponeses, sob o regime de parceria que se baseava na terça e na meia, o qual garantia, além de produtos para consumo e comercialização, mão de obra para cuidar do pasto, dos animais e para fazer ou reparar cercas. Isso sem contar com o trabalho que já era produzido pelos agregados, em troca de sua moradia nas fazendas (MOURA, 1993).

Leite (2015a) menciona, ainda, a existência do regime de parceria denominado “quarteação”. Neste, o camponês, que se tornava “vaqueiro”, prestava o mais variado serviço na fazenda e recebia, além do estritamente necessário para subsistência de sua família, uma rês dentre quatro que nascessem. Contudo, este pagamento só era efetivamente realizado quando passados cinco anos de trabalho. Apesar do extenso tempo, o vaqueiro recebia o gado referente a todo o período, o que resultava em um pequeno rebanho que poderia ser criado por ele de forma independente. O objetivo do fazendeiro, ao atuar neste regime, era gerar expectativa de ganho para manter os serviços dos camponeses livres em sua propriedade.

Não obstante, a notória assimetria presente nos citados regimes de parceria, estes eram considerados justos pelos camponeses. Entretanto, esta situação começa a passar por transformações, aproximadamente a partir da década de 1950 (MOURA, 1993), que dão início a uma série de crises nas relações de produção e formas de reprodução camponesas, até então vigentes.

3.2 Mudanças na reprodução socioeconômica camponesa do Vale do Jequitinhonha

O processo de territorialização capitalista no Vale, que provocou o início das transformações nos modos de reprodução do campesinato, estabeleceu-se antes mesmo da chegada das empresas de reflorestamento, incitadas pelo intuito desenvolvimentista do Estado, abordado anteriormente. O sistema de agregação existente no interior das fazendas já demonstrava seu vínculo com a reprodução do capital, ao fazer com que, implicitamente, os camponeses se mantivessem à disposição dos fazendeiros, desempenhando um trabalho que contribuiria para a expansão das fazendas, ainda que pudessem colher alguns produtos para sua subsistência (LEITE, 2015b).

Segundo Moura (1988, p.81), a agregação é uma “relação de moradia de uma família na fazenda, implicando o desempenho de tarefas para o fazendeiro e a produção direta dos meios de vida para o agregado.” O início da agregação se dá mediante o “pedido de moradia”, que envolve, se aceito, um conjunto de regras relacionado ao deslocamento do agregado na fazenda, ao trabalho a ser desempenhado e à produção que poderá ser desenvolvida pelo mesmo. Em detrimento de tais regras, pode-se dizer que:

O agregado é pessoa livre, mas controlada pelo fazendeiro: ele não pode colher para si qualquer coisa, ele não tem licença de transitar por qualquer lugar, sua

entrada na sede da fazenda se dá invariavelmente pela porta dos fundos e demanda, quando necessário, a retirada reverente do chapéu. Deve estar permanentemente disponível para atender chamados seus, dentro e fora da esfera dos denominados “típicos de fazenda” (MOURA, 1988, p. 81).

As características presentes nessa relação desvendam, portanto, o grau de subordinação do agregado ao fazendeiro. Essa subordinação se estende, inclusive, aos membros da família do agregado. A mulher deste, por exemplo, geralmente trabalha como empregada doméstica na casa da fazenda e deve se manter ao dispor da mulher do fazendeiro, encargo este que fica destinado à filha dos agregados, se houver.

Dessa forma, a relação de agregação é caracterizada por seu caráter familiar, o que significa que os membros da família do agregado deveriam estar disponíveis para desempenhar os serviços da fazenda. Além disso, esta relação se estabelece pelo sentimento de favor, de retribuição para com o fazendeiro que oferece acesso à terra, à moradia e aos meios de subsistência (MOURA, 1988).

Apesar de o vínculo de subordinação e lealdade entre agregado e fazendeiro ser claramente mais vantajoso para este, a ideia de uma nova possibilidade de mercado e um novo ciclo de acumulação do capital, presentes na criação de gado leiteiro e corte em grande escala, desencadearam o início do processo de expulsão dos agregados e suspensão da licença pra plantar do sitiante, com o intuito de converter toda a terra disponível em pastos para gado, já que esta atividade gera maior lucro do que o obtido pelo trabalho do agregado (MOURA, 1993).

Outro fator que contribuiu para o desmantelamento das condições de agregação, conforme apontado por Moura (1988), foi o temor de ações judiciais por parte dos fazendeiros. Nesse sentido, para evitar litígios pela terra, o fazendeiro determinava, normalmente, a assinatura de contratos ao agregado, nos quais este negava relações de trabalho permanentes e confirmava moradas de favor e existência de trabalho avulso. Isso para evitar que o agregado exigisse judicialmente algum direito sobre a propriedade ou direito trabalhista.

O ato de expulsar o agregado representou o banimento dos modos de vida e pensamento: abandonam-se as antigas lealdades e os compromissos assumidos em prol de uma dinâmica mais impessoal e lucrativa. Dessa forma, a expulsão das fazendas reverberou em transformação no modo de reprodução das relações sociais desenvolvidas, até então, no Vale do Jequitinhonha, sendo que parte dos antigos agregados passou a desempenhar a

atividade de diarista, suscitando uma nova realidade social com a qual os camponeses não estavam acostumados.

A disseminação da diária e da empreitada expressam a outra face da expulsão e invasão de terras camponesas. Faz aparecer na fazenda o lavrador sem morada, ao mesmo tempo em que o pequeno sitiante empobrecido não tem mais licença pra plantar nas terras da fazenda. A diária presta-se à remuneração de tarefas cíclicas que demandam cuidados periódicos; é o caso das capinas. A empreita presta-se ao pagamento de tarefas que devem ser terminadas em curto tempo; é o caso das bateções de pasto (MOURA, 1993, p. 93).

Diante dessa nova realidade, agregado e sitiante, acostumados ao plantio sucessivo em parte da fazenda, viram-se obrigados a abandonar suas roças naquelas terras e aceitar, de forma alternativa, a execução de atividades intermitentes impostas pelo fazendeiro no momento em que se faziam necessárias. O valor pago pelo trabalho livre, que incluía comida, girava em torno de 15 a 20 cruzeiros para os homens e de 7 a 10 cruzeiros para as mulheres. Já o valor do trabalho cativo, em que o próprio lavrador se encarregava de levar seu alimento, era de 25 cruzeiros, aproximadamente, por um período de 10 horas de trabalho (MOURA, 1993).

De forma complementar, a chegada das empresas reflorestadoras no Vale do Jequitinhonha agravou ainda mais a situação dos camponeses, atingindo principalmente os posseiros. A presença dessas empresas, conforme mencionado anteriormente, foi fundamental no processo de expropriação do campesinato, que dependia das chapadas para complementar sua subsistência. Entretanto, pelo exposto, os fazendeiros não estão isentos de responsabilidade sobre as transformações ocorridas nas condições de produção dos camponeses. Neste contexto, “se a empresa florestal expropria, a fazenda também expropria” (MOURA, 1988, p.4).

Assim, é conivente para o fazendeiro atribuir a culpa às empresas e encobrir toda a exploração à qual os camponeses foram submetidos quando estavam nas fazendas. O fato é que a fazenda precisa se aliar às empresas reflorestadoras para que ela mesma possa sobreviver e manter o poder exercido nos domínios do seu território, já que o potencial econômico das empresas é maior que o seu. Isso significa que se as fazendas não trabalhassem em conjunto com as empresas, também estariam sob ameaça (MOURA, 1988).

Neste contexto, a partir de meados do século XX, a intensificação do processo de expropriação dos camponeses no Vale do Jequitinhonha, propiciado pelo avanço do

capital na região com a sistemática apropriação das terras regionais pelas já mencionadas empresas capitalistas, acelerou as modificações no modo de reprodução do campesinato. A apropriação das terras e consequente expropriação campesina, a propósito, contou com a outorga do Estado, responsável pela promulgação de leis que visavam à implementação de projetos de desenvolvimento na região.

A Lei nº 4.504 de 1964 (Estatuto da Terra), elaborada sob o pretexto de promoção do desenvolvimento, regulamentou questões relacionadas à propriedade e o usufruto das terras tidas como devolutas, facilitando o acesso do capital a essas terras e, ao mesmo tempo, privando os camponeses de continuarem a usufruir das mesmas. Neste mesmo contexto, no estado de Minas Gerais, a Lei nº 4.278 de 1966 (RuralMinas) passou a desconsiderar a possibilidade de usucapião como forma de posse das terras devolutas, que passou a ser legitimada apenas por meio de sua compra, o que propiciava, mais uma vez, a entrada do capital em detrimento dos camponeses (SOUZA, 2016). Dessa forma, conforme Silva (1999), o Estado tornou legítima a tomada das terras ao produzir leis baseadas em princípios mercadológicos que faziam da terra uma mercadoria, ao mesmo tempo em que mascarou a violência envolvida nesse processo, já que a expropriação não se deu por meio de grilagem ou da violência aberta de pistoleiros, mas sim, por meio de uma norma legal, que dava legitimidade àquela ação.

Assim, de modo distinto do pensamento campesino, a terra passou efetivamente a ser considerada uma mercadoria, objeto de negociação entre Estado, empresas, pequenos e grandes proprietários da região. Entretanto, as condições de negociação não se davam de modo igualitário entre negociantes. Os pequenos proprietários eram frequentemente ludibriados ou ameaçados para que vendessem suas terras, quando não eram logo expulsos pela falta de documentação destas (SILVA, 1999).

Tal situação, além de fortalecer a concentração fundiária, fez com que muitos camponeses fossem induzidos a se submeterem ao trabalho assalariado, ofertado pelos grandes setores do agronegócio, realizando migrações temporárias, como forma de garantir a subsistência familiar. Alguns desses camponeses migraram para cidades da própria região, tornando-se uma reserva de mão de obra barata e temporária na implantação das monoculturas de eucalipto e café, enquanto outros migraram para estados diversos em busca de trabalho em atividades agrícolas diversas (MAIA, 2000).

Portanto, as atividades econômicas predominantemente instaladas no Vale, quais sejam silvicultura, cafeicultura e pecuária, ocasionaram transformações consideráveis

na região, ao oportunizar a concentração fundiária e possibilitar a existência de uma mão de obra itinerante, provocando o êxodo rural. Estas transformações alcançaram ainda o próprio camponês, na medida em que

Os que pertenciam a uma condição social desvalida, mas tinham terra para plantar e morar, ainda que submetidos a distintas formas de dominação e exploração, são hoje em grande número vaqueiros sem chão para plantar, peões de empresas reflorestadoras, diaristas e empreiteiros de sementeiras e grandes campinas de pastos (MOURA, 1988, p. 198).

Pelo exposto, pode-se afirmar que a chegada desses empreendimentos no Vale simbolizou, para os camponeses,

[...] a chegada de um outro mundo, das trocas, do dinheiro, das leis jurídicas, das grandes companhias, do documento em substituição às palavras, das máquinas, do eucalipto, do advogado, do agrimensor, dos paulistas, do cálculo econômico voltado para acumulação. Enfim, o desencantamento do mundo definido pela racionalidade capitalista das grandes empresas estatais e privadas. O tempo cíclico marcado pelos momentos de plantar e colher e definidor do tempo de trabalho foi substituído pelo tempo linear, capitalista das usinas e fazendas do Estado de São Paulo. O tempo, agora, é compreendido pelo tempo da migração forçada, especialmente a temporária, mediante a permanência nas fazendas e usinas durante quase 9 meses ao ano (SILVA, 1999, p. 58).

Conforme Souza (2018), a ocorrência de mudanças vinculadas ao modo de reprodução socioeconômica camponesa reverbera na organização do processo de trabalho desses indivíduos. Nesse contexto, a migração é um processo social proveniente dessas mudanças que a dinâmica do capital impõe aos trabalhadores e representa a existência de uma nova relação com a terra e o trabalho, além de se apresentar como uma estratégia de manutenção da unidade familiar.

Neste cenário, a migração sazonal do homem, geralmente no período compreendido entre abril e dezembro, e a manutenção da agricultura de subsistência firmaram-se como estratégias fundamentais na reprodução social camponesa. A escolha do homem para perfazer a migração se deu em razão da própria cultura patriarcal camponesa, que organiza a divisão interna do trabalho pelo gênero, determinando as atividades próprias do homem e da mulher, de modo que a obrigação de buscar recursos para a família, por meio da migração, caberia ao homem, enquanto à mulher competiria preservar a casa e a agricultura de subsistência. Em suma, o assalariamento do homem garantia os recursos financeiros essenciais para subsistência familiar, enquanto a permanência da mulher preservava a condição camponesa da família (MAIA, 2000). Conforme mencionado no

capítulo anterior, a principal atividade desenvolvida pelos migrantes do Vale foi o corte de cana, no estado de São Paulo, a partir da década de 1970, mesma época em que o cerco capitalista em torno das terras do Vale se aprofundou.

O trabalho assalariado, ao qual o pai de família passou a ser submetido, ao contrário do que ocorria na unidade familiar campesina, é individualizado, hierarquizado e controlado por pessoas alheias a esta unidade, que não compartilham dos mesmos ideais de cooperação, companheirismo e amizade com os quais os camponeses se habituaram. O trabalho familiar, coordenado pelo pai de família e compreendido por todos esses valores, não é interessante para o capital, tendo em vista que não garante por si só a produtividade necessária para auferimento de lucro. Visando justamente o aumento da produtividade, o trabalho desenvolvido pelos camponeses nos setores agrícolas era remunerado em razão da produção. O salário por produção é vantajoso para o capitalista, porque além de estimular maior produtividade por parte do trabalhador, provoca, ainda, a competitividade entre trabalhadores com base em sua capacidade produtiva (SILVA, 1999).

De acordo com Maia (2000), o salário poderia variar de R\$ 150,00 a R\$ 450,00 de acordo com a produção dos trabalhadores. Por isso, para tentar garantir melhores condições de reprodução e voltar mais rápido para casa, em alguns casos, os filhos, ainda que menores, acompanhavam seus pais para auxiliá-los no trabalho. Essa situação foi relatada, principalmente, nas atividades de colheita de café e laranja, em que a produção desenvolvida pelos filhos menores agregava-se à produção do pai. A atuação dos filhos não era vista como um problema, porque atendia aos interesses do capital: extrair o máximo de produtividade do trabalhador, ainda que para tanto seja necessário utilizar da mão de obra de menores (SILVA, 1999).

Pelo exposto, pode-se afirmar que o processo migratório pelo qual os camponeses passam é fruto da lógica do capitalismo, na medida em que retira as condições de reprodução campesina e impõe o assalariamento como alternativa para subsistência do mesmo. Em outras palavras, o capital expropria os meios de produção dos camponeses para posteriormente utilizar sua força de trabalho. Essa é, portanto, uma das formas de dominação do capital sobre o trabalho nas regiões ditas como subdesenvolvidas, como é o caso do Vale do Jequitinhonha (SOUZA, 2018).

Dessa forma, o cerco capitalista impulsionado numa região de capitalismo dependente tende a se reproduzir por meio das formas de exploração típicas da acumulação

do capital, tais como a superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, exploração de trabalho escravo. Além disso, impulsiona o acirramento da questão agrária.

3.3 Desdobramentos do capitalismo dependente na América Latina

A gênese do monopólio privado das terras e da superexploração da força de trabalho está vinculada ao passado colonial e à formação histórica da América Latina (SOUZA, 2016). Neste contexto, o processo de expropriação e exploração dos recursos naturais extraídos da América Latina pelos países colonizadores, por meio da mão de obra dos nativos, é resultado da apropriação privada de bens, em razão do poder dado pelos reis aos donatários das terras localizadas na América Latina. Fato este que possibilitou que tais donatários extraíssem parte dos bens destinados à Coroa para si, dando início à circulação de mercadorias neste continente (TRASPADINI, 2016).

O constante fluxo de extração de riquezas, advindas da terra e do trabalho no campo, foi responsável por acelerar o ritmo do capitalismo pelo fato de incentivar a produção de mercadorias, impulsionada pela exploração da força de trabalho, e, conseqüentemente, proporcionar a acumulação de capital. Assim, a terra e o trabalho realizado nos países colonizados foram a base produtiva das mercadorias europeias, fazendo com que a questão agrária se mantivesse entrelaçada à dependência destes países aos países colonizadores (TRASPADINI, 2016).

Segundo Traspadini (2018, p. 16), a questão agrária está relacionada às “relações sociais de produção demarcadas por diferentes concepções de terra, território e vida. Tem a ver com como se produz alimentos, que tipo de relação social a fundamenta e qual forma-conteúdo do processo de trabalho e de produção”. Dessa forma, no cerne do capitalismo dependente, a questão agrária se insere na lógica de produção e apropriação de valor, de transformação da mercadoria em capital, bem como da exploração da força de trabalho (STEDILE, 2013 apud SOUZA, 2016).

Assim, pode-se dizer que

Nas economias centrais, a questão agrária conforma a raiz do desenvolvimento capitalista – composição orgânica e técnica do capital, taxa média de lucro, renda da terra e níveis salariais e de consumo nacionais. Nas economias dependentes, a questão agrária demarca o processo particular relativo à forma-conteúdo da violência do sobretrabalho, a superexploração da força de trabalho, como fundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Em síntese, a questão agrária entendida como categoria analítica explicita o movimento dialógico-

dialético entre o campo e a cidade e entre as nações na dinâmica geral e particular da produção de mercadorias (TRASPADINI, 2016, p. 133-134).

Na medida em que coube à América Latina, dentro da divisão internacional do trabalho, a função social de manter uma estrutura agrária para produção de mercadorias, a fim de abastecer as economias centrais, a intensificação da produção primário-exportadora obedece à lógica do capitalismo dependente. A centralidade na produção de *commodities* possibilita, principalmente, a expansão do capital financeiro internacional na agricultura, que impõe um padrão de produção agrícola, baseada na monocultura, monopolização da terra e dos recursos produtivos (SOUZA, 2016). Nesse contexto, a renda advinda da terra, resultante da produção de bens primários para exportação, e o trabalho desempenhado para tanto propiciam uma atuação periférica do capitalismo latino-americano no cenário mundial, que inviabiliza a possibilidade de tais países opinarem sobre as tendências da lei do valor, diante da existência de países detentores de monopólios industriais (TRASPADINI, 2016).

Segundo Souza (2016), a questão agrária deve ser encarada como um dos fatores constitutivos da questão social latino-americana e das contradições existentes na relação entre capitalismo dependente e imperialismo, uma vez que a propriedade privada da terra e o trabalho desempenhado pelo camponês migrante são elementos que asseguram a independência dos países imperialistas. Em se tratando do Vale do Jequitinhonha, a questão agrária é fruto da articulação de interesses do capital estrangeiro e dos latifundiários brasileiros, como uma estratégia que possibilitou o avanço do capital sobre as terras da região, propiciando o aprofundamento da apropriação privada destas. A questão agrária, somada à superexploração da força de trabalho, materializa o processo de acumulação do capital nos países dependentes.

A dinâmica do capitalismo dependente da América Latina se estabelece com base na relação desigual e complementar atribuída a este continente pelas economias hegemônicas, responsáveis pela atribuição das funções dos países na divisão internacional do trabalho. A lógica do capitalismo dependente pressupõe, portanto, a subordinação dos países periféricos aos países imperialistas centrais que determinam àqueles o tipo de produção a que estarão atrelados, que em grande parte corresponde à produção de bens primários, o que cria, ainda, uma dependência tecnológica dos países periféricos (SOUZA, 2016).

Para compensar, os países periféricos utilizam a grande oferta de mão de obra existente para neutralizar a situação de subordinação e desigualdade no mercado, de modo que a superexploração da força de trabalho se apresenta como uma categoria própria do capitalismo dependente. Numa economia dependente, o trabalho “livre” possibilita a exposição do trabalhador a novas formas de exploração, nas quais se encontra o trabalho escravo contemporâneo, uma vez que este não desfruta de uma liberdade concreta, por estar desprovido dos meios de produção e da terra, não lhe restando outra alternativa a não ser vender sua força de trabalho, o que é extremamente conveniente ao capital, já que os trabalhadores produzem “mais em valores de mercadoria do que o valor de mercado de sua força de trabalho” (HARVEY, 2016, p. 68). Assim, para que o capital se reproduza, é necessário que os trabalhadores criem mais valor do que recebem, para que o lucro obtido por meio de sua força de trabalho seja acumulado pelo capital. Essa dominação do capital sobre o trabalho tem como consequência a transformação do trabalho social humano em trabalho social alienado, de maneira que este passa a ser organizado em função da produção de valor de troca das mercadorias que proporciona um retorno pecuniário ao trabalhador, por meio do qual o capital cria um poder de dominação da classe trabalhadora (HARVEY, 2016). Dessa forma, a transformação da força de trabalho em mercadoria, conjugada com a propriedade privada da terra, possibilitam a apropriação de mais-valia pelo capitalista (SOUZA, 2016). Nesse ínterim, a superexploração da força de trabalho se apresenta ao capital monopolista, como meio de apropriação privada do valor criado pelo trabalhador.

Neste contexto, pode-se afirmar que

A superexploração da força de trabalho e a opressão que a dá sentido são mecanismos estruturais do capitalismo dependente emanados de uma histórica situação de violência estrutural. Essa violência demarca, para fora e para dentro, a necessidade da formação da consciência, forjada na luta e nos estudos, como forma de instituir novas práxis, para além das práxis do capital sobre e contra o trabalho. Não há nada mais violento que o trabalhador reproduzir a lógica dominante como sua própria lógica projetada como futuro. Não há nada mais degradante que o próprio trabalhador, ao não se ver como classe, instituir para os demais trabalhadores os mesmos mecanismos violentos de opressão como condição histórica de perpetuação do capital (TRASPADINI, 2016, p. 61).

Esses mecanismos do capitalismo demonstram a falta de compromisso social ou moral com os trabalhadores, que são impelidos a aceitar as exigências impostas pelo capital, como submissão a jornadas de trabalho prolongadas, imposição de alta produtividade e recebimento de salário abaixo do necessário para repor a força de trabalho

e abaixo da riqueza produzida.²⁰ No Vale do Jequitinhonha, a superexploração da força de trabalho, mediada pela migração temporária que, por sua vez, foi impulsionada pela expropriação dos camponeses, é o elemento central na dinâmica do desenvolvimento dependente por impulsionar a oferta de mão de obra barata às regiões agrícolas desenvolvidas, comandadas pelo agronegócio. O movimento de expropriação garantiu, portanto, a formação de uma reserva de força de trabalho tendente a ser superexplorada pelo capital (SOUZA, 2016).

Essa reserva de força de trabalho, constituída de trabalhadores destituídos da terra, desempregados ou sem fonte de renda para subsistência, serve muitas vezes para compor a mão de obra escrava da contemporaneidade. Segundo Sakamoto (2011), o processo de grilagem e expulsão dos posseiros de suas terras e o consequente exército de reserva de mão de obra são consequências do sistema capitalista que funcionam tanto para expandir o contingente de mão de obra, em especial para o campo, quanto para aumentar o lucro dos empresários que utilizam desta força de trabalho. Este excedente populacional desprovido dos meios de produção, sem emprego e fragilizado tende a aceitar promessas de empregos, mesmo que não haja garantia de que estas serão devidamente cumpridas. Tal contexto de fragilidade social, criado pelo próprio sistema capitalista, possibilita a exploração indevida da força de trabalho, da qual o trabalho escravo contemporâneo é exemplo.

Nesse sentido, o trabalho escravo contemporâneo é um mecanismo deliberadamente utilizado para viabilizar a acumulação do capital, principalmente nas seguintes circunstâncias: nos setores que fazem uso de atividades que dependem de trabalho manual, seja pelo fato de sua mecanização não ser possível, seja em razão da utilização de mão de obra demandar investimento inicial menor; nos empreendimentos que estão em expansão; nos empreendimentos em que o processo de modernização está estagnado ou está ocorrendo de forma mais lenta (SAKAMOTO, 2011).

No primeiro caso, a utilização de mão de obra escrava é utilizada em atividades que estão ligadas à preparação do terreno para a entrada de empreendimentos extrativistas ou agropecuários, como desmatamento, limpeza do terreno, plantação de pastos, construção

²⁰ Ressalta-se que o salário pago pelo capitalista não corresponde a todo o valor gerado pelo trabalhador durante sua jornada de trabalho, mas sim, apenas ao valor considerado necessário para sua reprodução, para ser possível se apropriar do excedente. Assim, as primeiras horas de trabalho já são suficientes para produzir o valor do salário que será repassado ao trabalhador. O valor produzido nas horas de trabalho subsequentes, chamado “mais-valia absoluta”, serve para locupletar o capitalista, o que demonstra que a exploração do trabalho é um elemento intrínseco ao sistema capitalista (MARX, 2017).

de cerca e produção de carvão vegetal. Assim, nestes empreendimentos, utiliza-se a superexploração de uma mão de obra barata para que os recursos obtidos possam ser investidos na implementação ou melhoria da infraestrutura, para viabilizar a concorrência e possibilitar o aumento do capital (SAKAMOTO, 2011).

No segundo caso, complementar ao primeiro, o trabalho escravo funciona como vetor de expansão dos empreendimentos, geralmente empregado em atividades que possibilitam a ampliação destes. Neste caso, o modo dito arcaico de produção atua de forma complementar ao moderno para garantir a ampliação do capital, sem que seja necessário dispendir de grandes quantidades da mais-valia obtida da parte moderna do empreendimento, possibilitando sua competitividade no mercado enquanto encontra-se em expansão. Exemplo disso ocorreu em 2001, quando foram encontrados 54 trabalhadores escravos em uma fazenda produtora de gado no Pará, desempenhando atividades relacionadas à ampliação do pasto, de forma tradicional, para que o proprietário pudesse ampliar as matrizes reprodutoras e continuar a investir no setor de inseminação artificial, que faz uso da tecnologia de ponta (SAKAMOTO, 2011).

Além de ser empregado trabalho escravo nos empreendimentos que estão em expansão, é possível encontrar esse tipo de trabalho naqueles que ainda não passaram por um processo de modernização ou em que este processo ainda não se completou, por dependerem ainda mais da execução de atividades manuais, como em plantio e colheita de lavouras e extrativismo vegetal. Nesses empreendimentos, a mão de obra escrava viabiliza a redução dos custos individuais do capitalista, fazendo com que o excedente apropriado da força de trabalho possa ser aplicado em novos empreendimentos, favorecendo a expansão agropecuária (SAKAMOTO, 2011).

Em suma, é possível constatar que

A produção originada de empreendimentos que usam trabalho escravo contemporâneo, somada a de outros que utilizam outras formas não-contratuais de trabalho em regiões e situações de expansão agrícola, faz com que aumente a oferta geral dos produtos. E diminua o seu preço internacionalmente. Ou seja, a escravidão contemporânea é um componente de um processo maior, que traz ganhos diretos ao produtor rural e indiretos ao mercado. [...] Independentemente de quem ganhe, o prejuízo será sempre do trabalhador (SAKAMOTO, 2011, p. 417).

Pelo exposto, infere-se que a superexploração do trabalho e o emprego da mão de obra escrava são estratégias utilizadas pelo sistema capitalista, visando o aumento da mais-valia absoluta e, conseqüentemente, acúmulo do capital. Pela lógica capitalista, a

conquista da expansão produtiva é uma medida prioritária, ainda que para tanto seja preciso utilizar de formas irregulares e aviltantes de trabalho.

Nesse sentido, segundo Sakamoto (2011), em razão do domínio do capital sobre a sociedade, a completa erradicação de formas contemporâneas de escravidão depende de uma mudança estrutural. Ainda que haja políticas de atenuação e prevenção do problema, este apenas será extirpado da sociedade quando a base econômica dessa estrutura for atingida. Para tanto, medidas como a distribuição justa da terra e a socialização dos meios de produção são exemplos que poderiam abalar tal estrutura, mas que, ao mesmo tempo, dependeriam de uma verdadeira revolução para serem implementadas.

Por outro lado, as ações preventivas e repressivas se apresentam como um importante recurso na tentativa de enfraquecer a continuidade da exploração de mão de obra escrava na contemporaneidade. Além das ações implementadas pelo Estado, as intervenções realizadas por ONG também são relevantes e merecem ser destacadas.

3.4 Medidas implementadas contra o trabalho escravo contemporâneo

Conforme mencionado neste trabalho, o reconhecimento da existência de formas contemporâneas de escravidão pelo Estado se deu após denúncia realizada pela CPT perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, fazendo com que o Brasil figurasse no polo passivo de um processo iniciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por violação aos direitos humanos. Nesse ínterim, coube aos movimentos sociais, sindicatos rurais e ONG a responsabilidade de lutar, denunciar e exigir que as denúncias fossem apuradas, para que fossem tomadas medidas contra a escravidão contemporânea.

Diante desta realidade, não é possível defender uma postura neutra do Estado perante a exploração de trabalho escravo. Resta claro, inclusive pelo que já foi exposto neste trabalho, que o Estado fomenta a estrutura e as condições necessárias ao estabelecimento e desenvolvimento do capital, o que impossibilita a erradicação do trabalho escravo. Mas, ao mesmo tempo, tem como obrigação implementar medidas que visam combatê-lo.

A primeira ação de combate à escravidão contemporânea realizada pelo Estado foi o Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do Aliciamento de Trabalhadores (Perfor), instituído por um Decreto de 3 de setembro de 1992. As ações previstas no decreto para cumprir com o objetivo de erradicar o trabalho escravo consistiam em melhorar as

condições de trabalho rural e urbano, aperfeiçoar a fiscalização e aplicação das penalidades e aperfeiçoar os instrumentos legais voltados à repressão deste tipo de trabalho e do aliciamento dos trabalhadores (BRASIL, 1992).

Segundo Moraes (2007), a instituição deste Programa foi apenas uma medida paliativa para tentar abafar as denúncias realizadas e demonstrar que o compromisso de erradicar a escravidão no país estava sendo cumprido, o que se constata pela superficialidade das ações apresentadas, motivo pelo qual não obteve resultados satisfatórios. Dessa forma, como era esperado, houve aumento do número de denúncias de trabalho escravo, levando o Governo a adotar uma medida que se mostrasse mais eficaz, dando origem, portanto, ao Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF), por meio do Decreto nº 1538, de 27 de junho de 1995, em substituição ao Perfor.

O GERTRAF tinha como finalidade a apuração de denúncias, bem como a coordenação e implementação de medidas destinadas à repressão do trabalho escravo, sendo integrado por membros dos Ministérios do Trabalho, da Justiça, do Meio Ambiente, da Agricultura, da Indústria, Comércio e Turismo e da Previdência e Assistência Social. Com o intuito de viabilizar a apuração das denúncias, foi criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio das Portarias nº 549 e 550 de 1995, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), formado por Auditores Fiscais, Procuradores do Trabalho e agentes da Polícia Federal para planejar as ações de fiscalização e apuração das denúncias, resguardando o sigilo destas (SILVA, 2010).

Apesar da extinção do GERTRAF, por meio do Decreto nº 147 de 31 de julho de 2003, o GEFM se perpetuou, constituindo na primeira medida estatal efetiva na repressão ao trabalho escravo. Segundo Silva (2010), as operações do GEFM se iniciam com o recebimento de uma denúncia, cabendo verificar sua veracidade e a viabilidade da fiscalização, por meio do levantamento de informações do local denunciado, como número de trabalhadores, existência de vigilância armada, local de residência do proprietário. Levantadas as informações e autorizada a operação, elaborase a proposta de ação, definindo-se a equipe, o período da operação, os materiais necessários para sua concretização. Com isso, o GEFM vai ao local denunciado, analisa as condições de trabalho, coleta depoimentos dos trabalhadores e outras provas para consubstanciar a ação fiscal, como fotografias e gravações.

No exercício de sua função, o GEFM possui o condão de autuar os responsáveis pela exploração do trabalho escravo, calcular o pagamento das verbas trabalhistas e resgatar os trabalhadores, com auxílio e proteção da Polícia Federal. Ao se constatar a existência do trabalho escravo, a Polícia Federal instaura um inquérito criminal que, após concluído, é encaminhado ao Ministério Público Federal para ajuizamento das ações necessárias para responsabilizar os envolvidos (TRINDADE, 2013).

A partir de 2003, com o lançamento do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, o enfrentamento do trabalho escravo se deu de forma mais efetiva, sendo empreendidas ações mais específicas e, aparentemente, aptas a alcançarem algum resultado. Ao todo, o Plano indicou 76 ações de responsabilidade conjunta dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público. Dentre elas, destaca-se: a inclusão dos crimes de aliciamento e de redução a condições análogas de escravo na Lei de Crimes Hediondos; aprovação da PEC 438/2001, que autoriza a expropriação das terras em que forem encontrados trabalhadores escravos, alterando o artigo 243 da Constituição Federal; garantia do recebimento de parcelas do seguro-desemprego à vítima; implementação de programas de reinserção social para evitar a reincidência; ações de conscientização da população, disseminação do tema na mídia (TRINDADE, 2013).

Quanto à PEC 438/2001, conhecida como “PEC do Trabalho Escravo”, deve-se salientar que esta somente foi aprovada em 2014, devido, principalmente, à forte resistência da bancada ruralista. A aprovação da PEC, entretanto, apenas foi alcançada porque houve modificação de seu texto original, que não previa nenhum requisito para a expropriação da terra em que houvesse exploração de trabalho escravo. Com a alteração, passou a ser necessária a criação de uma lei para regulamentar a expropriação, o que impede a aplicação imediata da norma constitucional, até que esta lei seja aprovada. Foi apresentado o Projeto de Lei nº 432 de 2013 no Senado Federal, visando tal regulamentação, porém, o mesmo foi arquivado no final de 2018.

Segundo a OIT, no período compreendido entre 2003 e 2007, 68,4% das metas traçadas no Plano foram cumpridas (TRINDADE, 2013). Ainda assim, em 2008, foi lançado o 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, ainda em vigência,²¹ que distribui as ações em três eixos: prevenção, repressão e informação.

²¹ Segundo informações extraídas no *site* do Governo Federal <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/combate-ao-trabalho-escravo/plano-nacional-para-erradicacao-do-trabalho-escravo>>, o 3º Plano de Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo encontra-se em fase de elaboração.

Dentre as ações propostas, podem ser destacadas as seguintes: implementação de uma política de reinserção social, com ações destinadas à geração de emprego e renda, reforma agrária, educação profissionalizante e reintegração do trabalhador; execução da reforma agrária nos locais identificados como passíveis de aliciamento, bem como nos locais de resgate dos trabalhadores; emissão da documentação civil básica a todos os resgatados, como Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e CPF; acesso às vítimas ao seguro-desemprego e benefícios sociais temporários; disponibilização de equipes de fiscalização móvel nacionais e regionais em número suficiente para atender as denúncias; disponibilização de estrutura logística para fiscalização; criação de uma campanha nacional de conscientização, sensibilização e capacitação para erradicação do trabalho escravo; incentivo à divulgação do tema nos veículos de comunicação; manutenção da divulgação do cadastro de empregadores que utilizaram mão-de-obra escrava em mídia de grande circulação e rádios comunitárias e incentivar sua consulta (BRASIL, 2008).

O cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas a de escravo, também conhecido como “lista suja”, regulamentado pela Portaria do MTE nº 540/2004, revela à sociedade o nome do empregador infrator e o CNPJ de sua empresa, após a realização de fiscalização em que seja averiguada a infração, impossibilitando a concessão de financiamentos e empréstimos concedidos por estabelecimentos estatais e agências regionais de desenvolvimento. Segundo se extrai desta Portaria, o nome dos empregadores só saem da lista após demonstrarem que não houve reincidência da infração, que todas as multas cominadas foram pagas, bem como os débitos trabalhistas e previdenciários, e comprovar que os trabalhadores estão em situação regular de trabalho.

A exposição desses empregadores é um importante mecanismo de repressão, por obstar a obtenção de financiamentos e créditos públicos que fomentem suas atividades e, até mesmo, pela possibilidade de frustrar possíveis relações comerciais dos mesmos. Apesar das várias tentativas de suspender a divulgação desta lista, por meio de processos judiciais, esta continua válida e respaldada pelos princípios constitucionais de valorização do trabalho, justiça social, função social da propriedade e dignidade da pessoa humana (SILVA, 2010).

Em complementaridade às ações estatais mencionadas, algumas ONG, como o Instituto Carvão Cidadão (ICC), a Repórter Brasil e a CPT, desenvolvem relevantes

projetos de combate ao trabalho escravo. Dentre eles, pode-se destacar o programa “Carvão Cidadão”, o projeto “Escravo, nem pensar!” e a campanha “De olho aberto para não virar escravo”.

O programa Carvão Cidadão, vinculado ao ICC, desenvolvido nos estados do Pará, do Piauí, de Tocantins e do Maranhão, tem como propósito fazer com que as siderúrgicas destes estados que aderirem ao programa assumam o compromisso de adquirir carvão vegetal apenas de fornecedores que cumpram com a legislação trabalhista, com o intuito de enfraquecer a prática escravagista. Para tanto, são realizadas auditorias pelo ICC nas carvoarias dos estados citados para verificar quais atendem ao requisito (TRINDADE, 2013).

O projeto “Escravo, nem pensar!”²², desenvolvido pela Repórter Brasil, é um programa educacional que visa difundir informações referentes ao tráfico de pessoas e trabalho escravo rural, como tentativa de combatê-lo por meio de divulgação de materiais didáticos sobre o tema, cursos e capacitações direcionados a agentes da área da saúde, educação e assistência social. A promoção e o incentivo este projeto faz parte de uma das metas do 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, assim como de planos estaduais do Maranhão, da Bahia, do Mato Grosso, de Tocantins e do Rio de Janeiro. Em um dos materiais divulgados pela ONG, de forma ilustrativa e didática, é explicado o significado do trabalho escravo, assim como todo o processo pelo qual o mesmo se desenvolve. Na apresentação do material, menciona-se que o mesmo é “voltado para alfabetizadores das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais – locais onde o problema do trabalho escravo é mais grave.” (REPORTER BRASIL, 2009, não paginado).

Em 2018, o projeto “Escravo, nem pensar!” foi desenvolvido no estado de Minas Gerais, numa parceria entre a Repórter Brasil e a Secretaria de Estado de Educação. O projeto iniciou com a formação de profissionais das Superintendências Regionais de Educação, que ficaram responsáveis em capacitar seus professores para eles repassarem as informações aos alunos. O Vale do Jequitinhonha foi contemplado com esta ação nos municípios de Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte, Comercinho, Francisco Badaró, Itaobim, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina e Virgem da Lapa (Figuras 4 e 5).²³ Com o desenvolvimento das atividades do projeto, professores e alunos foram até a

²² Informações extraídas do *site* <<http://escravonempensar.org.br/>>.

²³ Informações extraídas do *site* <<http://escravonempensar.org.br/acoes/gestores-e-tecnicos-da-educacao-de-minas-gerais/>>.

comunidade divulgar o tema, esclarecer questões sobre direitos trabalhistas e direitos humanos e divulgar os canais oficiais para realização de denúncia (REPÓRTER BRASIL, 2018).

A campanha “De olho aberto para não virar escravo”, coordenada pela CPT, tem como objetivo desenvolver ações propícias ao acolhimento, amparo e resgate das vítimas, sensibilização e orientação quanto ao tema. Para alcançar esse objetivo, a CPT, que há anos atua na luta contra o trabalho escravo e pela causa dos trabalhadores do campo, desenvolve materiais didáticos voltados para os trabalhadores e divulgação junto à sociedade, além de desenvolver atividades de conscientização e repasse de informações sobre o tema, principalmente nos locais de maior incidência de exploração da mão de obra escrava.

Figura 4: Estudantes da Escola Estadual Professora Aparecida Dutra manifestando-se contra o trabalho escravo nas ruas de Araçuaí-MG



Extraída de: REPÓRTER BRASIL, 2018

Figura 5: Professores e estudantes da Escola Estadual Monsenhor Manoel vão às ruas alertar a comunidade de Medina-MG sobre a prática de trabalho escravo



Extraída de: REPÓRTER BRASIL, 2018

Algumas dessas atividades foram desempenhadas no Vale do Jequitinhonha, por meio de colaboradores presentes na região. Uma delas, ocorrida no município de Jenipapo de Minas, tinha como objetivo visitar famílias de trabalhadores migrantes e orientá-los sobre seus direitos e a existência do trabalho escravo. Outra ação, desenvolvida nos municípios de Coronel Murta, Berilo, Virgem da Lapa, Chapada do Norte, Araçuaí, Itaobim e Jenipapo de Minas, realizou uma oficina de formação sobre trabalho escravo para trabalhadores, explicando-lhes sobre o tema.²⁴

Pelo exposto, percebe-se que a atuação das ONG que lutam contra o trabalho escravo permite a ampliação do debate e difusão do tema pelo país, com importante papel na tentativa de redução do número de vítimas dessa exploração. Ações como estas, assim como a adoção de medidas estatais, devem ser encorajadas como forma de reivindicação e expectativa de mudanças estruturais que possibilitem a erradicação da escravidão contemporânea.

²⁴ Informações públicas repassadas pela colaboradora da CPT, Gislene Dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão contemporânea demonstra ser um tema extenso, intrincado e desafiador. A começar pelo fato de possuir correspondência com um período histórico longo e obscuro, em que a objetificação e o tratamento desumano, cruel e animalesco dado a certos seres humanos era algo explícito, conformado e considerado natural. Depois, por se reapresentar no seio da sociedade de maneira mais velada, amparada pelo capitalismo sob as formas de dominação e exploração contemporâneas – como desemprego, expropriação de terras, latifúndio –, apropriando-se, portanto, de pessoas socialmente vulneráveis, marginalizadas, excluídas. Por fim, por ser uma afronta à dignidade da pessoa humana e, conseqüentemente, sua integridade física, psíquica e moral, bem como à valorização do trabalho e justiça social, ainda que estes sejam princípios consagrados pela Constituição Federal e pela Declaração Universal de Direitos Humanos.

De maneira geral, a exploração da mão de obra escrava em territórios rurais é ainda mais corriqueira do que em territórios urbanos, já que, conforme explanadas, as características daqueles territórios facilitam tal exploração. No Vale do Jequitinhonha esta realidade não é diferente. Como foram expostos, os setores econômicos mais envolvidos nesta exploração pertencem ao agronegócio, ao passo que as atividades mais desenvolvidas pelos trabalhadores estão vinculadas ao meio rural. Além disso, o modo como o trabalho escravo se manifesta na região associa-se a seus acontecimentos históricos.

A substituição do uso coletivo das terras de chapada no Vale do Jequitinhonha pela propriedade privada interrompeu a continuidade do pastoreio extensivo e extrativismo realizados pelos camponeses da região nestas terras, em nome de um desenvolvimento vantajoso para o capital transnacional que lucrou e continua lucrando com a exploração dos territórios do Vale. Para os camponeses, a chegada do “desenvolvimento” acarretou num processo de expropriação, que teve como efeito a alteração do modo de reprodução social dos mesmos.

Neste contexto, o Vale do Jequitinhonha se apresenta como uma região de oferta da mão de obra escrava, em decorrência deste processo de expropriação e consequente desemprego gerado pela abertura dada ao crescimento econômico, como solução para o “atraso” presente na região. Nesse cenário, grande parte dos expropriados vislumbrou na migração temporária uma possibilidade de manter sua subsistência e de sua família, por meio da venda da própria força de trabalho para setores agrícolas em expansão,

principalmente o setor sucroalcooleiro, formando uma massa de trabalhadores cada vez mais sujeitos a condições de trabalho instáveis, precárias e marcadas pela flexibilização.

Por mais que esses migrantes retornem a seus locais de origem de tempos em tempos, a expropriação pela qual passaram dificulta a probabilidade de restabelecerem as condições de produção e reprodução campesina a que estavam habituados, pela ausência dos meios necessários para tanto, assim como pela mudança das próprias relações sociais anteriormente estabelecidas. O processo de migração os forçou a se adaptarem a uma nova realidade que, ao contrário do que ocorria na reprodução campesina, não se fundamenta em princípios de cooperação, solidariedade e amizade. Nesta nova realidade, o trabalho é apenas uma ferramenta utilizada pelo capitalista para atingir sua finalidade: a acumulação de capital.

Neste contexto, a exploração do trabalho escravo se apresenta como uma alternativa à consecução de tal finalidade. Tendo em vista que, nesta forma de exploração, as condições e garantias legais, por exemplo, o pagamento de salário mínimo e horas extras, descanso remunerado, intervalo para refeições, fornecimento de equipamentos de proteção individual etc., não são devidamente asseguradas ao trabalhador e, conseqüentemente, o custo de manutenção deste trabalhador é menor para o capitalista, o valor gerado por tal forma de trabalho será apropriado em maiores proporções, o que garante maior lucratividade e vantagem ao empreendedor. Para o trabalhador escravizado, por outro lado, sujeito a todo tipo de degradação e violação de direitos, resta apenas a expectativa de receber uma quantia para garantir minimamente seu sustento.

Lutar contra a permanência da escravidão significa lutar contra o próprio sistema, o que requer verdadeira revolução da classe trabalhadora. Enquanto isso, faz-se necessário estimular a implementação de medidas de prevenção nos locais em que o aliciamento de trabalhadores se faz presente, por meio de palestras, divulgação de informação sobre o tema, capacitação de agentes de Estado e ONG que lidam diretamente com pessoas vulneráveis, dentre outros. Para tanto, o estudo sobre a forma e os territórios em que se manifestam o trabalho escravo contribui para que sejam identificados os locais sensíveis ao aliciamento, possibilitando o planejamento e a execução destas ações.

Ações de repressão, como multas, proibição de obtenção de financiamentos públicos, divulgação do nome dos empregadores e a própria reclusão, também se demonstram relevantes, em razão do impacto negativo causado pela exposição da imagem do empregador envolvido no trabalho escravo, bem como pelo prejuízo financeiro advindo

de tais medidas repressivas. Estas podem se apresentar como mais uma contribuição na tentativa de coibir esta exploração.

Apesar do estímulo a estas ações parecer inútil, em função da profundidade do problema, e ainda que o esclarecimento e a disseminação do assunto não tenham o condão de por si só resolver o problema, devem ser considerados importantes, pois permitem que maior número de pessoas, conscientes dessa exploração, tenha condições de denunciar a ocorrência desse tipo de trabalho, gerando novos focos de fiscalização e possíveis resgates dos trabalhadores, além de estimular a resistência dos mesmos quanto ao aliciamento. Motivo pelo qual ações, como estas, devem ser incentivadas desde já.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rejane de Barros Meireles. **Escravidão por dívidas nas relações de trabalho rural no Brasil contemporâneo**: forma aviltante de exploração do ser humano e violadora de sua dignidade. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

ANTUNES, Ricardo. **Adiós al trabajo?** Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. **O continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-51, maio/ago. 2004.

AUGUSTO, Hélder dos Anjos. **Migração recente nas mesorregiões de Minas Gerais segundo os censos demográficos de 1991 e 2000**. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BATELLA, Wagner Barbosa; DINIZ, Alexandre Magno Alves. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, p. 59-77, dez. 2005.

BOHNENBERGER, Ênio José. **Territorialidades em tensão no Vale do Jequitinhonha**: territórios de vida e territórios como recurso para o capital. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

BRANDÃO, André; ROCHA, Graziella. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196-204, jul/dez. 2013

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 13 mar. 2018

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 mar. 2018.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.442, de 01 maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 02 mar. 2018.

_____. **Decreto de 3 de setembro de 1992**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1992/decreto-41006-3-setembro-1992-574702-publicacaooriginal-97813-pe.html>. Acesso em 01 dez 2019.

_____. **Instrução Normativa nº 139**, de 22 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a fiscalização para a erradicação de trabalho em condição análoga à de escravo e dá outras providências. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/2075837/do1-2018-01-24-instrucao-normativa-n-139-de-22-de-janeiro-de-2018-2075833. Acesso em 26 de abril de 2019.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **2º Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo**. 2008. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/novoplanonacional.pdf>. Acesso em 01 dez. 2019.

_____. **Trabalhadores migrantes e trabalho decente no Brasil**. André Luís Lopes Borges de Mattos e Guilherme Mansur Dias (orgs.). Brasília: MTE, 2009.

CALIXTO, Juliana Sena. **Reflorestamento, terra e trabalho**: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a Reforma Agrária no Brasil. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CASTILHO, Ela Wieco. Considerações sobre a interpretação jurídico-penal em matéria de escravidão. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 38, p. 51-60, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. 43% das novas empresas da "lista suja" do trabalho escravo são do agronegócio, 12 de abr. de 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/4317-43-das-novas-empresas-da-lista-suja-do-trabalho-escravo-sao-do-agronegocio>. Acesso em: 10 de set. de 2019.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS. **Rascunho do relatório do Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/08/RPU-Brasil.docx.docx.pdf>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

CORREIA, Lélío Bentes. Um fenômeno complexo. In: **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo:Edições Loyola, 1999, p. 77-80.

COSTA, Flora Oliveira da. A lógica da dominação presente no trabalho escravo colonial e no trabalho escravo contemporâneo. In: **Trabalho escravo contemporâneo: conceituação, desafios e perspectivas**. Lívia Mendes Moreira Miraglia, Julianna do Nascimento Hernandez, Rayhanna Fernandes de Souza Oliveira (organizadoras). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p. 33-48.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DELGADO, Renata Vieira; MENDES, Naiane dos Santos. Associativismo: uma possibilidade de fomento ao artesanato do Vale do Jequitinhonha. In: **Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **O trabalho escravo contemporâneo por dívida**: como se manifestam os acusados? Conferência na Universidade Salgado Oliveira, 2002.

_____. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GALIZONI, F. M. Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 40, n.03, p. 77-96, 2002.

GERAES: a realidade do Jequitinhonha. Organizado por Aurélio Silby, George Abner e Tadeu Martins. Belo Horizonte: Neoplan, 2011.

GRAZIANO, Eduardo; GRAZIANO NETO, Francisco. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas Revista de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 85-100, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEographia**, Ano IX, n.17, p. 19-46, 2007.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A modernização do Vale do Jequitinhonha Mineiro e o processo de formação do trabalhador "bóia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2015a.

_____. **Expansão capitalista no Vale do Jequitinhonha**: pautas para a discussão do problema da acumulação primitiva. *Revista Pegada*. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 179-201, 2015b.

MAIA, Cláudia de Jesus. **“Lugar” e “trecho”**: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2000.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Tradução: Marcelo Carcanholo. México: Era, 1973.

MARX, Karl. 1818-1883. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital; Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, Ralfo; GARCIA, Ricardo Alexandrino. A população do Vale do Jequitinhonha. In: **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, Maria José Souza. **Trabalho escravo**: da omissão do Estado à Conatrac passando pela bicicleta do Padre Canuto, 2007. Disponível em: http://www.gptec.cfch.ufrj.br/pdfs/trabalhoescravo_genese_out2007.pdf. Acesso em: 30 nov.2018.

MOURA, Margarida. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Estudo da pequena propriedade numa área de Minas Gerais: um exercício de Antropologia Econômica. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 71, p. 3-42, 1993.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta da Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm#ch15. Acesso em 01 de junho de 2019.

_____. Convenção Americana de Direitos Humanos. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em 01 de junho de 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combate ao trabalho escravo**: um manual para empregadores e empresas. Brasília, 2011.

_____. **Convenção nº 29**, de 10 de junho de 1930, sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235021/lang-pt/index.htm. Acesso em 12 de abril de 2019.

_____. **Convenção nº 105**, de 05 de junho de 1957, sobre a abolição do trabalho forçado. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235195/lang-pt/index.htm. Acesso em 25 de maio de 2019.

_____. Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre o Trabalho Forçado. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:P029. Acesso em 25 mai. 2019

_____. **Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**. Conferência Internacional do Trabalho. 93ª reunião. Genebra, 2005.

_____. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: ILO, 2010. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/combatedotecontemporaneo_307.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Anatólia Daiane de et al. Capitalismo e agronegócio: aspectos do trabalho escravo no campo. **Revista Direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v. 4, n. 6, p. 56-74, jan./jun., 2018.

OLIVEIRA, Fernando Roberto de; MENEGASSE, Leila Nunes; DUARTE, Uriel. Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água Subterrânea em área de cerrado, no médio vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Águas subterrâneas**, São Paulo, p. 01-10, 2002. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/22677/14879>. Acesso em: 01 de set. de 2019.

PENHA, Daniela. Exaustos, trabalhadores cortavam 22 toneladas de cana por dia para Raízen. **Repórter Brasil**, 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/10/exaustos-trabalhadores-cortavam-22-toneladas-de-cana-por-dia-para-raizen/>. Acesso em: 03 de set. de 2019.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional. São Paulo: Saraiva, 2006.

POR TRÁS da cortina verde. Produção de Rosana Pereira, 2019, (28 min.).

RAMALHO, Claudilene da Costa. **Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar! Programa Brasil Alfabetizado**. 2ª ed. Impresso no Brasil, 2009.

_____. **Escravo, nem pensar! em Minas Gerais**. Natalia Suzuki (org.). São Paulo, 2019.

RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. Para repensar a história e o desenvolvimento rural do Jequitinhonha. In: Ribeiro, Aureo Eduardo Magalhães. (Org.). **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. 1ed. Fortaleza: Etene/BNB, 2007, v. 1, p. 29-48.

_____. **As estradas da vida**: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, v. VI, n. 1, p. 129-146, jan-jul, 2003.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O rio não corre para o mar: os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. In: **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem**: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. 2016. 213 f. Tese. (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SAKAMOTO, Leonardo. **Os acionistas da Casa Grande**: A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes. (Org.). Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas. Cuiabá: EdUFMT, 2011, v. , p. 371-402.

SANTOS, Ana Michelle Ferreira Tadeu dos. **Cana doce, trabalho amargo**: o trabalho escravo na expansão territorial do agronegócio sucroenergético no estado de Goiás. 2015. 270 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

_____. **Quem precisa de região?** O espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

SILVA, Marcello Ribeiro. **Trabalho análogo ao de escravo rural no Brasil do século XXI**: novos contornos de um antigo problema. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

SOUZA, Cristiane L. Sabino de; MOREIRA, Renata Couto. Vale do Jequitinhonha: migrações temporárias e superexploração da força de trabalho. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 109-127, set./dez. 2017.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Questão agrária, superexploração e migração temporária**: o Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

_____. **Questão agrária, migração temporária e superexploração**: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha. Revista Katalysis, v. 21, p. 611-620, 2018.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: A trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

_____. **Questão agrária e América Latina**: breves aportes para um debate urgente. Revista direito e práxis, v. 9, p. 1-23, 2018.

TRINDADE, Solange de Moura. **Quem procura trabalho não pode encontrar escravidão**: o combate à escravidão rural contemporânea no Brasil. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.